

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL**

CRISTIANE CARVALHO SILVA CARDOSO

**APRESENÇA DA MARINHA DO BRASIL NAS FRONTEIRAS MOLHADAS DO
OESTE BRASILEIRO: O PROJETO FORÇAS NO ESPORTE (PROFESP) NA
CIDADE DE LADÁRIO - MS**

**CORUMBÁ - MS
2019**

CRISTIANE CARVALHO SILVA CARDOSO

**APRESENÇA DA MARINHA DO BRASIL NAS FRONTEIRAS MOLHADAS DO
OESTE BRASILEIROE: O PROJETO FORÇAS NO ESPORTE (PROFESP) NA
CIDADE DE LADÁRIO - MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Ocupação e identidade fronteiriças

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Martins Júnior

**CORUMBÁ - MS
2019**

CRISTIANE CARVALHO SILVA CARDOSO

**APRESENÇA DA MARINHA DO BRASIL NAS FRONTEIRAS MOLHADAS DO
OESTE BRASILEIROE: O PROJETO FORÇAS NO ESPORTE (PROFESP) NA
CIDADE DE LADÁRIO - MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Aprovado em ____/____/_____, com Conceito _____.

BANCA EXAMINADORA

Orientador(a):

Prof. Dr. Carlos Martins Júnior
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

1º avaliador(a):

Prof. Dr. Antonio Firmino de Oliveira Neto
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

2º avaliador(a):

Prof. Dr. João Fernando Pelho Ferreira
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

Dedico este trabalho àqueles que nunca me deixaram desistir:
O início – meus pais,
o fim – Meus filhos,
e o meio – meu marido sempre me incentivando em cada empreitada.
E também a todos os heróis do passado que possibilitaram,
Nos dias de hoje, hastearmos a Bandeira Nacional Brasileira nessas terras Pantaneiras.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, que nos dá o dom da vida e oportunidades de crescimento constante.

Ao meu avô materno (*in memoriam*), imigrante português de poucas e certas palavras.

Ao avô paterno (*in memoriam*), ex-pracinha integrante da FEB, que introduziu na história da Guerra do Paraguai.

Aos meus pais, por não medirem esforços para nos proporcionar uma educação básica de qualidade e sempre incentivar à busca por conhecimento.

Ao marido Éliton, sempre me apoiando em meus projetos, pela paciência e dedicação, sem cuja ajuda não seria possível chegar até aqui.

Aos Filhos: Elis, Wilian e Elena, flores dos meus dias, com os quais aprendo todos os dias, pela compreensão nos momentos de ausência e *rabujice*.

À minha irmã, por corrigir o *abstract*.

Ao irmão pela paciência e bom-humor de sempre.

Ao cunhado, Laécio: referência acadêmica mesmo à distância.

Aos sogros pelas palavras de incentivo sempre.

Aos irmãos de farda do Comando do Sexto Distrito Naval, representados pelo Contra-Almirante Luiz Octavio Barros Coutinho, pela generosidade.

Ao meu orientador, Professor Doutor Carlos Martins Júnior, pela generosidade e paciência.

Ao professor Doutor Marco Aurélio Machado de Oliveira, por orientar nos momentos iniciais da pesquisa, e pela amizade.

Aos demais professores do Programa de Mestrado em Estudos Fronteiriços, pelos ensinamentos.

Aos colegas de turma pelo companheirismo e amizade com os quais a caminhada se tornou menos solitária.

Como colaboradores para o desenvolvimento deste trabalho, apresento também minha gratidão aos professores do núcleo de História Regional da UFMS: Elaine Cancian, Divino Sena e Fabiano Rückert; Ao editor do site Pérola do Pantanal; Ao Professor Saulo pela disponibilidade,

Entre um rosto e um retrato, o real e o abstrato
Entre a loucura e a lucidez
Entre o uniforme e a nudez
Entre o fim do mundo e o fim do mês
Entre a verdade e o rock inglês
Entre os outros e vocês

Eu me sinto um estrangeiro
Passageiro de algum trem
Que não passa por aqui
Que não passa de ilusão

Entre mortos e feridos, entre gritos e gemidos
(A mentira e a verdade, a solidão e a cidade)
Entre um copo e outro da mesma bebida
Entre tantos corpos com a mesma ferida

Eu me sinto um estrangeiro
Passageiro de algum trem
Que não passa por aqui
Que não passa de ilusão

Entre americanos e soviéticos, gregos e troianos
Entra ano e sai ano, sempre os mesmos planos
Entre a minha boca e a tua, há tanto tempo, há tantos planos
Mas eu nunca sei pra onde vamos

Eu me sinto um estrangeiro
Passageiro de algum trem
Que não passa por aqui
Que não passa de ilusão

(Revolta dos Dândis I
Engenheiros do Hawaii, 1987)

“Incorporando-me à Marinha do Brasil, prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado, respeitar os superiores hierárquicos, tratar com afeição os irmãos de armas e com bondade os subordinados; e dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, cuja honra, integridade e instituições defenderei com o sacrifício da própria vida”.

(Marinha do Brasil – Juramento à Bandeira)

RESUMO

A contribuição da Marinha do Brasil para a cultura ladarense contemporânea é, a diversos títulos, significativa. Não só pelo seu papel institucional de manter a segurança e a soberania territorial, mas também pelo seu papel de construção da cultura do povo, entrelaçando suas tradições à tradição da cidade. O emblemático Pórtico do Complexo Naval de Ladário, que também é símbolo da cidade, a imagem da padroeira da cidade, Nossa Senhora dos Remédios, ambos tombados como patrimônio histórico pelo Iphan, representam a consolidação da conquista da fronteira oeste brasileira e a influência da Marinha na formação da cultura e das tradições da cidade. Após violentas disputas territoriais. O antigo Arsenal de Marinha foi trazido de Cuiabá em 1873 no intuito de garantir a integridade política do território conquistado devido a sua localização numa região da hidrovia considerada estratégica, a fim de reforçar a defesa do Rio Paraguai, após a Guerra da Tríplice Aliança, cristalizando os limites fronteiriços e ampliando os investimentos na estrutura militar no oeste brasileiro. Mas a influência vai muito além da conquista e manutenção da soberania territorial. O presente trabalho se propõe a demonstrar as nuances da instituição no desenvolvimento socioeconômico da região bem como seus desdobramentos para as influências culturais trazidas pelos militares de seus locais de origem, além da função de interação e aproximação com a comunidade local, através de projetos socio educacionais, com foco para o Projeto Forças no Esporte (PROFESP), conduzido pelo Ministério da Defesa desde 2003, mas implementado em Ladário apenas a partir de 2010, preocupando-se com a transformação social de jovens de 7 a 17 anos em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Fronteiras, Marinha do Brasil, Ladário, PROFESP.

ABSTRACT

The contribution of the Navy to a ladarense's culture is important. Not only for its role of security and territorial security, but also for its role of building the identity of people, intertwining their traditions with the tradition of the city. The emblematic Portico of the Naval Complex of Ladário, which is also symbol of the city, an image of the city, NossaSenhora dos Remédios, was listed as a historical heritage by IPHAN, represents an alliance of the conquest of Brazilian leadership and the influence of the Navy in the formation of culture and traditions of the city. After violent territorial disputes, the old Navy Arsenal was brought from Cuiabá in 1873 in order to guarantee the policy of the dominion conquered due to its location in a region of the waterway, since the war of Paraguay, after the War of the Triple Alliance, crystallizing the limits and the investments carried out in the military structure in Brazilian west. However, it is far beyond the conquest and maintenance of territorial sovereignty. The present work shows how nuances of the non-socioeconomic institution of the region as well as for the construction of local identity as cultural influences brought by the military, from their places of origin, besides the function of interaction and approximation with the local community, through socio-educational projects, focusing on the Army Forces in Sportive Project, conducted by the Ministry of Defense since 2003 but implemented in Ladário only as of 2010, focusing on the social transformation of young people from 7 to 17 years old in situations of social vulnerability.

Keywords: Border, Navy, Ladário, PROFESP

LISTA DE SIGLAS

ACiSo	Ações Cívico-Sociais
ANEMAR	Anuário Estatístico da Marinha
CHM	Centro de Hidrografia da Marinha
CODRASA	Companhia de Dragas S.A
DHN	Diretoria de Hidrografia e Navegação
Dr.	Doutor
Ed.	Editora
EPM	Ensino Profissional Marítimo
ESG	Escola Superior de Guerra
EVAM	Evacuações Aeromédicas
FF	Faixa de Fronteira
GptFNla	Grupamento de Fuzileiros Navais de Ladário
HNLa	Hospital Naval de Ladário
HU-4	Quarto Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Km	Quilômetros
MB	Marinha do Brasil
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
OM	Organização Militar
ON	Objetivos Nacionais
PCN	Projeto Calha Norte
PNR	Próprio Nacional Residencial
PROFESP	Projeto Forças no Esporte
SAR	Tarefas de Busca e Salvamento
SSN-6	Serviço de Sinalização Náutica do Oeste



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
CAPÍTULO 1 - SOBRE AS FRONTEIRAS E A MARINHA DO BRASIL: QUESTÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS.....	16
CAPÍTULO 2: BREVE HISTÓRICO DA PRESENÇA DA MARINHA NA REGIÃO DO PANTANAL SUL DE MATO GROSSO E O PLANO ESTRATÉGICO DE DEFESA (1985-2018).....	37
CAPÍTULO 3 PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE: IMPLANTAÇÃO E DESDOBRAMENTOS	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo compreender as relações entre a Marinha do Brasil e a população da cidade fronteiriça de Ladário. Para tanto, focamos dentre as várias ações desempenhadas por essa força a fim de promover a integração com a população dessa cidade fronteiriça entre Brasil e a Bolívia, analisar o Programa Socioeducativo Forças no Esporte (PROFESP), que vem sendo desenvolvido na região desde 2010.

Apesar de se projetar como Nação que defende o entendimento e a cooperação internacional, o Brasil sustenta que ser um país pacífico não se trata de ser um país passivo e indefeso. Dotado de diversos recursos naturais, industriais e tecnológicos, o o Plano Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa entendem que, para além da cooperação com diferentes nações, torna-se essencial estruturar a Defesa Nacional de modo compatível com sua estatura político-estratégica, a fim de preservar sua soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial, defendendo os interesses nacionais e as pessoas, contribuindo para a preservação da coesão e unidade nacionais e para a estabilidade regional, intensificando a projeção do Brasil nos processos decisórios internacionais, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional, buscando conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do país.

A partir da criação do Ministério da Defesa, em julho de 1999, antes denominado “Ministério da Guerra”, houve uma mudança de paradigma das Forças Armadas, no sentido de adensar a efetiva presença militar e ação do Estado empreendendo ações a fim de garantir a soberania territorial por meio de uma série de ações sociais, econômicas e ambientais. Essas ações estão orientadas na Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa:

Para contrapor-se às ameaças à Amazônia, é imprescindível executar uma série de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento da presença militar, a efetiva ação do Estado no desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental) e a ampliação da cooperação com os países vizinhos, visando à defesa das riquezas naturais. (BRASIL, 2012. p. 8)

Segundo o *site* do Ministério da Defesa, as forças Armadas desempenham diversos programas Sociais, dentre os quais os principais são o Programa Calha Norte, o Projeto Soldado Cidadão e o Projeto Rondon, além de diversas ações subsidiárias dentre as quais se destaca o Programa Forças no Esporte (PROFESP).

O PROFESP é uma vertente do Programa Segundo Tempo do Governo Federal; desenvolvido pelo Ministério da Defesa, com o apoio da Marinha, Exército e Aeronáutica, e



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS

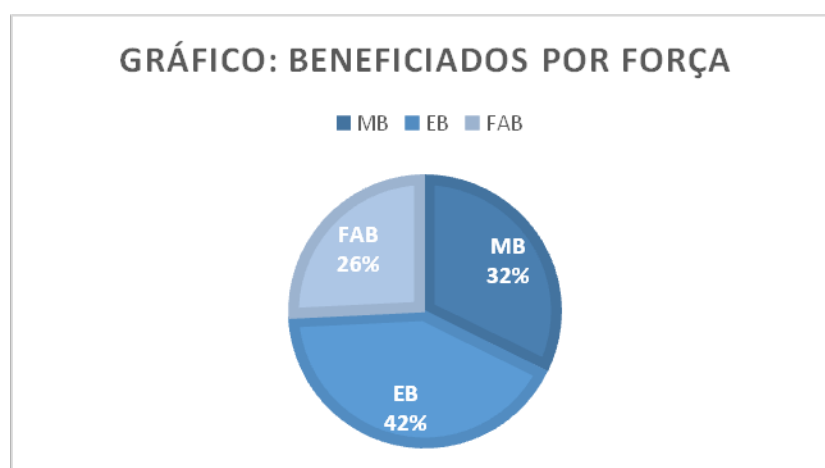


em parceria com os Ministérios do Esporte e do Desenvolvimento Social e a Secretaria Nacional de Juventude, tem como principal objetivo a inclusão social de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social por meio da prática esportiva nas instalações de Organização Militar, no contra turno do horário escolar.

O programa oferece atividades esportivas, educacionais, de lazer, uma alimentação saudável e de qualidade, reforço escolar, orientações de civismo, de cidadania e desenvolvimento de habilidades profissionais, democratizando o acesso à prática e à cultura do esporte e promovendo o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Devido à grande capilaridade das Forças Armadas, o projeto está presente em 96 localidades de todos os Estados e do Distrito Federal, inclusive no Arquipélago de Fernando de Noronha, em instituições vinculadas à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica.

Segundo dados do Ministério da Defesa, os quartéis do Exército detém o maior número de Unidades que apóiam o programa: Enquanto 90 unidades do Exército se dedicam a essa atividade, apenas 39 da Marinha e 34 da FAB são responsáveis pela condução do programa.



No total são atendidas em torno de 23.000 crianças, jovens e adolescentes, de 7 a 17 anos. Destas unidades, apenas sete estão localizadas em região de fronteira.

Na fronteira Oeste do Brasil, o projeto é conduzido nos municípios de Cáceres – MT, por meio de um convênio entre o 2º Batalhão de Fronteira do Exército e a UNEMAT (Universidade Estadual de Mato Grosso); e em Ladário, pelo Grupamento de Fuzileiros Navais, Organização Militar subordinada ao Comando do 6º Distrito Naval. Implementado



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



em 2010, inicialmente o projeto atendia 100 crianças e adolescentes. Atualmente, são atendidas 300 crianças e adolescentes da rede pública de ensino das cidades de Corumbá e Ladário, na faixa etária de 7 a 17 anos.

JUSTIFICATIVA

A Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, indissociáveis, preconizam que “A segurança de um país é afetada pelo grau de estabilidade da região onde ele está inserido”.

Assim, é desejável que ocorram o consenso, a harmonia política e a convergência de ações entre os países vizinhos para reduzir os delitos transnacionais e alcançar melhores condições de desenvolvimento econômico e social, tornando a região mais coesa e mais forte. A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. (BRASIL, 2012)

Além disso, a presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira, proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração das regiões fronteiriças, dificultadas, entre outros fatores, pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias. Faz-se necessário, portanto, empreender ações que promovam o adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas tanto na Amazônia, quanto ao longo das nossas fronteiras, como condição relevante para o desenvolvimento e a integração dessas regiões ao restante do país. É com esse intuito, portanto, que as Forças Armadas desempenham aí diversos programas sociais, a exemplo daqueles mencionados acima.

Assim, por meio de programas e projetos próprios, ou daqueles desenvolvidos em parcerias estabelecidas com órgãos da administração pública a partir de acordos de cooperação, a Marinha do Brasil, em particular, tem colaborado para o desenvolvimento social do Pantanal, o que coloca essa instituição militar em íntima ligação com a cultura e a soberania da área que compreende a Faixa de Fronteira do Oeste do Brasil, com ênfase para as cidades sul-mato-grossenses de Ladário e Corumbá, ambas vizinhas das cidades bolivianas de Porto Quijarro e Porto Suarez. Nesse sentido, nunca seria demais afirmar que, para além da atuação da Marinha do Brasil nas guerras que contribuíram para consolidar as conquistas territoriais que configuraram os contornos atuais da fronteira Oeste do país, dentre estas, destacamos a participação na Guerra da Tríplice Aliança (1864 -1870); ao que tudo indica o legado sociocultural tenha sido sua contribuição mais fundamental para a região em destaque.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



É exatamente por isso que, embora reconhecendo também a significativa presença do Exército na região (Força que conta com dois quartéis instalados na cidade de Corumbá), o foco deste trabalho recai sobre a Marinha, com ênfase para sua atuação em projetos socioeducacionais junto à comunidade local. Entre esses projetos realçamos aqui o Programa Forças no Esporte (PROFESP).

Como mencionado, o PROFESP é uma vertente do Programa Segundo Tempo do Governo Federal; desenvolvido pelo Ministério da Defesa, com o apoio da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, e em parceria com os Ministérios do Esporte e do Desenvolvimento Social e a Secretaria Nacional de Juventude. Implantado em 2010, esse Programa é conduzido, na cidade sul-matogrossense de Ladário, pelo Grupamento de Fuzileiros Navais, Organização Militar subordinada ao Comando do 6º Distrito Naval, e tem por objetivo promover, através do oferecimento de atividades esportivas, educacionais, de lazer, alimentação saudável e de qualidade, reforço escolar, orientações de civismo, de cidadania e desenvolvimento de habilidades profissionais, o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos, na sua maioria provenientes de famílias menos favorecidas, em situação de vulnerabilidade social, submetidos a graves problemas familiares como: prostituição na infância e adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, trabalho escravo, consumo e tráfico de drogas e alcoolismo em algumas famílias. Atualmente, o PROFESP atende aproximadamente 300 crianças e adolescentes da rede pública de ensino das cidades de Corumbá e Ladário.

Além de gerar empregos aos agentes educadores contratados, que atuam junto aos educandos, e aos militares envolvidos, propiciando assim uma experiência intersubjetiva e dialógica, prevê-se que os jovens atendidos pelo PROFESP sejam capazes de compartilhar esse aprendizado no âmbito dos grupos sociais de que são oriundos, contribuindo, por meio da educação, para a melhoria das condições de vida da comunidade em que estão inseridos.

Importante ressaltar que, em 2016, o PROFESP foi indicado para concorrer, no Principado de Mônaco, ao prêmio internacional *Peace & Sport Award 2016* (Prêmio Paz e Desporto 2016). O Prêmio, criado em 2008, é concedido pela Organização pela Paz e pelo Esporte (“Peace and Sport, L’Organization pour la Paix par le Sport”) e recompensa instituições e indivíduos que tenham contribuído de modo significativo para a paz, para o diálogo e para a estabilidade social no mundo por meio do esporte. Paralelo ao que foi exposto até aqui, esse dado em si já seria suficiente para indiciar a importância desse Programa, a justificar um



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



estudo mais aprofundado a respeito dele. É justamente isso o que se propõe no decorrer desta dissertação de mestrado.

Explicitamente, constitui o objetivo geral da dissertação em desenvolvimento, analisar o PROFESP, no que concerne à sua implantação em Ladário sob a responsabilidade do Grupamento de Fuzileiros Navais, sobretudo no que se refere aos critérios e práticas educativas adotadas pelos agentes educadores, sejam eles civis ou militares; bem como seus desdobramentos para a comunidade local e para a região fronteiriça de maneira geral. Dessa perspectiva, cumpre notar, entre outros elementos, que acordos de cooperação foram celebrados, se os mesmos são cumpridos ou não e, nesse último caso, o que dificulta o cumprimento do(s) acordo(s)? O que poderia ser proposto para solucionar a(s) dificuldade(s) que possa(m) existir, de modo que as ações possam ocorrer de forma mais eficiente?

Ainda que se constitua num recorte dos diversos programas sociais desenvolvidos pela Marinha em todo o país, considera-se que a análise dessa ação específica abra caminho para reflexões que permitam uma melhor compreensão não só da atuação dos militares da Marinha na Fronteira Oeste do Brasil à luz da Política Nacional de Defesa, como dos padrões que modelaram as relações diretas daquela Força com a comunidade local.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



OBJETIVOS

GERAL

- Analisar o Trabalho desenvolvido pela Marinha do Brasil junto à comunidade fronteiriça de Corumbá e Ladário e seu legado sociocultural a partir de sua atuação no Projeto Forças no Esporte à luz do que preconiza o Plano Estratégico de Defesa no que concerne à sua integração à comunidade local.

ESPECÍFICOS

- Analisar o legado sociocultural deixado pelos militares da Marinha nas cidades fronteiriças de Corumbá e Ladário;
- Analisar a atuação da Força à luz do que preconiza o Plano Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa, no que diz respeito as atividades sociais;
- Compreender as relações entre a Marinha do Brasil e a população fronteiriça do Oeste Brasileiro, com foco para a cidade de Ladário;
- Proporcionar à sociedade civil, maior visibilidade das ações desempenhadas por essa força a fim de promover a integração com a população através da atividade em tela.

METODOLOGIA E PROPOSTA DE AÇÃO

A tessitura da pesquisa se dará pela abordagem documental e bibliográfica. Para GIL(2007. p. 87): a pesquisa documental em muito se assemelha à pesquisa bibliográfica. Logo, o presente trabalho foi desenvolvido como parte de uma pesquisa bibliográfica inicial para então partir para uma abordagem mais ampla, visando identificar os autores que já haviam se debruçado sobre o assunto e, a partir daí, desenvolver uma pesquisa mais documental, que exigiu a visita aos mais diversos acervos. Desde livros que relatam a memória da gente ladarense, periódicos e sites, até arquivos públicos e particulares da MB, além de empreender visitas ao Museu Naval Tenente Maximiano, localizado no complexo Naval de Ladário, ao Instituto do Patrimônio Histórico e ao Museu de Corumbá, e ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, sediados no município de Cuiabá (MT).



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



O trabalho de pesquisa passa por um levantamento bibliográfico e documental sobre os projetos sociais e culturais realizados pela Marinha: bem como os projetos Ribeirinho Cidadão, que visa levar atendimento médico e odontológico, além de ações cívico sociais à população ribeirinha; o Projeto Soldado Cidadão, que tem por objetivo oferecer uma formação profissionalizante aos soldados em serviço militar obrigatório, para que estes sejam inseridos ao mercado de trabalho após sua desincorporação, e por fim, devido ao seu cunho pedagógico, aprofundar os estudos sobre o Programa Forças no Esporte, Projeto que conta como apoio e cooperação de diversas entidades a fim de oferecer educação não formal no contraturno escolar a crianças em situação de vulnerabilidade e risco social, Projeto que, apesar de ter sido indicado para um prêmio internacional na área Social, é pouco estudado pela área acadêmica.

Foi encontrado apenas um trabalho que se debruça a responder como as ações do Exército Brasileiro podem se caracterizar enquanto uma educação sociocomunitária de fato. Descrevendo o Programa, desenvolvido pelo 3º Pelotão Especial de Fronteira, em Roraima por meio de uma abordagem qualitativa, Ferreira e Sofner (2018) puderam concluir que o projeto apresenta traços marcantes e típicos da educação sociocomunitária, em particular a interação com a comunidade, as noções de intersubjetividade, a preocupação com os sujeitos em situação de vulnerabilidade social e a contribuição para a transformação social dos mesmos. Mais uma vez fica clara a escassez de trabalhos referentes às atividades da Marinha, em contraste com a bibliografia encontrada acerca da divulgação das atividades realizadas pelo Exército.

O presente trabalho, no entanto, visa explorar essa integração entre a Marinha e a comunidade de Ladário-Corumbá através de uma pesquisa Documental com abordagem qualitativa, iniciando-se a partir de um processo de observação *in loco*, cujas observações foram anotadas em um caderno de campo.

Optou-se por adotar a modalidade de pesquisa do estudo de caso, observando a atuação dos militares junto às crianças e adolescentes atendidos; associado às técnicas de pesquisa bibliográficas, observacional e análise de documentos oficiais, editais de seleção de monitores e acordos de cooperação celebrados entre a Marinha e os diversos órgãos parceiros, sem os quais o projeto não seria viável. Por excelência este é um método em que o pesquisador se concentra na observação sobre um objeto peculiar que deve ser compreendido na amplitude dos seus elementos integrantes e, ao mesmo tempo com atenção aos seus



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



aspectos mais específicos. O trabalho requer interpretação dessa riqueza de detalhes, intrínsecos ao contexto histórico-temporal ao que pertence. Assim, “no estudo de campo estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de estrutura social, ressaltando a interação de seus componentes. Assim, o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação.” (GIL, 1995. p. 57)

A pesquisa documental, bem como outros tipos de pesquisa, propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos.

Segundo Gil (2007), é muito semelhante à pesquisa bibliográfica.

A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes: enquanto a bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores, a documental vale-se de materiais que não receberam, ainda, um tratamento analítico, podendo ser reelaboradas de acordo com os objetos da pesquisa. (GIL, 2007. p. 46)

A análise dos dados, utilizando uma abordagem qualitativa do conteúdo encontrado, incluindo-se a observação registrada sistematicamente em diário de campo, procurou buscar os editais de convocação de monitores, seleção de militares para atuação no projeto, acordos de cooperação com instituições parceiras, informações contidas na página do Ministério da Defesa e do Comando do 6º Distrito Naval, na Internet, a serem analisados com base na hipótese empírica da herança cultural proporcionada pelos militares da Marinha designados para servir na área de fronteira, no nosso caso, na cidade de Ladário.

Segundo GIL (2007, p. 49):

A pesquisa-ação concretiza-se com o planejamento de uma ação destinada a enfrentar o problema que foi objeto da investigação. Isso implica a elaboração de um plano ou projeto que indique:

- quais os objetivos que se pretende atingir;
- a população a ser beneficiada;
- a natureza da relação da população com as instituições que serão afetadas;
- a identificação das medidas que podem contribuir para melhorar a situação;
- os procedimentos a serem adotados para assegurar a participação da população e incorporar suas sugestões; e
- a determinação das formas de controle do processo e de avaliação de seus resultados.

Desta forma, ao explorar o material encontrado durante a pesquisa bibliográfica e documental, estabelecemos um recorte geográfico para a cidade de Ladário e um recorte temporal da atualidade, ou seja, desde a implantação do Projeto na cidade de Ladário, no ano de 2010, até os dias de hoje, inferindo a interpretação dos dados coletados.

Ainda segundo GIL, A etapa dos resultados da pesquisa-ação confunde-se com a elaboração do plano de ação. Ocorre, porém, que as informações obtidas podem ser



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



divulgadas por intermédio de congressos, conferências simpósios, meios de comunicação em massa ou elaboração de outros relatórios com as mesmas formalidades dos outros tipos de pesquisa. Assim o presente trabalho pretende ser divulgado através de páginas na Internet, Periódicos e outras mídias.

Para Durkheim, o pesquisador deve ter um olhar neutro ao realizar uma pesquisa, descartando o senso comum e utilizando o método positivista, no qual rompemos com a epistemologia e buscamos observar os fatos como coisas, em busca de imparcialidade. Conforme ensinamentos de Augusto Comte, a razão positivista não é capaz de operar a não ser pela via da experiência concreta. Desta forma, ao pesquisar o impacto, a contribuição e a participação da Marinha na construção da identidade e da cultura desta cidade fronteiriça, buscamos enxergar de fora para dentro da instituição, apesar de estar inserida na mesma e arraigada nas suas próprias tradições.

Para o referencial teórico foram buscadas fontes que demonstrassem a influência da Marinha na construção histórica da cidade enquanto território e identidade. Não foi uma tarefa fácil já que são escassos os registros em que Ladário figura como Cidade e não mais como Distrito de Corumbá ou Albuquerque; essa escassez faz contraste com a quantidade de obras e estudos que citam a influência do Exército Brasileiro na construção territorial das localidades em que estão inseridos os quartéis; desta forma, longe de esgotar as pesquisas, buscamos corroborar com os trabalhos de alguns autores como SANTOS (2016), MELLO (2009) e MARANHO (2014), na presunção de redimir o silêncio historiográfico e oferecer subsídios para futuros estudos.

Em seguida, buscamos apresentar um encaminhamento histórico e seus desdobramentos estratégicos para a dinâmica da cidade, de acordo com o que preconizam as Políticas Nacionais de Defesa e Planos Nacionais de Defesa do Governo Federal, recorrendo ao próprios documentos oficiais (PND e Livro Branco da Defesa Nacional) além de apresentar termos como “Fronteiras Molhadas” e “Águas Marrons” utilizados por autores como o Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal...

Convidamos, assim, ainda que de forma indireta, a uma reflexão sobre a influência da Marinha sobre a cultura do Mato Grosso do Sul, a partir de um trabalho empírico sobre suas memórias e as Fronteiras subjetivas criadas entre a sociedade local e o militar transferido para a Cidade de Ladário. Desde quando o Arsenal de Marinha que antes residia em Cuiabá, capital do estado, antes ainda de sua divisão, trazendo consigo uma variada bagagem cultural



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



dos militares vindos de outras regiões do Brasil, ainda que estes não se apropriassem da Região onde se instalaram, como explicitado pelo trabalho de MARANHO (2016), além de entrelaçar-se ao legado cultural da região, ao contribuir para a economia local e a realização de atividades assistenciais e culturais que visam representar a Presença do Estado nestas regiões longínquas do Oeste Brasileiro, como pretendemos demonstrar ao longo do nosso trabalho.

E por fim, sem contudo esgotar o tema, buscamos enfatizar o papel geopolítico da Marinha para o desenvolvimento da região, apresentando a missão de cada uma das Organizações Militares localizadas na cidade de Ladário, as atividades Assistenciais desenvolvidas como um todo, com foco para os Projetos Forças no Esporte (PROFESP), devido ao viés pedagógico, minha formação inicial; Projetos que buscam melhorar a vida de crianças em situação de vulnerabilidade social.

Conforme publicado pelo Ministério da Defesa em sua página na Internet:

O PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE - PROFESP - é uma parceria entre os Ministérios da Defesa, do Esporte e do Desenvolvimento Social. Tem como principal objetivo a inclusão social de crianças e jovens em situação de risco social por meio da prática esportiva dentro de Organização Militar. (BRASIL. www.defesa.org.br)

Vertente do Programa Segundo Tempo do Governo Federal, o Programa Forças no Esporte (PROFESP) foi desenvolvido pelo Ministério da Defesa, com o apoio da Marinha, Exército e Aeronáutica, e em parceria com os Ministérios do Esporte e do Desenvolvimento Social e a Secretaria Nacional de Juventude a fim de prover a inclusão social desses jovens. Em se tratando de uma região fronteira, o programa busca minimizar a situação de vulnerabilidade social desses jovens.

Por se tratar de um programa de mestrado que trabalha a temática fronteira de forma transdisciplinar e interdisciplinar, o ambiente profissional do próprio mestrando se mostra o local ideal de aprimoramento das práticas e das técnicas cotidianas como objeto de estudo e entendimento das questões que permeiam a fronteira, bem como a importância em se apropriar desta fronteira, não só a fronteira política demarcada pelos limites territoriais, mas uma abordagem qualitativa das relações subjetiva entre os vários atores presentes na fronteira em questão. Desta forma, a bagagem de mais de dezoito anos de atuação na Marinha do Brasil, sendo cinco deles no Comando do 6º Distrito Naval em Ladário, levou-nos a buscar a compreensão acerca do papel da Instituição inserida neste espaço de troca que é a fronteira, a partir da construção de territorialidades e ressignificação identidade cultural da nação, e isso



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



vai muito além do papel de resguardar “apenas” a soberania nacional no território, mas a formação da identidade de um povo construída às custas de muito suor e lágrimas.

Delimitamos o recorte local ao município de Ladário, sem contudo desprezar as inferências da cidade vizinha, Corumbá e das cidades irmãs Porto Quijarro e Porto Suarez. E o corte cronológico corresponde ao período da Nova República, ou seja, de 1985 até os dias atuais, sem deixar de aprofundar as reflexões através de uma retrospectiva histórica que remonta ao século XVIII, quando foram travadas diversas batalhas na intenção de tomada e retomada do território em questão...

Para Maranhão (2016) o militar que vem cumprir sua missão nessas terras longínquas do Oeste Brasileiro não se apropria da fronteira, no entanto, observamos que existe, sim uma transformação da cultura por uma certa imposição trazida de outras terras, já que ao trazer, por exemplo a imagem de Nossa Senhora dos Remédios, o militar, em busca de se sentir “em casa”, acaba por entrelaçar sua cultura à cultura local, interferindo na cultura local e sendo transformado pela mesma ao incorporar aos seus costumes o hábito de tomar o *tereré*.

Após entendermos as questões relativas a fronteira e as leis que regem a presença da Marinha nesta localidade, nos debruçamos a descobrir de que forma os militares que migraram junto com o Arsenal de Marinha de Cuiabá para Ladário em 1873 e seus dependentes, e os descendentes destes impactaram e vem contribuindo até os dias atuais para os aspectos culturais e socioeconômicos da cidade. Sintetizando em um material que busca contribuir para estudos futuros, com a pretensão de diminuir o abismo entre os militares e a sociedade civil ao analisar a atuação dos militares da Marinha na Fronteira Oeste do Brasil à luz da Política Nacional de Defesa, dando maior visibilidade à sociedade civil das atividades desenvolvidas, com foco para o Programa Forças no Esporte; Observando se os Acordos de cooperação celebrados são efetivamente cumpridos e propondo soluções para que esses acordos possam se dar de forma mais eficiente.

Como Plano de Ação, pretendemos publicar o presente trabalho, através da Editora da Marinha, a fim de dar visibilidade à sociedade civil das atividades sociais desenvolvidas, além de possibilitar estudos de implantação do projeto em outras cidades com especificidades fronteiriças como Corumbá, por exemplo, que apesar de contar com a estrutura de dois quartéis do Exército, atualmente não contempla seus jovens com o programa.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



DISTRIBUIÇÃO DOS CAPÍTULOS

Propõe-se que este trabalho esteja organizado em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “Sobre as fronteiras e a Marinha do Brasil: questões teórico-conceituais” – traz, tendo como referência autores como Claude Raffestin, Jacques Leenhardt, Michel Foucher, Milton Santos, José de Souza Martins e François Hartog, entre outros, uma discussão geral dos conceitos de limites e fronteiras, inserindo neste último o conceito de fronteiras molhadas; territórios e territorialidades, bem como o conceito de paradiplomacia. Com base nessa discussão procuramos definir qual conceito de fronteira dará o fio condutor desta dissertação.

O segundo capítulo discorre sobre a presença da Marinha do Brasil em Ladário e Corumbá e sua ação junto à população dessa região de fronteira. Ainda que o recorte especial esteja delimitado à cidade de Ladário, sede do Comando do 6º Distrito Naval, entidade responsável pelo PROFESP, não se despreza as inferências das cidades vizinhas de Corumbá, Porto Quijarro e Porto Suarez, haja vista a possibilidade de o Programa atender crianças e adolescente oriundos dessas cidades.

No que se refere ao recorte temporal, procuramos dar destaque ao período de 2010, quando foi implantado em Ladário o PROFESP, até os dias atuais; sem, contudo, deixar de aprofundar as reflexões através de uma retrospectiva histórica que remonta ao século XVIII, quando o Arsenal de Marinha foi deslocado de Cuiabá, antiga capital do Estado do Mato Grosso, para a cidade de Ladário por sua posição estratégica, definida após as diversas batalhas travadas na intenção de tomada e retomada do território em questão. Com isso, pretende-se compreender, ainda que forma panorâmica, o processo de inserção da Marinha do Brasil junto à população local, por meio das práticas que desembocam no desenvolvimento do PROFESP.

Por fim, o terceiro capítulo, ainda em fase de pesquisa, visa analisar o próprio PROFESP, levando em consideração, sobretudo, os critérios e práticas educativas adotadas pelos agentes educadores, além de seus desdobramentos para a comunidade local e para a região fronteiriça de maneira geral, ou seja, os avanços e problemas enfrentados pelo Programa, de modo a propor soluções que visem seu aprimoramento.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



CAPÍTULO 1 - SOBRE AS FRONTEIRAS E A MARINHA DO BRASIL: QUESTÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS

Antes de iniciar uma discussão sobre um problema complexo, é indispensável definir os termos a serem usados, para que o sentido desses termos fique bem entendido. Assim, para os objetivos propostos para este trabalho, entende-se necessário discutir os conceitos limites e fronteiras, território e territorialidades, bem como paradiplomacia, entre outros.

No geral, a fronteira é definida como o espaço entre dois estados soberanos. Entretanto, aqui estamos assumindo uma ideia de fronteira ampliada, caracterizada pela troca e pela subjetividade entre os diversos atores.

Leenhardt aponta a tendência para pensar as fronteiras a partir de uma concepção que se ancora na territorialidade e se desdobra no político. Nesse sentido, o autor aponta a fronteira, sobretudo, como o “encerramento de um espaço, delimitação de um território, fixação de uma superfície” (2002, p. 29). Ainda segundo Leenhardt:

Os dicionários são muito claros sobre a definição de fronteira. É a extremidade de um reino, de uma província que os inimigos se deparam quando querem entrar”. O aspecto estático de front não impede, bem entendido, que por um movimento que venha do interior do território a fronteira se transforme em um front móvel. O objeto da geopolítica consiste precisamente nesse aspecto que, face às definições estáticas dadas pela geografia, ela tenha por objeto o movimento permanente que agita estas linhas reputadas imóveis, sabendo que toda fronteira não é senão o resultado precário e passageiro das lutas engendradas pelas pulsões expansionistas (LEENHARDT, 2002, p 27).

Ao nos apresentar a definição de fronteira dos dicionários, Jacques Leenhardt (2002) nos mostra a geopolítica¹ como uma ciência que visa expandir as fronteiras culturais para além das fronteiras geográficas através do fenômeno da globalização, que segundo Milton Santos (1988) trata-se de uma utopia, com seus regionalismos e, por outro lado com sua mobilidade, nos levando a uma reflexão sobre o passado e as lutas que foram travadas nas, e pelas fronteiras, exigindo uma incursão bem mais profunda na área das próprias relações sociais, na interação entre o homem e o meio, por meio de um exercício de interpretação.

¹ De acordo com Leenhardt (2002, p. 27), diante das definições estáticas dadas pela geografia, o objeto da geopolítica consistiria justamente no movimento permanente que agita essas linhas reputadas imóveis, sabendo que toda a fronteira não é senão o resultado precário e passageiro das lutas engendradas pelas pulsões expansionistas. (...) um *modus vivendi* que integra uma definição prática da fronteira, que pode então diferir significativamente daquela dos topógrafos. Se o limite passa a ser determinado a partir da alta diplomacia e da disputa política entre diferentes nações, as fronteiras, por sua vez, pertenceriam ao domínio dos povos. (LEENHARDT, 2002, p. 27)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Em suma, a fronteira é um marco que limita e separa ao mesmo tempo em que aponta sentidos socializados de reconhecimento. Com isso podemos ver que, mesmo nesta dimensão de abordagem fixada pela territorialidade e pela geopolítica, o conceito de fronteira extrapola os domínios daquela construção simbólica de pertencimento a que chamamos identidade e corresponde a um marco de referência imaginária que se define pelas diferenças. Segundo Santos (1988), os mapeamentos revelam as inconsistências diferenciando as fronteiras geopolíticas das suas fronteiras internamente estabelecidas nas imaginações e interações dos moradores, ou seja, independente da demarcação territorial, a sociedade molda as fronteiras subjetivas de acordo com as interações estabelecidas entre si. É isto que o presente trabalho busca demonstrar: as interações entre a comunidade e os militares nela inseridos com foco no programa assistencial “FORÇAS NO ESPORTE”.

Foucher (2009) afirma que “não há identidade sem fronteira” (p. 22) já que ancorados na memória, na história e no pertencimento é que conseguimos identificar quem somos e nos perceber em relação aos outros. Ou seja, antes de serem marcos físicos ou naturais, as Fronteiras são, sobretudo marcos simbólicos, referências mentais que guiam a percepção da realidade e dialogam com a identidade.

Segundo Le Goff (1992): A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje.

Nesse sentido, voltando a Leenhardt (2002): as fronteiras são produtos desta capacidade mágica de representar o mundo por um mundo paralelo de sinais por meio do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo.

Nesse espaço em constante processo de reorganização, devemos pensar as novas categorias analíticas e as subdivisões do espaço para que possamos nos aproximar de uma concepção do todo e desenvolver um trabalho de pesquisa relevante. A partir do referencial teórico partimos para a análise empírica a fim de estudar a atuação dos agentes da Marinha junto a comunidade local através da observação da implantação e condução do Programa Forças no Esporte (PROFESP).

Todo o exercício de reflexão proposto pelos autores abordados e os debates realizados levaram à necessidade de compreender melhor o que são as fronteiras, enxergar que o fronteiriço antecede a fronteira e os muros precisam ser derrubados em nós antes de procurar



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



impor a ferro e fogo o que chamamos de “cultura”, mas que na verdade é uma identidade, que se reintegra e se ressignifica a todo tempo formando os chamados “homens-fronteira”.

É importante ressaltar ainda que, em se tratando de regiões fronteiriças, se fortalecem os laços econômicos, sociais, cosmológicos, culturais e ecológicos devido a proximidade das diferentes tradições que passam a coexistir. É aí que Hannerz introduz a discussão sobre fronteiras e híbridos, nos mostrando que é nas regiões fronteiriças que as coisas acontecem, e define a globalização como o fenômeno de interligação do mundo, alertando para o fato de que é preciso periodizá-la, voltando a discussão acerca do tempo e do espaço e a reorganização da diversidade cultural através do mundo pelo contato. As teorias do pós-guerra, de modernização e dependência, diferem da visão de interconexão de culturas observada na última década, com a globalização e a transnacionalização que definem a “fronteira” e a “zona fronteiriça” não como uma linha nítida, mas como uma região onde as transformações ocorrem.

Introduzindo este debate cultural, elaboram-se diversas interpretações da fronteira, onde chegamos ao híbrido: As culturas diferentes se fundem de forma lúdica para formar uma terceira cultura, ressintetizada, embora haja sempre uma tendência dominante sobre outra.

Rios, cadeias de montanhas e mares são efetivamente usados para dividir e controlar a interação humana, como forma de vincular significados profundamente humanos e políticos a esses elementos físicos. Fronteiras podem, portanto, ser importantes para dar significados culturais às paisagens físicas. Esses elementos físicos formam simultaneamente limites que parecem padrões naturais, fixos e eternos.

Os padrões da natureza não seguem as fronteiras terrestres mais ou menos fechadas: eles são atravessados regularmente sem problemas por pássaros e outros animais que têm seus próprios padrões de comportamento territorial.²(PAASI, 2004. p. 2)

Além dos aspectos políticos, os autores são unânimes ao ressaltar os aspectos sociais, econômicos e culturais entrelaçados em virtude da movimentação da sociedade no decorrer dos diversos momentos históricos, chegando-se a conclusão de que a motivação pelo trabalho é um dos pontos fortes para a melhor compreensão do território. A questão das culturas de fronteiras e das fronteiras entre culturas colocada por MARTINS (2002), se impõe como forma de apresentar uma nova ótica, desvinculada da pretensão binária de ordem

²Do original: Rivers, mountain ranges and seas are effectively used to divide and control human interaction, in a way attaching deeply human and political meanings into these physical elements. Boundaries may thus be important in giving cultural meanings to physical landscapes. These physical elements simultaneously make boundaries to look as natural, fixed and eternal patterns.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



versus selvageria, civilização *versus* barbárie ou ainda, cultura *versus* natureza, estando o primeiro termo, via de regra, sendo reivindicado pelo sujeito do discurso, na maioria das vezes se auto denominando a “*elite*” e definindo o ‘outro’ como o “homem marginal” – criação da sociologia para definir aquele a quem é conferida uma importância regional ou temática, levantando um conceito de “criolização da cultura”, exaltando a hibridez e outras confluências.

Milton Santos nos convida a pensar o lugar em conjunto com o mundo enquanto natureza e história, pois sem ele a sociedade não possui significado. Somos todos os dias, convocados pelas inovações, a um aprendizado constante. E a reorganização dos espaços estabelecem novas dinâmicas regionais e desigualdades sociais. Os nexos que no passado eram nexos de energia, hoje são nexos de informações, que Milton Santos chama de horizontalidades, quando agregam sem descontinuidade na definição tradicional de região, e verticalidades, quando os pontos do espaço são separados uns dos outros, mas que cooperam entre si, ocorrendo as redes de solidariedade e intercâmbio, criando nos movimentos sociais uma nova consciência coletiva.

Os limites do Estado, em particular, perderam muito do seu significado no mundo globalizado, ditado pela nova geografia e informações econômicas que dará prioridade à mobilidade, velocidade e fluxos de vários tipos. Isso questionará os padrões territoriais estáticos que normalmente estão vinculados a fronteiras culturais e políticas no pensamento nacionalista. Apesar disso, as fronteiras continuarão sendo importantes como instrumentos de governança no sistema territorial internacional mais dinâmico. Todas as fronteiras políticas – como também aquelas que seguem padrões naturais - são processos que são construídos e simbolizados pelos seres humanos.³ (PAASI, 2004. p. 3)

É, portanto, indispensável estudar não apenas as linhas de fronteira ou paisagens fronteiriças como tais, mas também as práticas produtoras de fronteiras e as relações de poder que fazem parte da criação de todas as linhas divisórias. Desta forma, buscamos o entendimento do conteúdo geográfico do cotidiano a fim de contribuir para a teorização entre o espaço e os movimentos sociais, enxergando na materialidade o principal componente do espaço: as pessoas.

³Do original: State boundaries in particular have lost much of their significance in the globalized world, dictated by new geo - and information economics that will give priority to mobility, speed and flows of various kinds. This will question the static territorial patterns that have been normally linked with cultural and political boundaries in nationalistic thinking. In spite of this fact boundaries will continue to be important as instruments of governance in the more dynamic international territorial system. All political boundaries – also those following natural patterns - are processes that are constructed and symbolized by human being.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



As determinações mudam, mudando os objetos. As ações revivificam e as coisas se transformam. O conhecimento dos objetos e dos seus processos passa a ser fundamental, para uma ação deliberada e renovadora, e o papel da geografia também se renova, na análise social e na construção do futuro. (SANTOS, 1988)

Nesse espaço em constante processo de reorganização, devemos pensar as novas categorias analíticas e as subdivisões do espaço para que possamos nos aproximar de uma concepção do todo e desenvolver um trabalho de pesquisa relevante.

Corroborando com diversos autores estudados durante o próprio Programa de Mestrado, entendemos ser fundamental demonstrar as conceituações para que possamos destacar o entendimento de fronteira, diferenciado de outras regiões do país, devido às suas peculiaridades e especificidades, por muitas vezes ignoradas ou desprezadas.

Para Campos e Oliveira (2015, p. 50), a fronteira diferencia-se dos limites internacionais, principalmente, no sentido de que a primeira é palco de vivências, experiências, conflitos e trocas, enquanto que o segundo é a linha que divide, fruto de acordos internacionais. Machado (1998) nos apresenta um conceito ao mesmo tempo mágico e marginal de fronteira, motivo pelo qual a região fronteiriça é considerada inóspita:

A fronteira em seu sentido mais comum está ligada ao preconceito por sua condição de margem, portanto, marginal a uma nação, decorrente de questões históricas e políticas. É um local no qual se pode assinalar a negatividade, atribuída por diversos fatores como o ilícito, a clandestinidade, a miscigenação, entre outros. Não é, apenas, a capacidade do homem em criar suas representações, bem como a função na segurança nacional ou a agenda negativa que tornam a fronteira fascinante, impar e, acima de tudo, mágica. São seus ritos, seus símbolos, seus habitantes e suas instituições, próprios de fronteira, que dão a ela seu caráter de ponto estratégico. Trata-se de suas peculiaridades e suas criações sociais que a colocam em destaque, e por ser borda, ou a parte mais necessitada de interpretações, em todos os aspectos - econômicos, sócio-político, etc. (MACHADO, 1998, 42)

São estes os aspectos a serem explorados por este trabalho, buscando desembaraçar o entendimento trazido pelo senso comum para adquirir conotações de legitimidade quando valores simbólicos são atribuídos ao limite internacional:

Considerando que a modernidade criou o sentido atual das fronteiras interestaduais como decorrência da existência de limites criados e legitimados, ou não, pelos organismos de Estado, é lúcido entender que as relações ali existentes são permeadas pelas diferenças entre essas nações e seus nacionais. Assim, se a existência de limites estaduais tem como uma de suas funções a de subordinar as ações da vida fronteiriça a si, esta se encarrega de assimilar, da maneira que lhe é permitido, as adaptações que lhe interessam. Ou seja, a vida fronteiriça está, ao menos em grande parte, regulada pelas esferas nacionais que a envolvem e estipulam as normas, leis e regras que farão e darão sentido de nacionalidade aos habitantes. Dessa forma, e considerando que a vida fronteiriça é composta por pelo menos dois Estados, as relações entre esses, em todas as suas esferas, definirá, ao menos parcialmente, aquilo que se identifica como vida fronteiriça. Em outras palavras, a



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



fronteira é prenhe das consequências da existência dos limites e das relações entre os países que a compõem. (OLIVEIRA; CAMPOS, 2015, p. 51)

Neste sentido, segundo Maia (2014, p. 68-86) distinção entre limites e fronteiras são apresentadas desde tempos mais remotos. Parte de sua população fez e faz uso desta diferenciação, manipulando o espaço de tal forma que a legislação esbarrava no limite, enquanto que a liberdade estava na fronteira. No caso da instalação da Marinha na Região Fronteiriça de Ladário, os conceitos de limites e fronteiras demonstram uma linha tênue entre *nós* e os *outros*, o “conhecido” e o “bárbaro”, a missão institucional de proteger a soberania dos limites e sua atribuição assistencial de estabelecer acordos de cooperação e exercer a paradiplomacia. Para os militares que vêm servir nesta área considerada especial por ser inóspita, encontra e ressignifica uma região especial por sua riqueza cultural e riqueza de experiências.

Foucher conceitua a fronteira como uma descontinuidade geopolítica com a marcação de: real, simbólica e imaginária. Sendo que:

A função de realidade é o limite espacial do exercício de uma soberania em seus próprios termos: aberto, entreaberto ou fechado. A referência simbólica refere-se a participação em uma comunidade política inscrita numa jurisdição que é a sua; que se refere à identidade. O imaginário conota relação com o Outro, vizinho, amigo ou inimigo, então a relação a si mesmo, a sua própria história e seus mitos, ou destrutivo (Foucher, 1991, p. 38)

Desta forma, adotamos a compreensão de que fronteira e limites não são sinônimos, nem no sentido político-estratégico nem no sentido cultural. As origens políticas do conceito de fronteira estão associadas à formação dos Estados-nacionais, que no seu processo de consolidação tiveram que demarcar as linhas divisórias, a fim de estabelecer a ordem e instituir o poder. “Etimologicamente, a palavra fronteira é “derivada do latim “*fronteria*” ou “*frontaria*”, e indicava a parte do território situado “in fronte”, ou seja, nas margens, consignando, portanto, uma qualidade e não uma entidade” (Nogueira, 2007).

Foucher (1990) afirmou que a origem do nome fronteira deriva de *front*, *La ligne de front*, ou seja, da guerra. Para Nogueira (2007), o conceito de fronteira remete ao latim “*front*”, in front, às margens. Para ele a regra geral de fronteira é um espaço definido pelo outro (pessoa) que está num centro (etnocêntrico), sendo, portanto, subordinado. A palavra fronteira não foi originalmente aplicada a uma linha e sim a uma área.

De acordo com Pesavento (2002), todas as fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são simbólicas. São marcos, sim, mas sobretudo de referência mental que guiam a



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



percepção da realidade. Elas nos trazem imensas possibilidades, uma delas é a riqueza de nossa diversidade cultural..

Uma das características marcantes das regiões fronteiriças é a mescla cultural. Povos de nações distintas promovem intercâmbio constante de costumes, folclore, culinária, religião, entre outros. Sabemos que diversos são os elementos que podem causar aproximação ou distanciamento entre esses povos de fronteira. (2006)

Na fronteira geográfica as fronteiras culturais cruzam-se, mesclam-se, passando os sujeitos a (re)compor suas identificações culturais e étnicas com a sociedade de acolhimento.

Os significados de limites e fronteiras evoluíram consideravelmente desde que o homem surgiu, sem nunca desaparecerem. No decorrer da história os significados do limite tiveram muitas variações. Segundo Raffestin (1993), o limite é um sinal ou, mais exatamente, um sistema sêmico utilizado pelas coletividades. Durante o período medieval as fronteiras foram mal definidas, mal delimitadas e mal demarcadas. Houve uma fragmentação do território. A zona/região de fronteira era uma área, ou seja, possuía largura (e não só extensão, como no caso do limite) de modo a cumprir o objetivo de separação e não de contato. É o que se poderia chamar de fase da fronteira zonal. Ela possuía vários significados: posto avançado, declive defensivo, etc. Fronteira zonal. A fronteira não significava um limite rigoroso, mas havia uma flexibilidade, era maleável. O território fragmentado foi sendo aos poucos unificado pela religião. O limite era muito estreito, definido pelas relações familiares, era o brasão da sociedade (das famílias).

Há um consenso na literatura, de que é com o advento do Estado Moderno que a fronteira linear, precisamente delimitada e demarcada, vai se tornar imprescindível, já que para se impor o Estado precisou, inicialmente, lançar as bases de sua soberania territorial. Enquanto Forças Armadas, o conceito de fronteira utilizado é o de garantir a soberania dos contornos do mapa. A demarcação permite o exercício das funções legal, de controle e fiscal de acordo com Raffestin:

Graças ao surgimento do mapa, que é o instrumento utilizado para definir, delimitar e demarcar a fronteira. Porém, a linha que divide a fronteira é materializada apenas nos mapas, na realidade ela é imaginária. Sendo assim, a linha fronteiriça adquire diferentes significados segundo as funções das quais foi investida:

A função legal delimita uma área no interior da qual prevalece um conjunto de instituições jurídicas e normas que regulamentam a existência e as atividades de uma sociedade política;

A função de controle tem por dever inspecionar a circulação dos homens, dos bens e da informação de uma maneira geral. Porém, o controle da informação se mostra muito difícil, na maioria dos casos;



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



A função fiscal por muito tempo representou o papel de instrumento de política econômica por meio do protecionismo. A liberalização das trocas diminuiu muito a sua importância;

A função ideológica é muito marcante hoje em dia e esconde os conflitos armados potenciais;

A função militar é ambígua, pois só pode ser assumida num contexto estratégico convencional. Os armamentos sofisticados e conceitos de Guerra eletrônica a esvaziaram, em grande parte, de todo significado. (RAFFESTIN, 1993, p. 167).

Além do contexto estratégico convencional, a função militar atualmente, de acordo com a Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa, exerce também a função assistencial de ocupação do território e integração com a comunidade por meio de projetos sociais, acabando por transformar a sociedade onde se insere. Ainda de acordo com Raffestin (1993), “todo período de crise, toda insurreição, toda revolução se traduzem por modificações mais ou menos fortes nos sistemas de limites. Isso se torna a nova quadriculação na qual se instaura, por bem ou por mal, uma nova territorialidade”.

Devido à sua construção histórica como divisor de soberanias, de disputa de poder e de defesa do território do Estado-nacional, a percepção de fronteira, principalmente para aqueles que estão localizados fora dela, é carregada de imagens de um lugar onde se desenvolvem as contravenções, o contrabando, a rota de fuga, a saída ou entrada daqueles que infringem a lei e a ordem em seus respectivos Estados. A fronteira é marginalizada por ser diferente. Corumbá, além de ser diferente, também é distante. A fronteira é um lugar exótico, não obedece a ordem do poder. Ela permanentemente é um lugar de ameaças, de risco, de desestabilização de uma ordem existente. Para os militares da Marinha, por muito tempo, ser movimentado para a área de fronteira era considerado castigo por ser a região considerada inóspita e desprovida de recursos. Aos poucos, porém essa percepção vem sendo ressignificada.

Algumas dissertações defendidas no MEF por agentes públicos ligados a instituições responsáveis pelo controle, vigilância e repressão demonstraram problemas quanto ao preparo para atuar em região de fronteira. Exemplo disso é a pesquisa realizada na Marinha do Brasil (MB), onde tal fenômeno é notável, tanto entre oficiais quanto praças, que afirmaram não ter essa região como primeira opção para movimentação. Essa Dissertação revela, ainda, que os praças afirmam terem sido, em sua maioria, designados de maneira obrigatória, e evidenciam que não receberam nenhum treinamento específico para tal remoção (MARANHÃO, 2014, p. 74-85).

Consideramos que ao ser designado para atuar em Faixa de Fronteira, o militar irá conviver com outra cultura, híbrida em sua essência, com contradições muito visíveis como: o que é proibido para ao longo território nacional e é permitido naquele ambiente, sem contudo ter



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



recebido um preparo diferenciado, voltado para esse ambiente fronteiriço, o que oportunizaria uma redução de conflitos e tensões, e a melhor apropriação do território fronteiriço.

Segundo Raffestin (2006) o mito das fronteiras nacionais foi substituído pelo mito da eliminação das fronteiras nacionais. Nesse sentido a falta de reflexão a respeito do significado de fronteira resulta em uma falta de regras nos diversos sentidos do pensamento e da ação no significado do que é ser uma fronteira, o que não faz o menor sentido, já que o limite é uma necessidade incontornável, um mecanismo de regulação que garante a existência contra os perigos do caos.

O conceito de fronteira política nos últimos anos vem sendo posto em questão pela pressão exercida pela economia, que força a liberdade de movimento de determinados fatores, principalmente mercadorias e capitais. Resultado esse das mudanças inerentes ao próprio estado-nacional para ajustar-se ao mundo globalizado. O “fim das fronteiras” atenderia aos objetivos da produção e da circulação realizados por grandes corporações presentes em vários países do mundo. Com isso, o mito das fronteiras nacionais foi substituído pelo mito da eliminação das fronteiras nacionais. Não é de hoje que se divulga a existência de “um mundo sem fronteiras”, argumento que foi robustecido quando da queda do muro de Berlim em 1989. (Raffestin, 2006, p. 178)

Porém, apesar desse argumento, as fronteiras ainda estão em cena através dos mitos que perpassam a história. A nova fronteira, diferente daquelas definidas na formação dos Estados nacionais, convive hoje com as fronteiras dos blocos econômicos, que também buscam o rompimento da fronteira geográfica para a consolidação do poder.

Para Raffestin (2004), a história não pode ser interpretável sem a fronteira, pois as sociedades foram sempre definidas pelas fronteiras que elas traçaram. Elas acompanham os movimentos dos povos e marcam as grandes viradas nas transformações das civilizações. Por isso, buscamos nas definições de fronteira o entendimento necessário para estudarmos as relações nela travadas entre os militares ali instalados e a comunidade, sobretudo como isso se dá através do Programa Forças no Esporte na localidade em questão.

Atualmente as fronteiras estão deixando de ser um espaço que separa e passando a ser um espaço de reflexão e integração, aproximações culturais diversas e solidariedades, como podemos observar na fronteira Ladário/Corumbá - Puerto Quijarro/Puerto Suarez. Num sentido mais amplo da palavra, a fronteira não se resume a um fato geográfico delimitado por uma linha imaginária ou marcos físicos, mas também é um fato social de uma riqueza cultural imensurável, pelas conotações ali implícitas, e embora a fronteira seja uma delimitação política, passa pela integração e transformação dos sujeitos nela inseridos:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Diante do contexto, as fronteiras nascem das diferenças impostas pelos costumes, valores morais e sociais de uma sociedade. Assim ela é entendida como um processo que desemboca em processo cuja sequência pode ser resumida em quatro momentos: diferenciação, tradução, relação e regulação. (RAFFESTIN, 2006).

Para exemplificar essas diferenças impostas observamos a hierarquia social, estabelecida desde a transferência do Arsenal de Marinha para a então região de Albuquerque, que futuramente viria a ser a Cidade de Ladário. A partir das relações de poder aos poucos estabelecidas, pode-se observar a reprodução na cidade da cultura trazida pelos militares de sua cidade- natal. Partindo do pressuposto de que a fronteira é um cenário do indivíduo autônomo que possibilita a ação econômica para expressar a necessidade de sobrevivência de uma cultura, percebemos inicialmente a falta de um instrumento para intensificar as inter-relações entre as comunidades fronteiriças, rumo a uma efetiva integração.

As iniciativas locais de integração em muitas regiões de fronteira derivam do interesse delas se afirmarem como saídas preferências de escoamento ou como regiões de turismo mais destacadas. Não é por acaso que um dos principais fatores a intervir na promoção da cooperação é a existência de uma elite política local empreendedora que esteja disposta a investir tempo, esforços e dinheiro em promover o desenvolvimento de redes transfronteiriças (Gansteret al., 1997)

A sociedade local das cidades de Corumbá e Ladário não se mostrou disposta a investir no desenvolvimento das redes transfronteiriças, ficando a cargo do poder público promover o desenvolvimento social da área. Cada fronteira é una, mas existem alguns problemas que persistem nessas regiões de forma geral. Dentre eles, pode-se evidenciar a ausência do Estado, seja para promover o potencial de acordo com as peculiaridades de cada região, ou mesmo, para tratamento dos problemas na fronteira. O latente viés de segurança e defesa presente nos discursos e ações do Estado criam um estigma da fronteira associado à ilegalidade, o que deixa à mercê de políticas para o desenvolvimento social, político, cultural, entre outros que buscam através de diversas ações, cobrir uma lacuna deixada pelos sistemas específicos. A falta de coordenação entre as políticas de ambos os lados da fronteira também compromete a eficácia de ações na região, tendo em vista que o êxito das mesmas dependeria de iniciativas concomitantes, isto é, de relações de cooperação.

Isso posto, o presente estudo apresenta o alcance do Estado pela Marinha do Brasil através de acordos de cooperação, enquanto ferramentas utilizadas pelos atores estatais e não-estatais – a paradiplomacia – com ênfase nas relações de cooperação transfronteiriça. Sobretudo, com a pretensão de refletir sobre um dos grandes dilemas apresentados nas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



práticas paradiplomáticas – a pontualidade das ações de desenvolvimento local, com foco para o PROFESP.

O espaço fronteiriço, portanto, reforça o pensamento de que a fronteira não é um modelo estático, alheio a quaisquer transformações ao longo da história, mas possui uma lógica peculiar operante. Segundo Da Costa (2010) uma mesma região de fronteira pode apresentar uma dupla condição:

As classificações sociais e os processos de reconhecimento identitários nas regiões de fronteira estão condicionados, em grande medida, à sua dupla condição: ora como “barreira” (zona fortificada) e limite (alfândegas, passaportes, muros etc.); ora como “passagem” (zona de interação), como área aberta, porosa, permeável e como um local de interação social (trocas simbólicas e econômicas). (DA COSTA, 2010, p. 84)

Essa dinâmica é influenciada pelos processos de apropriação e formação de novas fronteiras, exigindo políticas/projetos que representem ações para o desenvolvimento local. Nesse sentido, o termo não está associado ao planejamento estratégico. Segundo Boisier (1999), o desenvolvimento local pressupõe duas palavras: o consenso e o poder, isto é, a articulação de atores locais com competência e capacidade de poder decisório para criar novas instituições e planos com ênfase na promoção do capital humano. A este respeito, Boisier afirma, ainda, que há necessidade também de coordenação entre a política nacional de desenvolvimento com a política local a fim de que se chegue ao consenso e poder.

A fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas). Enquanto a Fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o limite jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono. O chamado “marco de fronteira” é na verdade um símbolo visível do limite. Visto desta forma, o limite não está ligado a presença de gente, sendo uma abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, frequentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira. Por isso mesmo, a fronteira é objetopermanente da preocupação dos estados no sentido de controle e vinculação. Por outro lado, enquanto a fronteira pode ser um fator de integração, na medida que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas, o limite é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais. (MACHADO, p. 42, 1998)

Como percebido, o termo “fronteira” é mais adequado à proposta deste estudo, por caracterizar forças centrífugas (fluxos que se originam do interior e partem para fora), enquanto o limite orienta-se para as forças centrípetas, isto é, tendentes à centralização do poder. Nesse sentido, a fronteira é um espaço onde os diversos atores exercem sua



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



influência em diferentes escalas/níveis de poder. A esse respeito, Oliveira (2005) apresenta uma tipologia para classificação segundo as esferas de poder atuantes no espaço fronteiriço baseadas nas relações de troca que podem ser funcionais e formais. Enquanto as primeiras estão associadas às ações de governos locais, como associações comunitárias e câmaras empresariais, as últimas possuem aparato em acordos jurídicos, como os acordos bilaterais e processos de integração regional.

As fronteiras com baixa integração formal e funcional são consideradas fronteiras mortas pela falta de interesse mútuo em aproximação com o território vizinho. O território perigoso é marcado pela baixa integração formal e alta integração funcional, onde existe forte tendência para descontrole da ilegalidade devido à informalidade excessiva. Ao contrário deste último, são as fronteiras burocráticas, com forte presença de relações formais e baixo grau de interações culturais na fronteira. Além disso, existe o modelo considerado mais apropriado para as relações fronteiriças, denominado fronteiras vivas, pois existe maior equilíbrio nas relações formais e funcionais. O excesso de funcionalidade encontra limites nas relações formais. Em contraponto, a presença da funcionalidade permite que sejam superadas as barreiras de separação política. (Oliveira, 2005)

Tais categorias supracitadas impactam, sobremaneira, no nível de autonomia dos atores locais em suas relações paradiplomáticas. As fronteiras com maior equilíbrio entre as relações formais e funcionais apresentam um ambiente propício às atividades paradiplomáticas. Esse tema, de fundamental importância, será tratado adiante. Antes, porém, propomos uma breve digressão a respeito dos conceitos de território e territorialidade, de modo que seja possível a aprofundar algumas questões sobre a temática da fronteira e dos aspectos fronteiriços.

Para SANTOS (1988, p. 77), a configuração territorial passa por transformações ao longo do tempo devido às constantes mudanças da sociedade já que a sociedade se reconhece como fonte da lei. Desta forma, coloca o entendimento do mundo determinado pelos fatos e pelos períodos em que ocorreram.

No caso da região fronteiriça do Oeste Brasileiro, a configuração territorial atual passou por diversas transformações ao longo da história, deixando um legado de suor, sangue e lágrimas.

Contextualizando historicamente a questão de tempo e espaço, somos levados a viajar, tal qual Ulisses, que buscava desde a Grécia Antiga “ver com os próprios olhos”, experimentar para tirar suas próprias conclusões. Ulisses hoje é representado por uma sonda espacial destinada a contribuir para a ciência, partindo do conceito filosófico do campo científico temos o que Maria Helena Martins chamou de “campo social”, que com sua força e



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



monopólios, tal qual qualquer outro campo social, inclui as relações de concorrência pelo capital científico como meio de se obter prestígio, chamando a atenção para se evitar a falsa ciência, que se destina a produzir uma falsa consciência em favor do capital. Convidados a aperfeiçoar as metodologias para entender a tecnoesfera e a psicoesfera de um mundo objetivamente articulado, construímos e desconstruímos nossa noção de fronteira ao mesmo tempo em que as noções do limite imposto ao território e os desafios trazidos pela vivência fronteiriça são reforçados pela ideia que distingue limites e fronteiras.

É importante observar que o “limite jurídico do território é uma abstração, gerada e sustentada pela ação institucional no sentido de controle efetivo do Estado territorial” (MACHADO, 2000, p. 09). E, em se tratando desses tipos de instituições é relevante notar que:

O motivo mais imediato e óbvio de diferenças de concepção sobre o controle de limites e fronteiras é o funcional, seja por decorrência de funções constitucionais determinantes, seja no cumprimento de funções político-administrativas, essas mais sensíveis ao ambiente imediato. Ainda no campo funcional, mas agregando a dimensão política, podemos distinguir uma certa estrutura hierárquica dos componentes institucionais. Referidos à arena da segurança internacional e o papel exclusivo do Estado soberano nessa arena encontramos a diplomacia e a defesa, ou seja, a esfera da *alta política*, representando os aspectos nobres da administração. Os responsáveis pelos assuntos mundanos do dia a dia, impostos, comércio, policiamento etc., compõem o que chamaremos de “intendência” do Estado e pertencente à esfera da *baixa política*. (MACHADO, 2000, 18-19)

Na tentativa de caracterização das fronteiras brasileiras por diversos autores pesquisados, prevalecem os conceitos de linha de fronteira e faixa de fronteira. A primeira é formada pela linha imaginária que segue o estabelecido em tratados internacionais, detalhamento este que se torna indispensável quando se trata de fronteira balizada por rios, e definir se o limite passará por uma das margens, pelo talvegue⁴ ou pela mediana entre ambas as margens. A faixa de fronteira foi consolidada pela legislação brasileira pela Lei nº 6.634, de 02/05/79, regulamentada pelo Decreto nº 85.064, de 26/08/80, estabelecendo como Faixa de Fronteira:

a faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, agregando as informações existentes (código geográfico e nome do município) com as produzidas na identificação e/ou classificação do município dentro da faixa, tais como: fronteiriço, parcial ou totalmente na faixa, referências da sede a linha de fronteira e ao limite da faixa interna. (BRASIL, 1979)

⁴ Palavra derivada do alemão *talweg*, - linha de maior profundidade do leito de um rio.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



E renovada pela constituição de 1988: “A faixa de até 150 km de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território nacional” (BRASIL, 1988, cap II, art. 20).

Segundo o IBGE, a principal finalidade deste conceito é a identificação das unidades político-administrativas do Brasil localizadas na Faixa de Fronteira que estão sob as regras de segurança nacional, em especial, no tocante a obras públicas de engenharia civil, participação de estrangeiros em propriedades rurais ou empresas nestas áreas, concessões de terras e serviços e auxílio financeiro do governo federal; secundariamente, no tocante a gratificação de localidade especial.

O Brasil possui 17 mil quilômetros de fronteiras, sendo nove mil de fronteiras molhadas e sete mil secas. Segundo o IBGE (2008), só no estado do Mato Grosso do Sul, São 12 municípios localizados na linha de fronteira, somados aos 32 que são da faixa de fronteira, de que trata o art. 1º da LEI Nº 6.634:

Art. 1º. - É considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 Km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira. (BRASIL, 1979)

A Política de Defesa Nacional (PDN), em vigor desde 30 de junho de 2005, confere tratamento específico à Região Amazônica:

5.4. A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas, entre outros fatores, pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias. A vivificação das fronteiras, a proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras é condição relevante para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. (BRASIL, 2013).

O que vem proposto acima pela Política de Defesa Nacional para a Região Amazônica pode - por similaridade de vazio demográfico, grandes distâncias e importância geoestratégica - tornar-se aplicável à Região do Pantanal.

A propósito disso, de acordo o Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (Pantanal), elaborado, em 1997, pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, a potamografia brasileira, estimada em 50.000 km, destaca-se no cenário mundial como um dos maiores potenciais hídricos do mundo.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Essa vasta rede hídrica atravessa importantes regiões do Brasil, constituindo vetor de desenvolvimento e integração do território transnacional. Entre as bacias fluviais mais proeminentes destaca-se a do Rio Paraguai, dividida em quatro trechos com características distintas: o Paraguai Superior, que se estende das nascentes até a cidade de Cáceres, no estado do Mato Grosso; o Alto Paraguai, que compreende o trecho entre Cáceres e a foz do rio Apa, esta no estado de Mato Grosso do Sul; o Médio Paraguai, entre a foz do Rio Apa e a cidade de Itapiru, já em território paraguaio; e o Paraguai Inferior, que se estende desse último ponto até desembocar no rio Paraná.

O Alto Paraguai possui uma extensão de 1.278 km e corresponde ao trecho navegável do rio incluso na faixa de fronteira brasileira. Nessa área o rio possui alguns trechos em regime de compartilhamento com o Estado Plurinacional da Bolívia e com a República do Paraguai. No que diz respeito as condições de navegabilidade, o Alto Paraguai pode ser subdividido em Subtrechos que compreendem da foz do Rio Apa até o Porto de Corumbá (Tramo Sul) e do Porto de Corumbá até o Porto de Cáceres (Tramo Norte).

A linha de fronteira, bem como a faixa de 150 km adjacente - sobretudo nos 1.278 km delimitados pelo trecho do Alto Paraguai - encerra na Região Centro-Oeste uma área considerada fundamental para defesa do território brasileiro. Reforçando esse pensamento e destacando a importância da região do Pantanal, reforçando o conceito de fronteira enquanto resultante de uma política, se faz primordial a existência de uma política vigilante, previdente e construtiva, para que as fronteiras sejam estáveis e protegidas bem como sensibilizadas demográfica e economicamente, tornando-se a afirmação de um espírito forte de nacionalidade (SOARES, 1972).

O Pantanal configura-se uma das regiões mais ricas do mundo em potencial energético e insumos para o desenvolvimento industrial, além de fornecedora de alguns minerais estratégicos à indústria de estados importadores como o manganês e o ferro. Com relação às águas, o Aquífero Guarani, com 45.000 km³ de capacidade, destaca-se como grande manancial de riqueza, considerado a maior reserva subterrânea de água doce do mundo, com cerca de 70% de sua área na região Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, possível objeto de preocupação a defesa no futuro.

Como mencionado, o Brasil possui 17 mil quilômetros de fronteiras. Desse total, cerca 40% são fronteiras secas – matas, montanhas etc. – e aproximadamente 60% são fronteiras molhadas – rios, lagos.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



As nossas “fronteiras molhadas”, terminologia adotada pela primeira vez em 2011 pelo Almirante Afonso Barbosa⁵, para expressar os limites maleáveis das águas jurisdicionais brasileiras, compreendem a Amazônia Azul, bem como as águas interiores, ou seja, os rios que banham essas localidades. Essas fronteiras molhadas, bem como quem ali vive, ficam distantes do olhar comum da sociedade e dos seus representantes, e a dificuldade de acesso pela sua localização impõe uma ação de presença mais complexa e flexível, móvel e proporcional ao fluxo natural de embarcações, de acordo com a prioridade dos pontos focais estratégicos.

A fronteira do Brasil com a Bolívia é de aproximadamente 3,4 mil quilômetros, dos quais 2,6 mil quilômetros são de fronteira molhada. A fronteira do Brasil com Paraguai, supostamente palco de intenso tráfico de drogas e armas, contrabando e descaminho, é de quase 1,4 mil quilômetros, dos quais 900 quilômetros de fronteira molhada.

A abrangência do tema “Defesa Nacional”, nos remete a uma pergunta de significativa importância: os diversos segmentos da sociedade brasileira estão conscientes das suas participações na Defesa Nacional? Lamentavelmente a resposta é: não! Tal resposta reflete a própria visão histórica nacional de que “defesa é um assunto de militares”. Assim foi durante os períodos do Brasil-Colônia, do Brasil-Império e republicano, principalmente durante os Governos Militares.

A criação do Ministério da Defesa, em 10 de junho de 1999, atende a um contexto político internacional, segundo alguns autores, para subordinação do “poder militar” ao “poder civil”, e com atribuições de coordenar e integrar os diversos segmentos da sociedade, em prol da Defesa Nacional. Tais atribuições conformam uma difícil tarefa, pois é fato o alheamento da sociedade para com a condução dos interesses do Estado, em particular aos assuntos da defesa nacional, neste caso específico, associada à rejeição das elites nacionais aos militares.

Dessa perspectiva torna-se fundamental discutir o conceito de paradiplomacia como ferramenta para a promoção do desenvolvimento na região de fronteira. A esse respeito não é demais ressaltar que a paradiplomacia tem sido cada vez mais utilizada para promover o desenvolvimento “*desde abajo*”, por meio da atuação de atores locais, ainda que o ator estatal continue sendo o agente central da formulação da política externa. Nesse sentido, pode-se

⁵ Ex-Diretor da Escola de Guerra Naval, e atual Secretário Nacional de Esporte, Lazer, Educação e Inclusão Social (Sneleis), do Ministério do Esporte



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



afirmar que há uma nova conjunção de fatores que permitem a criação ou recriação de novos arranjos institucionais, com possibilidades de atuação internacional para a busca de objetivos diversos.

Vale destacar, ainda, que muitas práticas de intercâmbio internacional entre atores não estatais podem ser consideradas paradiplomáticas, sendo que seu marco inicial remete, no âmbito sul-americano, ao processo de integração regional por meio do Mercosul (1991), atingindo e impactando diversos segmentos da sociedade dos Estados membros e associados ao bloco.

Para Ribeiro (2009), paradiplomacia constitui uma das ferramentas disponíveis aos atores locais para promoção do desenvolvimento na região de fronteira. De fato, ela não deve ser entendida como a solução para os problemas de fronteira, mas é um fenômeno posto na agenda internacional, cujos resultados têm sido satisfatórios para a promoção das localidades no âmbito internacional. Diante disso, o propósito é que se reduza cada vez mais o ônus deixado para a sociedade pelas políticas de crescimento ilusório e, portanto, ineficazes, e que tais projetos sociais perpassem pela mensuração constante de seus resultados socioeconômicos.

Uma das principais características da paradiplomacia é seu caráter fortemente variado quanto aos seus objetivos. Em vista das peculiaridades apresentadas pelos territórios fronteiriços, a paradiplomacia é um recurso bastante viável a ser utilizado para solucionar/amenizar problemas ou impulsionar capacidades numa perspectiva de atuação internacional. Como visto, o desenvolvimento local é incapaz de ser promovido apenas por um agente e, em se tratando de fronteira, é imprescindível a comunicação entre atores nacionais e estrangeiros de forma que a região de fronteira compartilhada possa alcançar o desenvolvimento local almejado. Por este motivo, este estudo acredita que a paradiplomacia possa ser uma ferramenta a serviço do desenvolvimento local.

Em regiões de fronteira, a paradiplomacia costuma ser utilizada para atender os objetivos de suprir a falta/insuficiência de políticas públicas:

Atualmente, a paradiplomacia regional transfronteiriça manifesta-se por vários contatos cooperativos através de um cruzamento de fronteira nacional por migrantes e imigrantes; o movimento legal de produtos manufaturados; prevenção do contrabando: embarques de mercadorias roubadas, tráfico de drogas e compras excessivas através da fronteira [...]; gestão de recursos hídricos; problemas de poluição (chuva ácida, mosca do Mediterrâneo, etc.) transferências de energia (gás e energia hidroelétrica entre os estados de Quebec, Nova York e Nova Inglaterra); defesa Civil; esgoto; prevenção de desastres naturais, como incêndios em florestas fronteiriças ou cidades gêmeas, e inundações; vários empreendimentos



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



transfronteiriços e / ou empreendimentos ecológicos, como a estrutura cooperativa [...] Todos esses arranjos formais e informais resultaram claramente e refletem agora a permeabilidade cada vez maior das fronteiras nacionais entre-soberania (DUCHACEK, 2001, p.20).

Contudo, o fato de existirem relações paradiplomáticas na região de fronteira em maior medida - quando comparadas às demais regiões localizadas no interior dos Estados - não significa, necessariamente, ações que visem o desenvolvimento local. Na realidade, existem muitos obstáculos que desafiam o avanço das práticas paradiplomáticas, tais como a diferença de tratamento expressa na Constituição pátria dos países vizinhos e a indefinição do grau de autonomia das entidades subnacionais nestas atividades estabelecidas pelos Estados. Além disso, a inexistência de um manual de boas práticas que seja utilizado para ampla divulgação e informação dos atores locais. As atividades pontuais e desarticuladas acabam por comprometer a eficácia das ações de paradiplomacia, devido à falta de acompanhamento e monitoramento dos resultados gerados a partir das experiências obtidas.

O próprio histórico de rivalidades e preconceitos entre as sociedades de cada lado da fronteira pode comprometer a cooperação, pois, embora ambos os lados desfrutem da condição de fronteira, podem não manifestar interesse no aprofundamento das relações de cooperação fronteiriça. A falta de uma estrutura política especializada com gestores capacitados para tal também pode refletir na ausência de uma política que perdure com as alternâncias de governo. Na região que compreende a fronteira entre Brasil, Bolívia e Paraguai essas debilidades são presentes e as iniciativas consolidadas constituem elementos norteadores. Portanto, abrem novos caminhos, isto é, novas possibilidades de atuação. É um parâmetro que pode ser utilizado para ampliação do leque de oportunidades de atuação internacional. O objetivo é entender como a atividade paradiplomática pode se desenvolver atendendo às necessidades da região, bem como ser utilizada para fomentar novas iniciativas a fim de que haja o fortalecimento da cooperação fronteiriça, reconhecendo a fronteira como local diferenciado e procurando compreender a dinâmica social da região a fim de promover o seu desenvolvimento, por estar a fronteira em questão inserida nos contextos de globalização e localização, compreendendo uma complexa espacialidade.

Faz-se preciso, ainda, esclarecer um duplo sentido de “fronteira” nos conceitos de Foucher, uma vez que em qualquer uma das três funções às quais ele se refere tais sentidos são notáveis. O primeiro possui um aspecto diversificado, uma vez que abrange a vivência construída historicamente nos circuitos sociais que a integram. As sociedades fronteiriças



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



parecem possuir certa autonomia na constituição de suas práticas rotineiras. Em outras palavras, as forças armadas atuam na fronteira sob a tripla função exposta por Foucher: no sentido real, quando a fronteira em questão pode ser categorizada como aberta, mas, também fechada, por ser limítrofe de suas atuações; no sentido simbólico, por seus envolvimento cotidiano com a população, interagindo e criando laços; e, no imaginário, em que a permanente ameaça do “outro” se emaranha entre nacionais e internacionais, em um cenário tipicamente fronteiriço.

Feitas essas considerações pode-se concluir o capítulo expondo a forma como a fronteira é conceitualmente pensada aqui. Para tanto é preciso realçar que, do mesmo modo que qualquer outro conceito, a fronteira não é um conceito geográfico a priori. Ao contrário, o conceito está presente no repertório de outras ciências sociais, no interior das quais a fronteira aparece ora como *boundary*, ou seja, referida como linha divisória entre Estados nacionais, onde é fundamental a presença dos aparelhos de Estado para garantir a segurança daquele terreno; ora como transgredida pela vivência dos sujeitos, ou seja, como *frontier*, referida nesse caso como zona de fronteira onde ocorrem as relações de separação e encontro das diversas instâncias que fazem parte dessa realidade – economia, cultura, política e sociedade. A esse respeito, a geógrafa Gabriela LauritoBoer adota uma perspectiva nietzschiana para discutir em termos teóricos que:

[...] podemos estabelecer uma crítica à concepção de realidade do mundo usualmente adotada pela geografia, qual seja, “o mundo real”, é aquele em que a geografia descobre a essência ideal da constituição dos fenômenos por meio do uso rigoroso e não contraditório das categorias com que delimita seu discurso sobre o mundo. Dessa forma, o mundo daí oriundo é apenas o mundo forjado enquanto linguagem que se sobrepõe à realidade, sendo essa a multiplicidade contingencial de forças e fenômenos em constante fuga e nomadismo. Portanto, o mundo não é o que ilusoriamente conseguimos fixar, por pensamentos travestidos em palavras, o reino da razão, mas aquilo que podemos estabelecer de perspectivas de sentidos a se transformar e mover em um constante movimentar de forças, fenômenos e corpos, de afirmação da vida (BOER, 2015, p. 38).

Indo adiante na reflexão, em *A Mobilidade das Fronteiras: inserção da geografia na crise da modernidade*, C. E. Hissa aponta que “na natureza o limite é um elemento intruso, idealizado” (HISSA, 2002, p. 20). Na expressão desse autor, os “limites”, e particularmente os “naturais”, são construções humanas, que somente o homem e sua cultura podem significar. Noutros termos, uma vez que a natureza em si não constrói nem impõe limites, estes se configuram apenas como abstrações do olhar humano. Visto dessa maneira, pode-se concordar com Gabriela LauritoBoer ao afirmar, a respeito da geografia e seus conceitos, que:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



A geografia e seus conceitos, como o de fronteira, pretende conceituar, ordenar sobrepor abstrações do pensamento à multiplicidade da realidade. O que se tem é o endurecimento das perspectivas, que ao invés de se abrirem aos múltiplos acontecimentos da vida, se fecham em conceitos totalizantes restritos às pesquisas acadêmicas (BOER, 2015, p. 39).

Com base no exposto, nesse estudo a fronteira não é pensada somente como fronteira política (*boundary*), traçada cartograficamente como linha divisória (limite) entre Estados nacionais.

Tampouco a fronteira é pensada apenas como *frontier*, ou seja, enquanto local da afirmação das diferenças, “o lugar da alteridade” na expressão do sociólogo José de Souza Martins (MARTINS, 1997, p. 150.). “Lugar” construído, como discute François Hartog no livro *Memórias de Ulisses: narrativas sobre a fronteira*, na longa duração, mais precisamente na antiguidade clássica, quando os gregos, os “viajantes inaugurais”, segundo o autor, “deslocam-se até as fronteiras” tornando-se eles próprios “homens-fronteira, embora móveis”, delineando, enquanto tal, “os contornos de uma identidade grega (ocidental), compreendida como esse limite ao qual não corresponde em realidade nenhuma experiência” (HARTOG, 2004, p. 15).

De acordo com José de Souza Martins, no espaço fronteiro define-se uma “situação de fronteira”, que é fundamentalmente uma situação de conflito, “mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e do desencontro” (MARTINS, 1997, p. 150). Esse desencontro “é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História” (MARTINS, 1997, p. 151). Para ele, contudo, não se trata de diferentes períodos de desenvolvimento econômico e social, mas de contemporaneidade de pensamentos divergentes, de diferentes mentalidades que constituem a individualidade dos sujeitos e a identidade dos grupos (MARTINS, 1997).

O problema é que as diferentes temporalidades históricas presentes numa “situação de fronteira” não são entendidas, segundo o sociólogo, como autônomas dentro da lógica do modo de produção capitalista, que prevê um destino único para todos, desrespeitando a trajetória de cada grupo. Isso por que apesar de se referir a temporalidades, tempo histórico e História, José de Souza Martins parece ter excluído a espacialidade de sua concepção de fronteira, o que o conduz a negar outras histórias que não a história do Ocidente. Como destacou Doreen Massey, “a imaginação da globalização como uma sequência histórica não reconhece a coexistência simultânea de outras histórias com características que sejam distintas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



[...] e futuros que, potencialmente, também possam sê-lo” (MASSEY, 2012, p. 31). É, porém, M. Sodré quem aponta a questão espacial como elemento decisivo para o entendimento do problema da alteridade:

Na pretensão de “civilizar” o não-ocidental, está implícita a exigência de conhecê-lo e resgatá-lo para a temporalidade europeia (o cronocentrismo) dentro de princípios do racionalismo iluminista que contemplam aspectos militares, políticos, tecnológicos, institucionais, educacionais e religiosos, a serem transmitidos como “universais” humanos. Concebido como mera diferença cultural a partir de comparações lógicas, o Outro é uma entidade a ser submetida pela razão causal. Sem maiores considerações por tudo aquilo que possa indicar uma positividade para seu espaço próprio, sua territorialização (SODRÉ, 2006, p. 53).

Portanto, é como local de vivência e de integração dos indivíduos que fronteira é pensada nesta dissertação. De forma clara, fronteira que agrega valores na vida cotidiana daqueles que a habitam. Vida cotidiana que, como sugere Agnes Heller, “não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico”, constituindo-se na “verdadeira essência da substância social” (HELLER, 2000, p.20). Visto dessa maneira, as regiões fronteiriças são “locais mágicos” (Duarte, 2015, p. 6), pautados pela complexidade de costumes, valores, crenças e ritos. Noutros termos, locais em que o encontro de culturas diferentes cria um espaço novo, onde não se encontra nem esta nem aquela cultura, identidade ou hábitos, havendo, isto sim, uma reescrita da cultura. A esse espaço novo cindido e ambíguo, HomiBhabha chamou de entre-lugar ou “terceiro espaço”:

O reconhecimento teórico do espaço-cisão da enunciação é capaz de abrir o caminho à conceitualização de uma cultura internacional, baseada não no exotismo do multiculturalismo ou na diversidade de culturas, mas na inscrição e articulação do hibridismo da cultura. Para esse fim deveríamos lembrar que é o “inter” – o fio cortante da tradução e da negociação, o entre-lugar – que carrega o fardo do significado da cultura. Ele permite que comecem a vislumbrar histórias nacionais, antinacionalistas, do “povo”. E ao explorar esse terceiro espaço temos a possibilidade de evitar a política da polaridade e emergir como os outros de nós mesmos (BHABHA, 2003, p. 69).

É, portanto, sob a perspectiva da fronteira enquanto entre-lugar, à maneira proposta por HomiBhabha, que se pretende analisar as ações da Marinha do Brasil na região Ladário – Corumbá – Porto Quijarro – Porto Suarez. Antes, porém, propõe-se apresentar um breve histórico da presença da Marinha do Brasil nessa região.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



CAPÍTULO 2: BREVE HISTÓRICO DA PRESENÇA DA MARINHA NA REGIÃO DO PANTANAL SUL DE MATO GROSSO E O PLANO ESTRATÉGICO DE DEFESA (1985-2018)

O Pórtico da Marinha do Brasil, datado de 1873 (figura 1), considerado ponto turístico da região, tombado pelo Iphan em setembro de 2014, se localiza na entrada do Complexo Naval de Ladário. Réplica do Arco do Triunfo, do *ChampsElisées*, representa a consolidação da conquista da fronteira oeste brasileira, construída após violentas disputas territoriais, tanto na vigência do Tratado de Tordesilhas como após a Independência do Brasil, culminando com o fim da Guerra contra o Paraguai. Assim, desde o Império até a atualidade, as Forças Armadas buscaram garantir a integridade do país, recuperando territórios invadidos pelas forças paraguaias durante a Guerra, ocupando e defendendo territórios da fronteira Oeste.



Figura 1 Pórtico do 6º Distrito Naval.
Fonte: Comunicação Social do 6º Distrito Naval

Segundo Jesus (2011. p. 18), ao criar a capitania de Mato Grosso em 1748 a coroa portuguesa buscava efetivar as suas conquistas territoriais e deter o avanço das missões jesuíticas espanholas, que tentavam se estabelecer à margem direita do rio Guaporé.

Desde a fase colonial, vários tratadistas especializaram-se nos direitos reconhecidos à época, buscando orientar a colônia para sua expansão além do território definido pelo Tratado de Tordesilhas, já em 1748 quando foi fundada a Capitania do Mato Grosso.

Em 1777, o tratado de Santo Ildelfonso reconhece o Rio Paraguai como limite das possessões portuguesas e espanholas, mas definia que os territórios da margem direita do Rio, como o Forte Coimbra, deveriam ser entregues aos espanhóis.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Porém, por inexistirem terras com capacidade para abrigar povoações à margem esquerda, tornava-se impositivo manter posições na margem direita, para assegurar o controle sobre o rio. Preocupados com o avanço português, os espanhóis ocuparam um ponto próximo ao Forte Coimbra, local em que foi construído o Forte Olimpo (1792), na margem direita do rio Paraguai, o montante da região de Fecho dos Morros. Para reforçar a defesa de Forte Coimbra, foram instalados postos fortificados na margem direita do rio, para prover apoio logístico ao forte. Assim foram fundadas as cidades de Ladário e Corumbá, ambas em 1778. (MATTOS, 1990)

Pela sua posição estratégica, o Forte Coimbra foi alvo de diversos ataques, porém a sua manutenção proporcionou a consolidação da posse portuguesa da margem direita do rio Paraguai. A defesa do Forte Coimbra durante o Período do Império é considerada por diversos autores, um dos fatores mais importantes para a manutenção da atual Região Centro-Oeste. Ao longo da história, a região do Pantanal foi significativamente estratégica para a manutenção da fronteira oeste do Brasil. Caso os espanhóis tivessem conquistado o forte Coimbra, as localidades de Corumbá e Ladário provavelmente teriam caído, já que Ladário foi fundada como colônia agrícola em 1778, pelo sertanista João Leme do Prado, em apoio aos militares ali instalados a fim de garantir a ocupação das cabeceiras dos rios Paraguai e Cuiabá.

Segundo Corrêa (2009) a história da região mato-grossense, desde a penetração dos sertanistas paulistas até meados do século XX foi literalmente a história de um povo armado. As relações de violência ficaram estabelecidas no confronto com uma natureza hostil e pelas disputas fronteiriças.

A posição geográfica de Mato Grosso, localizado numa área de fronteira, teve grande ascendência na forma de ocupação e de colonização portuguesa. Na primeira etapa, o confronto de interesses deu-se entre os impérios português e espanhol. Já na segunda década do século XIX, esse confronto deu-se em função das formas de organização dos estados nacionais, contrapondo o governo monárquico brasileiro e as repúblicas paraguaia e boliviana. Desta maneira, a posição estratégica de Mato Grosso tornou-se área divisora e anteparo às aspirações espanholas, como também, em fase posterior, às influências republicanas. (CORRÊA, 2009. p. 61)

Assim, já na época do império, tanto a coroa portuguesa quanto o governo imperial brasileiro posicionaram-se defensivamente nesta região fronteiriça. Além dos obstáculos inerentes à região fronteiriça como: áreas de difícil acesso, insalubridade e presença indígena, a inexistência de uma definição clara de limites agravou ainda mais a dificuldade de defesa da fronteira Oeste.

Na iminência de um conflito fronteiriço, a força militar compunha-se do conjunto da população, isto é, todos os que pudessem pegar em armas eram convocados pelo governo local para dirigirem-se à área de atrito. E essa possibilidade de deslocar uma população — por exemplo, os moradores de Cuiabá — para a linha de fronteira



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



e de litígio, motivava novo problema: o medo de um levante dos escravos, que ficavam sem a vigilância de seus proprietários, ou mesmo da tomada inesperada da localidade por castelhanos e por índios hostis. (CORRÊA, 2009. p. 62)

A existência de um intercâmbio comercial paralelo e extra-oficial, ainda que estimulado pelas autoridades portuguesas locais, não impediu que as relações de fronteira fossem marcadas por um clima de rivalidade exacerbada e de violência. Essa tensão reinou durante o século XVIII, refletindo-se em problemas surgidos posteriormente na área de fronteira.

No início do século XIX, esse território foi marcado por atritos resultantes da disputa pelo domínio da fronteira, como o ataque dos espanhóis ao Forte de Coimbra e o imediato revide dos portugueses contra o forte espanhol de São José.

Em 1825, o Governo Imperial tomou a iniciativa de construir seis barcas canhoneiras, resultando na criação, em Cuiabá, do Arsenal de Marinha da província de Mato Grosso, em Cuiabá, em 19 de fevereiro de 1827, fato considerado o início formal das atividades dessa Força na região. Como destacou o antropólogo e pesquisador sobre a fronteira Oeste Gustavo Villela Lima da Costa

Os primórdios da Força Naval remontam à Flotilha de Canoas Artilhadas, embarcações de troncos inteiros esculpidos sob técnica indígena, fundamentais para cumprir os objetivos do colonialismo português com fundações de povoados e fortificações, nas margens opostas dos rios Paraguai e Guaporé e que negavam o uso dos rios e margens aos jesuítas e espanhóis. Em 1825, sob os auspícios do Brasil livre e independente, o Governo Imperial resolve construir seis barcas canhoneiras, resultando na criação do Arsenal [de Marinha] (COSTA, 2013).

Pouco mais de dois anos após a sua criação, em 15 de novembro de 1829, o Arsenal de Marinha da província de Mato Grosso passou a dispor de seu primeiro Comando de Força Naval, sob a responsabilidade do Tenente Augusto Leverger.



Figura 2 Arsenal de Guerra em Cuiabá.

Fonte: AYALA, Cardoso; SIMON, F. Álbum Graphico do Estado de Matto Grosso. corumbá/Hamburgo, 1914, p. 184

Três anos mais tarde, em 29 de dezembro de 1864, as tropas paraguaias de Solano Lopez tomaram o Forte de Coimbra aportando, no dia 1º de janeiro de 1865, em Albuquerque, já abandonada, chegando em 4 de janeiro de 1865, à Vila de Corumbá, o que levou os brasileiros a uma dramática retirada em direção a Cuiabá, obrigando-os a uma marcha de aproximadamente 430 km, distância que, em linha reta, separava aquela Vila da capital da então província de Mato Grosso.

Entrelaçam-se neste rincão da fronteira oeste do Brasil uma história de vitórias e crescimento do território de nossa Nação que remontam ao início do século XIX com a criação, em Cuiabá, do Arsenal de Marinha da Província do Mato Grosso nos idos de 1827. Mas com a Guerra do Paraguai, não obstante a grande vitória, passados oito anos da Batalha Naval do Riachuelo, foi observada a fragilidade na distância em prover a defesa da Pátria naquelas circunstâncias. Com isso, em 1873, foi determinada a transferência do Arsenal para a cidade de Ladário, hoje Mato Grosso do Sul e suas conseqüentes evoluções para Comando Naval em 10 de junho de 1933 e, finalmente, Distrito Naval em 1945. (MARINHA DO BRASIL Ordem do Dia nº 3/2016, do Com6ºDN)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Uma das consequências mais relevantes do conflito para o estado do Mato Grosso, foi a “internacionalização” das águas do Rio Paraguai até o Porto de Corumbá, o qual se tornou, no período subsequente, importante entreposto comercial da Província. O fim da guerra (1870) pôs termo à velha questão de limites ⁶com o Paraguai e, possibilitou a abertura do Rio Paraguai à livre navegação para embarcações de todas as origens, favorecendo a exploração mais acentuada dos recursos naturais da região e conseqüentemente, maiores exportação desses recursos e importação de produtos manufaturados o que beneficiou, sobretudo o comércio corumbaense. Por volta de 1856, com a livre navegação no Rio Paraguai e a conseqüente chegada de comerciantes estrangeiros, a cidade de Corumbá conheceu um rápido período de progresso, funcionando como porto de entreposto para as mercadorias que seguiam para Cuiabá.

Foram, portanto, as circunstâncias que envolveram invasão do Sul da antiga província de Mato Grosso pelos paraguaios no início da Guerra da Tríplice Aliança (aqui incluída a tomada do forte de Coimbra e a invasão da Vila de Corumbá), que levaram as autoridades imperiais a ter clareza da necessidade de reforçar a defesa jusante do rio Paraguai. A essa realidade somam-se, ainda, a enchente que afetou o funcionamento do Arsenal de Marinha em Cuiabá, bem como as dificuldades de logística decorrentes das grandes distâncias a serem percorridas, levando à carência de material que o afetava permanentemente. Na expressão do historiador sul-mato-grossense Saulo Álvaro de Mello

Devido as fragilidades do Arsenal de Marinha de Cuiabá, foram feitos estudos visando sua transferência, e Ladário por ser uma região estratégica, foi o lugar escolhido para a instalação do Arsenal de Marinha. A transferência do Arsenal de Marinha de Cuiabá- MT para Ladário foi feita em 1873, tendo início a sua construção no dia 14 de março do referido ano (MELLO, 2009, p. 233).

Assim, diante das circunstâncias acima, em 1873 as autoridades responsáveis pela Marinha do Brasil resolveram promover a transferência do Trem Naval de Mato Grosso (Arsenal, canhoneiras e Companhia de Imperiais Marinheiros) para Ladário, o que levaria essa Força a ocupar uma posição estratégica na Hidrovia, podendo, além disso, desfrutar do intenso comércio vigente em Corumbá, existente antes mesmo da Guerra contra o Paraguai (CAMPESTRINI, 2002). Desde então, a Marinha vem aprofundando suas raízes no Pantanal,

⁶Em 1872, o barão de Cotegipe, assinou um tratado de paz, em separado com o governo de Assunção, contentando-se, no plano territorial, em confirmar a soberania brasileira sobre as áreas em litígio. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso - Documentos Avulsos. Cx. 1872 C.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



atraindo prosperidade econômica para o porto de Corumbá, cristalizando seus limites fronteiriços e ampliando os investimentos na estrutura militar no Oeste Brasileiro. Segundo SZOCHALEWICZ (2014) pode-se dizer que o trecho de fronteira do Pantanal foi construído sob o trinômio Defesa, Segurança e Desenvolvimento, sob concepção política da segunda metade do Século XIX.



Figura 3: Monumento Pedra Fundamental lançada em 1873 pela Marinha.
Fonte: Acervo pessoal da autora

Vale ressaltar que, após superar as sequelas da Guerra e de ser um dos palcos do movimento de tomada e retomada dos territórios brasileiros invadidos, Corumbá, com a abertura dos portos, Corumbá foi (re)construída, dando início a uma nova fase de desenvolvimento econômico (CORRÊA, 1980, p.6). Transformada no principal entreposto comercial do Estado de Mato Grosso, praticamente até a década de 1930 a cidade viu crescer a importância de seu porto no País, ao mesmo tempo em que, na prática, se desvinculava da economia nacional ao estabelecer profundos laços com grandes centros comerciais platinos como Assunção, Montevidéu e Buenos Aires, além de praças comerciais da Europa. Nas palavras de Lécio Gomes Souza, para Corumbá afluíam



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



mercadorias dos mais longínquos empórios, Havre, Liverpool, Manchester, Hamburgo, Paris, Londres, Southampton, Amsterdan, Lisboa, Porto e Gênova, desde rendas e tecidos franceses, maquinarias da Inglaterra e Alemanha, gêneros alimentícios da Holanda, vinhos portugueses e italianos, e do porto saíam os produtos da terra, couro, ipeca, charque, penas de garça e outras aves, etc. Aí se processava o transbordo para as embarcações menores, destinadas a Cuiabá, Cáceres, Miranda, Coxim e escalas, pois a navegação internacional era permitida até Corumbá, enquanto para o norte de Mato Grosso (Poconé, Cáceres e Cuiabá) utilizavam-se somente navios brasileiros. (SOUZA, s/d, p.85)

Importante mencionar, que a grande afluência de estrangeiros para Corumbá possibilitou não só o florescimento cultural da cidade, como influenciou o próprio modo de vida urbano, expresso, por exemplo, nas características arquitetônicas das construções edificadas entre o fim do século XIX e começo do século XX, marcadas pela imponência das fachadas do casario do porto, com seu ecletismo de estilos indicando uma época de prosperidade vivida pela chamada burguesia dos portos espalhada pelos rios da Bacia Platina.

A cidade de Corumbá atingiu seu apogeu econômico na primeira década do século XX. As mercadorias exportadas de Mato Grosso passavam pela alfândega de Corumbá e as mesas de rendas alfandegárias eram direcionadas para a Argentina, Uruguai e países da Europa. Os produtos vindos de Paris, Montevidéu, Assunção, Buenos Aires passavam por Corumbá ou pela mesa de rendas de Porto Murinho e eram despachadas com destino à Bolívia, ao Rio de Janeiro, a Conceição e outras localidades. Toda produção saída da Bolívia para quaisquer partes da Europa e de países latinos passava pela alfândega de Corumbá⁷.

Pode-se afirmar, portanto, que durante o final do século XIX e o início do século XX, o predomínio das atividades comerciais sobre os demais setores da economia regional foi um dos principais aspectos da formação econômica dessa faixa de fronteira.

Porém, fatores externos e internos motivaram profundas mudanças econômicas e provocaram um processo gradativo de declínio no comércio importador e exportador da região, sobretudo, a partir dos anos 1920. De acordo com Lúcia Salsa Corrêa (1997, p.88), o grande abalo nas atividades portuárias de Corumbá deu-se com as mudanças na conjuntura internacional resultantes da crise mundial de 1914-1918.

O corte irreversível no desenvolvimento do comércio internacional do Porto corumbaense não só decorreu desse complexo e abrangente processo de transformações no mercado mundial, como também ressentiu-se com a instalação da estação ferroviária terminal da linha São Paulo - Mato Grosso, em Porto Esperança, inaugurada em 1914 (CORRÊA, 1997, p.128).

⁷ ALFÂNDEGA DE CORUMBÁ, UFMT (Núcleo de documentação e informação histórica regional. Brasília. Ministério da Fazenda, 1988.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Nessa mesma linha de raciocínio, o professor Gilberto Luiz Alves aponta que o declínio da casa comercial de Corumbá deveu-se ao capital financeiro; fato salientado pelas mudanças verificadas no sistema de transporte, advindas com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Nas palavras do autor: “Essa ferrovia foi financiada por capitais franco-belgas, exatamente num momento em que especialmente grupos belgas tinham grandes interesses econômicos localizados em Mato Grosso. A Brazil Land and Cattle Packing Co”. (ALVES, 1984, p. 69)

Com esses autores parece concordar o geógrafo sul-mato-grossense Antonio Firmino de Oliveira Neto, quando afirma que, para Campo Grande

a ferrovia estabeleceu novos ganhos, pois a diminuição radical do tempo de viagem propiciou a venda de gado diretamente para as indústrias de São Paulo, enquanto para Corumbá a política de fretes estabelecida pela NOB (que cobrava mais caro pelo transporte do charque que pelo transporte do gado em pé, que era mais volumoso) forçava a utilização do já decadente e deficitário transporte fluvial, tornando os produtos corumbaenses sem condições de competir no mercado internacional (OLIVEIRA NETO, 2005, p. 154),.

Talvez como forma de responder ao quadro de crise econômica numa região tão sensível dada à sua localização fronteiriça, pelo Decreto Lei n.º 5.252, de 16 de fevereiro de 1943, o governo federal criou, em Corumbá, o Serviço de Navegação da Bacia do Prata, conforme noticiou o jornal *Folha da Tarde*⁸ em sua edição de 3 de outubro de 1958, com a finalidade de utilizar o sistema fluvial para escoar os produtos nacionais. Durante o governo do General Eurico Gaspar Dutra o Serviço de Navegação da Bacia do Prata adquiriu vários rebocadores, e chatas destinadas a transporte de carga pesada.

O desenvolvimento industrial na década de 1950 encontrou em Corumbá uma infraestrutura propícia à instalação de indústrias, devido à posição geográfica estratégica do município no continente sul-americano e também pelas riquezas naturais encontradas na região. Como noticiou a edição de 1º de janeiro de 1952 do jornal *Folha da Tarde*, Corumbá poderia, a partir de 31 de janeiro de 1952, começar a contar com a possibilidade de um ramal ferroviário da NOB (Estrada de Ferro Noroeste do Brasil), que ligaria essa cidade a Porto Esperança. Em suas edições de 15 de dezembro de 1952 e 14 de março de 1953, o jornal *Folha da Tarde* noticiou, respectivamente, as inaugurações do tráfego de carga e o de passageiros. Não obstante a partir de então Corumbá ter passado a dispor de mais um canal de ligação com os grandes centros do país, Lima (1976) destacou que:

⁸Serviço de Navegação da Bacia do Prata. *Folha da Tarde*. Corumbá, MT. 03/10/1958.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



No domínio ferroviário, o progresso foi insignificante, pois a extensão da rede elevou-se de 37.049 quilômetro em 1956 para 37.271 quilômetros em 1959. O número de vagões ampliou-se de modo mais significativo passando de 62.355 em 1955 para 63.132 em 1959, elevando o transporte de mercadorias por toneladas quilômetro de 9.252 em 1954, para 12.034 desenvolveu-se de 5.404.000 toneladas em 1955 para 7.231.000 em 1959 (LIMA, 1976, p. 393).

Durante o governo de Getúlio Vargas, o projeto de desenvolvimento e ocupação do Oeste brasileiro, denominado *Marcha para o Oeste*, procurou impulsionar a ocupação e o desenvolvimento econômico do interior do país. Nesse período, Corumbá recebeu grandes investimentos, podendo ser equiparado aos grandes centros, no tocante à instalação de indústrias, em particular a indústria mineradora, e à criação de serviços, visando ao atendimento da população local e regional, a exemplo do incremento de linhas aéreas. Conforme notícia veiculada na página 1 do periódico *O Momento*, datada de 27/08/1955: “Chegará amanhã o primeiro avião do Real Transporte Aéreo. A nova linha a ser inaugurada fará três viagens semanais a esta cidade com chegada às segundas, quartas e sextas-feiras, e saída às terças, quintas-feiras e sábados”⁹.

Entendendo que o desenvolvimento da região depende do aumento da atividade comercial, em 1969 o Brasil assinou o Tratado da Bacia do Prata, visando promover o desenvolvimento harmônico e a integração física de suas áreas de influência. Destacando-se a navegação, o aproveitamento da água, as interligações elétricas e a industrialização. Em 1973 foi firmado com a Bolívia o tratado de Cochabamba, em continuidade ao tratado de Roboré (1958). Ambos fiando condições especiais para o desenvolvimento da área de fronteira entre os dois Estados e estabeleceram compromissos de investimento no setor petrolífero, com a construção do gasoduto interligando o município de Tajira, no sudoeste boliviano, ao litoral brasileiro, atravessando os municípios de Puerto Suarez (BO) e Corumbá(BR).

Além da hidrovia do Rio Paraguai e da ferrovia Noroeste do Brasil, um novo modal de transportes de cargas e pessoas foi efetivamente disponibilizado para a região do Pantanal, mais especificamente para Corumbá, Ladário e as cidades fronteiriças bolivianas de Porto Quijarro e Porto Suarez. Trata-se da Rodovia BR 262, que a partir de 1986 começaria a ser posta em condições de trafegabilidade, facilitando a integração de Corumbá e região com as demais localidades do estado e do país. Tal fato também possibilitou que a partir dos anos 1980 o Município pudesse explorar uma atividade que estava adormecida: o Turismo em suas mais diversas modalidades.

⁹ Jornal O Momento, Corumbá – MT. 27/08/1955, p. 01



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



A presença e atuação dos militares em Corumbá e região continuaram mesmo após o fim dos conflitos com os paraguaios, com o objetivo de defesa e de incentivo do desenvolvimento, haja vista que a presença dos militares representava e ainda representa envio regular de novos recursos, devendo-se constatar, contudo, que a importância econômica e política dos mesmos vem diminuindo desde a segunda década do século XX, em detrimento das atividades comerciais e industriais extrativistas como a Vale e Cimento Itaú.

Feita essa longa digressão, constata-se que não foi casual a criação, em 1876, na então Freguesia de Ladário, da Flotilha do Mato Grosso, considerado um novo marco do enraizamento da Marinha do Brasil na região do Pantanal. Em 10 de junho de 1933, foi criado o Comando Naval de Mato Grosso, tendo sua denominação mudada, em 1945. Com efeito, no ano de 1945 o Arsenal passou a denominar-se Base Fluvial de Ladário e em novembro do mesmo ano o Comando Naval passou a denominar-se Sexto Distrito Naval. No entanto, o Sexto Distrito Naval foi transferido para São Paulo, em 1966, só retornando para Ladário em 1975. Seja como for, é importante sublinhar que desde a criação a Base Fluvial de Ladário representou a consolidação da presença da Marinha do Brasil no Pantanal Matogrossense, atraindo recursos para o porto de Corumbá, cristalizando os limites fronteiriços e ampliando os investimentos na estrutura militar no Oeste brasileiro

Nunca é demais mencionar que aqui também viria a ser sediada, em 1932, a Base de Aviação Naval de Ladário, que operava hidroaviões "Farey-Gordon" pertencentes à Primeira Divisão de Esclarecimento e Bombardeio. Dessa Base de Aviação Naval resta, ainda, como uma espécie marco histórico, sua antiga torre de controle, localizada nas instalações do atual Grupamento de Fuzileiros Navais de Ladário (figura 2).



Figura 4: Antiga edificação da Aviação Naval (1932). Ao centro a torre de controle.
Fonte: Comunicação Social do 6º Distrito Naval

Ainda em 1932 foi criada, por Decreto datado de 13 de outubro daquele mesmo ano, a Primeira Companhia Regional de Fuzileiros Navais. Organizada no Rio de Janeiro, aportou em Ladário, sob o Comando do então Segundo-Tenente (FN) Antônio Ferreira de Mello, em 5 de janeiro de 1933, ficando alojada, inicialmente, em um barracão de madeira do Arsenal de Marinha de Ladário, sendo posteriormente transferida para um prédio em precárias condições, que aos poucos se transformou em uma instalação razoavelmente adaptada para habitação da tropa. Em 1942, a Companhia transferiu-se para o prédio antes ocupado pela Aviação Naval, onde permanece até hoje, sob a denominação de Grupamento de Fuzileiros Navais de Ladário(GprFNLa) (figura 4).



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Figura 5: Vista frontal das atuais instalações do Grupamento de Fuzileiros Navais de Ladário
Fonte: Acervo pessoal da autora

Primogênita das Regionais do CFN, a Primeira Companhia Regional de Fuzileiros Navais manteve esta denominação até 7 de março de 1963, quando, pelo Decreto nº 51.811-A, teve seu nome mudado para Grupamento de Fuzileiros Navais de Ladário (GprFNLa), com as mesmas missões e finalidades da extinta Primeira Companhia, tendo sido ampliados o seu efetivo e a sua estrutura organizacional, passando a contar com uma Companhia de Fuzileiros e uma Companhia de Comando e Serviços.

O ano de 1995 corresponde a outro importante marco na história do GprFNLa, quando a Marinha do Brasil, representada pelo Contra-Almirante Antonio Fernandes Pereira, então Comandante do 6º Distrito Naval, adquiriu os terrenos que atualmente correspondem à Área de Adestramento do Rabicho, possibilitando um incremento significativo operacionalidade ribeirinha do 6ºDN.¹⁰

Atualmente o GptFNLa é estruturado como unidade de Combate, visando seu emprego em operações ribeirinhas, por meio da constituição de Grupamentos Operativos de Fuzileiros

¹⁰ A Área de Adestramento do Rabicho está localizada na cidade de Corumbá, à margem direita do Rio Paraguai, em um lote de terra com área de 20.377,50 hectares (o equivalente a 203 km²) e um perímetro de 78 km, demarcados por oito marcos. O local, anteriormente denominado, São João da Boa Vista, abrigava uma indústria que tinha por finalidade a preparação de charque ou carne-seca e outros produtos da rês. Este tipo de indústria chamava-se Saladeiro, nome este que até os dias de hoje batizam aquela região, e deram o nome histórico da Fazenda Saladeiro à AAR.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Navais, os quais poderão ser reforçados por destacamentos da Força de Fuzileiros da Esquadra.

A fim de manter seu estado de prontidão, o GptFNLa participa de diversos exercícios com os meios da Flotilha de Mato Grosso, do 4º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral, do Exército Brasileiro, da Força Aérea Brasileira, além de exercícios com as Marinhas da Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Neste contexto destacam-se as Operações ADERIBEX, RIBEIREX PANTANAL, CONJUNTA, NINFA e ACRUX.

Cabe ainda ressaltar que o GptFNLa desenvolve anualmente o Estágio de Pré-Comissão de Operações no Pantanal (EOPANT), carinhosamente apelidado de “*jacarezinho*”, com o propósito de preparar o seu núcleo combatente na arte das operações em ambiente pantaneiro.¹¹

Além disso, também fica a cargo do GptFNLa, as atividades de formação de reservistas navais (oficiais e praças) e a condução de ações subsidiárias, como o PROFESP, objeto deste estudo.



Figura 6: Vista aérea do Complexo Naval de Ladário
Fonte: Comunicação Social do 4º Esquadrão de Emprego Geral.

¹¹ Por meio da Portaria nº159/DensM, de 20 de agosto de 2007, O EOPANT passou a ser C-Exp-Opant.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



De modo geral, a presença da Marinha do Brasil na fronteira Oeste se dá, atualmente, pela efetiva atuação do Comando do 6º Distrito Naval e suas Organizações Militares subordinadas, que - excetuando a Capitania Fluvial do Pantanal, em Corumbá, a Delegacia Fluvial de Cuiabá e Agências da Capitania dos Portos em Cáceres, Porto Murtinho e São Félix do Araguaia - se concentram no Complexo Naval em Ladário (figura 6).



Figura 7: Vista aérea das atuais instalações da Base Naval de Ladário
Fonte: <https://www.marinha.mil.br/bfla/>. Acesso em 4 de dezembro de 2018.

A Base Fluvial de Ladário (BFLa) (figura 7) é outra Organização Militar da Marinha do Brasil, atrelada ao Comando do 6º Distrito Naval. Tem por missão prover o apoio logístico, tanto às organizações terrestres, como aos navios, sediados ou em trânsito, no âmbito do Sexto Distrito Naval, a fim de contribuir para o aprestamento dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais da área, bem como suas ações subsidiárias.

Classificada como Prestadora de Serviços Industriais (OMPS-I), a BFLa possui em sua estrutura um Departamento Industrial, responsável pela execução de todas as atividades industriais de manutenção e reparos navais, dotadas de pessoal qualificado e infra-estrutura adequada. Entre suas principais atribuições podemos citar entre outras: a efetuação de entendimentos iniciais com os clientes extra-Marinha (entre os quais podemos destacar além do Exército Brasileiro, as empresas de navegação de turismo e transporte de cargas; e a Armada Boliviana); supervisionar o cumprimento das normas de segurança do trabalho, promovendo palestras sobre medidas de segurança do trabalho para o pessoal civil e militar da



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



BFLa, em coordenação com o chefe do Departamento de Administração; supervisionar o cumprimento dos prazos estabelecidos nos reparos navais, bem como o atendimento das normas técnicas e de qualidade dos serviços; supervisionar a realização dos estudos técnicos industriais que se tornem necessários ‘a execução dos serviços ou que lhe forem atribuídos; supervisionar as obras de construção naval; prover facilidades e apoio aos navios docados, encalhados e atracados, especialmente quanto ao fornecimento de energia, aguada e coleta de lixo, merecendo destaque nesse último quesito a presença de uma Carreira de Encalhe, com capacidade para encalhar embarcações com até 35m de comprimento, 8m de boca e deslocamento de até 200 toneladas; e do Dique Getúlio Vargas, criado em 1941 (figuras 8 e 9),



Figura 8: Dique Getulio Vargas, anteriormente denominado Dique de Ladário, tendo em destaque o Monitor Parnaíba. Fonte: <https://www.naval.com.br/blog/2017/11/16/80-anos-do-monitor-parnaiba-terceira-parte/> 12 de novembro de 2017 <acessado em: 13/01/2018>



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Atualmente capacitado para docar navios e embarcações com comprimento de até 70m, 10m de boca e deslocamento de 1.500 toneladas, bem como fornecer de aguada, energia elétrica (240 e 440V).



Figura 9: Vista atual do Dique Getúlio Vargas.

Fonte: <https://www.naval.com.br/blog/2017/11/16/80-anos-do-monitor-parnaiba-terceira-parte/> 12 de novembro de 2017 <acessado em: 13/01/2018>

A Base Fluvial de Ladário (BFLa) realizou, no período de 04 de maio a 19 de junho de 2015 um Estágio Técnico em Estruturas Navais, para militares da Armada Boliviana. No decorrer do curso, os estagiários do país vizinho tiveram a oportunidade de aplicar os conhecimentos sobre estruturas navais e processos pertinentes, tais como: soldagem MIG/ eletrodo revestido; corte plasma; corte oxi-acetileno; corte com guilhotina; calandragem; dobramento de chapas e montagem das estruturas navais, contribuindo para incrementar as relações institucionais entre as duas Armadas e, sobretudo, aumentar a cooperação internacional entre os dois países na fronteira oeste do Brasil.



Figura 10: Militares Bolivianos no Dique Getulio Vargas da Marinha do Brasil.

Fonte: <http://www.defesanet.com.br/al/noticia/19547/Marinha-do-Brasil-promove-Estagio-a-Militares-Bolivianos/> 24 de junho de 2015 <acessado em: 13/01/2019>

Além do referido Departamento Industrial, também estão sediados no Complexo, subordinados ao Comando do 6º Distrito Naval (Com6ºDN) e agregados em seu organograma: 1) O Comando da Flotilha de Mato Grosso que, no intuito de contribuir para a aplicação do poder naval na área de jurisdição do Comando do 6º Distrito Naval, se ocupa das operações ribeirinhas, exercendo a patrulha fluvial, cooperando em ações de inspeção naval, realizando ações de busca, socorro e salvamento fluvial (SAR) e prestando assistência cívico-social às populações ribeirinhas através de seus navios subordinados; 2) O Serviço de Sinalização Náutica do Oeste (SSN-6), cuja missão é exercer as atividades de Hidrografia e Sinalização Náutica, bem como executar e manter atualizados os levantamentos hidrográficos sistemáticos; as cartas náuticas; os croquis de navegação e a manutenção de arquivos estatísticos das alturas nas réguas fluviométricas do Rio Paraguai e Cuiabá-MT; divulgando diariamente em sua página na internet a altura dos Rios, tudo com o principal objetivo de contribuir para a segurança da navegação na calha principal do Rio Paraguai na área de



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



jurisdição do Com6ºDN¹²; 3) O Hospital Naval de Ladário (HNLa), criado em 27 de julho de 1951, através do Decreto nº 29.816, a fim de garantir a higidez física de seus militares, permitindo-lhes serem empregados nas missões a que estiverem designados, além de implantar e executar as atividades de medicina operativa e cumprir com as tarefas que lhe forem atribuídas pelo Com6ºDN; e prover atendimento médico e odontológico aos militares e seus dependentes, pretendendo ser reconhecido pela qualidade assistencial, pericial, operativa e na atividade de auditoria hospitalar, constituindo-se como um centro de referência em saúde no Estado do Mato Grosso do Sul; 4) o Quarto Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral, organismo militar criado em maio de 1995, que possui como missão “proveros meios aéreos às unidades de superfície e de tropa e, secundariamente às demais Organizações Militares da Marinha”, especialmente no que tange às tarefas de esclarecimentos, ataques aéreos, buscas e salvamentos (SAR), transportes de materiais e pessoas, apoio aéreo aproximado, apoio às populações ribeirinhas e em operações internacionais em conjunto com as Forças Armadas do Paraguai, Argentina, Bolívia, Exército e Força Aérea Brasileira, cabendo ainda ressaltar entre suas atividades o apoio às campanhas de vacinação, preservação do meio ambiente nos períodos de queimadas e no resgate e transporte de doentes e feridos nas áreas de difícil acesso¹³;

Exemplo desta atividade, entre tantos, foi o resgate de um militar boliviano no dia 1 de dezembro de 2018, que realizava treinamentos na região de Porto Índio, cerca de 146 km de Corumbá, com o auxílio de uma aeronave do 4º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral (EsqdHU-4), Organização Militar subordinada ao Com6ºDN. A pedido da Armada Boliviana, o militar, que apresentava ferimento na cabeça foi resgatado de Porto Índio até o Aeroporto Internacional de Corumbá, de onde foi encaminhado, por uma ambulância boliviana, até a cidade de Puerto Suarez. (Figura 11)

¹² De acordo com o Artigo 4º do Regulamento dos Serviços de Sinalização Náutica, aprovado pela Portaria nº 61/2012, do Comando de Operações Navais

¹³ Derivado da Base de Aviação Naval de Ladário, criada em 1932, o Quarto Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral foi oficialmente criado em 1995. Começou, porém, a operar como Destacamento Aéreo em 1989, cinco anos após o início da reconstrução dos hangares da antiga Base de Aviação Naval, utilizando à época dois helicópteros UH-12 Esquilo Monomotor 198.



Figura 11: Aeronave do EsqdHU-4 com o militar pousou no Aeroporto de Corumbá
Fonte: Comunicação Social do Com6ºDN

Unanimidade na preferência dos alunos durante as visitas, desperta interesse durante as visitas programadas. (Figura 12)



Figura 12: Visita dos alunos do PROFESP ao Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral.
Fonte: marinha.mil.br

5) o Centro de Intendência da Marinha em Ladário, cujo propósito é, segundo a Portaria nº 121/MB, de 11 de abril de 2011, “contribuir para a prontidão dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, sediados ou em trânsito em suas respectivas áreas de responsabilidade, bem como dos estabelecimentos de terra por eles apoiados”; e 6) o Grupamento de Fuzileiros Navais de Ladário, cujas origens e atribuições foram anteriormente descritas.

Além destas, na cidade vizinha de Corumbá, está localizada a Capitania Fluvial do Pantanal, com o propósito de “contribuir para a orientação, coordenação e controle das atividades relativas à Marinha Mercante e organizações correlatas, no que se refere à segurança da navegação, defesa nacional, salvaguarda da vida humana e prevenção da poluição hídrica”. A Capitania Fluvial do Pantanal tem sob sua coordenação as Agências e Delegacias em Cuiabá, Cáceres, Porto Murtinho e São Félix do Araguaia, além de ser responsável pela Rádio Marinha, criada em 22 de fevereiro de 2011.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Presente por radiodifusão em Frequência Modulada também nas cidades de São Pedro da Aldeia – RJ, Natal – RN e Manaus – AM, a Rádio Marinha possui caráter educativo e tem como principais propósitos: ampliar a divulgação das atividades do Ministério da Defesa, da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, evidenciando, junto ao seu público interno e externo, a importância dessas Instituições; difundir, junto à sociedade brasileira, o sentimento de patriotismo, a mentalidade em assuntos de defesa e o conceito de soberania em nossas águas Jurisdicionais, chamadas de “Amazônia Azul”; e conquistar voluntários para a carreira naval conforme preconiza o Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM), órgão responsável pelo desenvolvimento dos mais variados meios de comunicação voltados para o público interno e externo, com o objetivo de divulgar informações capazes de transmitir a imagem institucional da Força, promover o compartilhamento de conhecimentos e favorecer a divulgação das atividades realizadas¹⁴.

Todas essas organizações militares, bem como seus militares ali lotados, compõem a cidade e a população da região fronteira de Corumbá e Ladário.

Nas palavras de Saulo Álvaro de Mello, “a Freguesia de Ladário, após receber as instalações navais, a partir de 1873, passou a sobreviver quase que exclusivamente em função do arsenal. Ao aproveitar centenas de trabalhadores civis e militares, o Arsenal se tornou o maior empregador da região. (MELLO, 2009, p. 246).

De fato, partimos da premissa de que o antigo Arsenal de Marinha, atual 6º Distrito Naval constitui ainda hoje uma instituição de grande relevância para Ladário, em particular, e a região fronteira aqui focada, em geral, especialmente no que concerne à assistência e ao trabalho conjunto com diversas instituições locais, através de acordos de cooperação. Tal constatação se manifesta em diversos Programas e Projetos Sociais desenvolvidos pela Marinha do Brasil, em parceria com distintos organismos inseridos nas comunidades da região locais. Citam-se aqui, inicialmente, dois exemplos: o Projeto Soldado Cidadão e o Acordo de Cooperação firmado entre a Marinha do Brasil e a EMBRAPA para a realização de cursos de Apicultura.

¹⁴Como salientou Francisco Silva Figueiró, além de produzir e distribuir os mais diversos veículos impressos, a MB se faz presente nos demais veículos de comunicação, sejam eles a televisão, o rádio e a Internet. Com a popularização da rede mundial de computadores a partir dos anos 90, tornou-se fundamental se fazer presente nesse importante meio de comunicação. A Marinha do Brasil tem uma participação ativa também nas principais redes sociais. Dessa forma, amplia seu campo de diálogo com a sociedade e consegue se comunicar com diferentes públicos pertencentes à sociedade. (FIGUEIRÓ, 2015)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



O Projeto Soldado Cidadão se pauta no artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), cujo preconiza que: “A Educação é um direito de todos e dever do Estado e será promovida visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Nesse quadro, a Organização se torna um agente de transformação e de desenvolvimento, quando promove a responsabilidade social, ação que tem como papel fortalecer a cidadania e formar um cidadão mais participativo e comprometido com a sociedade.

Assim, buscando promover melhor qualidade para a comunidade onde está inserida, diminuindo possíveis danos decorrentes do tipo de atividade que exerce, as organizações militares onde se prestam serviço militar inicial, vem destinando consideráveis recursos e esforços à formação e treinamento de seus funcionários. O Ministério da Defesa (MD), criado em 10 de junho de 1999, com a missão constitucional de defesa da Soberania Nacional, inclusive nas áreas de fronteira; atua conjuntamente com as três Forças Armadas, em caráter complementar às suas atribuições constitucionais, com ações subsidiárias em programas sociais, dentre eles o Programa Soldado Cidadão. Trata-se de um projeto que visa a Formação Profissional de Jovens em Serviço Militar Obrigatório, como programa de gestão de Política de Defesa Nacional, beneficiando as três Forças Armadas (FA) e abrangendo todo o território nacional.

Sua referência legal está fundamentada na Portaria Normativa nº 1.227 /MD, de 27 de agosto de 2008, como programa de assistência e cooperação à Sociedade Civil, no que concerne a formação profissional, ética e moral e no enfrentamento do desemprego e preparo para o mercado de trabalho de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, priorizando aqueles que vivem em condições de pobreza e de vulnerabilidade social. Além de viabilizar a valorização do indivíduo e sua inclusão na sociedade e no mercado de trabalho, uma vez que facilita o acesso à educação profissionalizante aos recrutas que prestam o Serviço Militar, complementando sua formação cívica-cidadã, facilitando seu ingresso no mercado de trabalho, após o período de prestação de serviço obrigatório junto às Forças Armadas.

Além da formação profissional, são realizadas parcerias que proporcionam o incremento nos cursos oferecidos pelas Forças Armadas, que além de aumentar a produtividade durante o período de Serviço à Pátria, devido aos recrutas se sentirem motivados, contribui para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais saudável; adotando posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



interno e externo. E por fim, estabelece uma visão estratégica com foco na educação e em prol da formação cidadã e profissional e que tenha o compromisso com a Educação, Ética, Transparência, Excelência e Gestão, que respeite os Direitos Humanos, promova a vida em sociedade, sem discriminação de classe social, de cultura, de religião ou de raça.

As políticas de caráter de controle social dão suporte as pessoas em situação vulnerável, necessárias a manutenção mínima de vida do ser humano, garantindo os direitos a todo e qualquer cidadão, a exemplo da educação. (TATAGIBA 2002)

Segundo a Lei da Juventude (2013), o jovem é considerado a pessoa com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos e assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) tem o objetivo de criar meios para garantir o respeito à dignidade, promovendo a vida segura, a cultura da paz, a solidariedade, a autonomia, o bem-estar, o desenvolvimento integral, o respeito à identidade, a diversidade individual e coletiva da juventude e o reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais e no apoio da melhor convivência com as demais gerações.

Muitas vezes, os jovens abandonam a escola por não conseguirem bom desempenho durante o processo escolar e pela necessidade de ajudar nas tarefas domésticas, quando a premissa de ajudar em casa é mais importante que a escola. De um modo geral, a maioria abandona os estudos pela falta de renda familiar e a necessidade de trabalhar fora. (AJALA, 2011)

Entre os Programas e Projetos do Governo voltado para a juventude temos: o Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra, que visa prevenir a violência, incluir e ampliar oportunidades para os jovens negros; o Programa Estação Juventude, que promove a inclusão e emancipação dos jovens e o Programa Juventude Rural, que busca a formação cidadão e qualificação para geração de renda para os jovens rurais, dentre eles os ribeirinhos, indígenas e quilombolas.

Visto que o mercado de trabalho amplia o acesso a dignidade humana por intermédio do direito ao trabalho e renda, no entanto, a crise tem comprometido a possibilidade de ingresso ao trabalho, o que evidencia um grande aumento de desemprego e de economia informal. Neste contexto, os jovens enfrentam dificuldades para encontrar trabalho, uma vez que são inexperientes e encontram poucas oportunidades. Esta configuração é maior entre os jovens negros, mais pobres e periféricos comprometido pela formação escolar e qualificação profissional e com rebaixamento da renda assalariada (FRIGOTTO, 2004).

Nesse cenário mostra-se a importância da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), porque estabelece que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social, visando ao pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para a cidadania e sua qualificação do trabalho, respeitando a liberdade e apreço a tolerância,



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. Desta forma, a educação profissional conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva integrando três bases: o trabalho, a ciência e a tecnologia.

Segundo Ajala (2011), a educação é um dos pilares da sociedade, porque permite que o profissional tenha capacidade para suprir as necessidades do mercado de trabalho, maior participação social e poder de decisão, mudando a sua vida e dos que estão ao seu redor. Nesse sentido a educação permite o exercício da cidadania, porque torna a sociedade justa e igualitária.

Segundo Frigotto (2004), há um maior número de desempregados entre os jovens na população economicamente ativa, o que torna um desafio para as políticas públicas de emprego na inserção de jovens no mercado de trabalho.

Segundo Rocha (2007), no âmbito das Forças Armadas, o Projeto Soldado Cidadão tem como objetivo oferecer aos jovens brasileiros de perfil socioeconômico carente, incorporados às fileiras das Forças Armadas para a prestação do Serviço Militar Obrigatório, oportunidades de cursos profissionalizantes que lhes proporcionem capacitação técnico-profissional básica, formação cívica e que os habilite ao primeiro emprego e à consequente inserção no mercado de trabalho. Para auxiliar a salvaguardar esses direitos, surge sob gestão do Ministério da Defesa com apoio das três Forças Armadas, o Projeto Soldado Cidadão.

O projeto Soldado Cidadão contempla no Portal Brasileiro de Dados Abertos informações que mostram o efetivo de jovens qualificados em uma nova profissão, por estado e por ano, além dos recursos aplicados na atividade. Esse portal dissemina informações públicas para publicação de dados aberto com a finalidade de desenvolver dados que beneficiem a sociedade e possibilite o envolvimento de todos os setores: iniciativa privada, setor acadêmico e o próprio governo. É um portal criado pela sociedade para sociedade. Tem como objetivo facilitar o uso de informações pelo cidadão. Os dados a seguir foram extraídos desse Portal:

No ano de 2005, foram beneficiados 23.373 militares conscritos. No ano seguinte, em 2006, a aplicação dos recursos resultou em 18.845 jovens beneficiados. Ao final de 2007, o Projeto Soldado Cidadão ultrapassou a meta de 100.000 (cem mil) jovens beneficiados, caracterizando a expressiva contribuição do Ministério da Defesa para o desenvolvimento social do País.

Em 2008 foi aprovada a Portaria Normativa nº 1.227/MD, que dispõe sobre o Projeto



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Soldado Cidadão alterando a composição de seu Comitê Gestor. Hoje, esse comitê é composto de três representantes da Secretaria de Ensino, Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia e um representante de cada Força Singular. O Comitê Gestor tem como atribuição supervisionar as atividades desenvolvidas pelas FA, realizar o acompanhamento pedagógico e financeiro junto as Forças Armadas. Como parceiros do Projeto, além das três FA, contam o Ministério do Trabalho e Emprego; a Fundação Cultural Exército Brasileiro, Escolas Técnicas; Centros de Educação Profissional e Entidades do Sistema S.

No ano de 2009, os recursos orçamentários disponibilizados permitiram a qualificação profissional de 15.026 jovens. Em 2010 foram capacitados 14.800 jovens militares.

No ano letivo de 2011 às vagas oferecidas resultaram na profissionalização de 17.423 jovens em cursos ministrados em parceria com entidades públicas e privadas. Também passaram a ser beneficiados pelo Projeto, os Fuzileiros Navais que não obterão a estabilidade e foram licenciados do Serviço Ativo. Neste primeiro ano, foram atendidos 161 Fuzileiros Navais.

No ano de 2012, com os recursos disponíveis, foi possível a qualificação profissional de 14.659 militares, distribuídos pelas três Forças, em todo território nacional. Neste mesmo ano, em complemento ao Projeto Soldado Cidadão, iniciou-se a qualificação de jovens militares por intermédio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Foram atendidos pelo PRONATEC os Atiradores de Tiros-de-Guerra, militares em via de licenciamento do Serviço Ativo e militares que pertenciam à demanda reprimida do Projeto Soldado Cidadão, totalizando 5.197 matrículas.

Em 2013, os recursos da Ação 6557 sofreram contingenciamento financeiro e como consequência disto, deixou-se de qualificar aproximadamente 3.750 (três mil setecentos e cinquenta) jovens em serviço militar, pertencentes à Força Terrestre. Ainda assim, superou-se a meta planejada que era de 9.617 militares, qualificando-se 10.175 militares.

Neste mesmo ano, o Comitê Gestor do Projeto realizou o 1º Seminário do Projeto Soldado Cidadão, onde reuniu todos os Coordenadores Estaduais/Regionais das Forças Singulares e representantes do Ministério da Educação, Entidades Parceiras ligadas à indústria e comércio nacionais e, ainda, palestrantes da área de execução orçamentária com a finalidade de compartilhar boas práticas de gestão. O resultado alcançado foi considerado vantajoso propondo-se realizá-lo a cada dois anos. Ainda por ocasião da entrega do 4º Prêmio Melhor Gestão, assinou-se um convênio entre Ministério da Defesa e a Federação das Indústrias do



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN-SENAI/RJ), o qual proporcionou 760 vagas de cursos profissionalizantes pelo SENAI/RJ para jovens em serviço militar no Estado do Rio de Janeiro.

No ano de 2014, superou-se a meta planejada de 9.072, qualificando-se 10.175 militares, período que o projeto completou 10 anos de execução.

Em 2015, as Forças Singulares conseguiram qualificar um total de 11.213 militares em cursos ministrados com a parceria de entidades públicas e privadas.

Em 2016, conseguiram qualificar um total de 8.151 militares.

A realidade atual tem revelado que estes tipos de projetos devem ser a conjugação de esforços dos diversos segmentos: Governo Municipal, Estadual e Federal, Instituições Privadas e Sociedade Civil como fortalecimento da democracia participativa. E por se tratar de um dever constitucional do Estado deve assegurar a igualdade na diversidade e diminuir as desigualdades estruturais. E por fim proteger o ser humano independente de quaisquer condições, se pautando no Programa Nacional dos Direitos Humanos (2009) como um guia para um Brasil mais justo e democrático, proporcionando, através de parcerias, acordos de cooperação técnica com outros órgãos públicos e iniciativas privadas, com o fito de garantir a continuidade do projeto; aumentar a oferta de cursos que proporcionem ao jovem, conhecimento técnico e teórico que elevem o seu nível de empregabilidade; amenizar o problema social do desemprego, oferecendo oportunidades para inclusão social e inserção no mercado de trabalho.

Por outro lado, busca elucidar para a sociedade, o papel das Forças Armadas no desenvolvimento social do país, pois apesar da sua missão constitucional ser a garantia da Soberania Nacional, também faz parte das atribuições das Forças Armadas contribuir em programas sociais, tais como: Programa Calha Norte, Projeto Soldado Cidadão e Projeto Rondon; consolidando os projetos de interesse de diversos segmentos da sociedade brasileira e promovendo a identificação da população com as Forças Armadas, ressaltando a necessidade de todo cidadão brasileiro estar consciente do seu papel social; além de agregar valor na educação cívico-profissional dos jovens alistados, garantindo seu desenvolvimento social, econômico e cultural como direito fundamental e essencial do ser humano;

Receber uma formação profissional para a carreira civil deixa o jovem afastado do crime organizado, o que torna a participação nos cursos um benefício para a sociedade e uma oportunidade de conseguir um lugar no mercado de trabalho; porque afasta jovens em



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



situação de vulnerabilidade social de cometerem delitos, melhorando a imagem das forças armadas junto ao seu efetivo, ao demonstrar a preocupação com o futuro de seus militares temporários ao criar oportunidades que conciliam o Projeto Soldado Cidadão aos objetivos dos Política Nacional de Defesa (*PND*), da Estratégia Nacional de Defesa (*END*) e do Livro Branco de Defesa.

Desta forma, o Projeto Soldado cidadão é um programa de responsabilidade social das Forças Armadas, que tem o dever e compromisso de assumir uma postura transparente como estratégia de valorização do ser humano, aprimorando suas relações com os jovens e a sociedade, tornando-se uma difusora de valores éticos e morais, no exercício da capacitação profissional e na integração social, melhorando sua comunicação com a sociedade e orientando para a melhoria contínua dos jovens de forma que os direitos e deveres desse um cidadão andem sempre juntos, assegurando no presente a construção de um futuro melhor para o jovem e para o seu País, e por fim;Fortalecendo a educação como direito fundamental do indivíduo, lembrando que quando falamos em educação em direitos humanos falamos também em educação para a cidadania.

Assim, constata-se que este projeto reflete também na redução de morte por homicídios e assassinados pelo acesso as armas de fogo e vantagens oferecidas pelo crime organizado para jovens pobres, negros, sem rumo, sem expectativas, com baixa autoestima, invisibilidade e residentes nas periferias do país com maior vulnerabilidade social e aumentando o acesso à dignidade humana por intermédio do direito ao trabalho e renda e da educação.

No Comando do 6º Distrito Naval em Ladário, por meio de acordos de Cooperação foi possível, em 11 de julho de 2017, que sessenta recrutas marinheiros e soldados, através de um acordo de cooperação entre o Comando do 6º Distrito Naval e a EMBRAPA, realizaram o curso de capacitação em Apicultura (figura 10).



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Figura 13: Formatura dos participantes do Curso de Apicultura, ocorrida no Camala, em Ladário.
Fonte: www.com6dn.mar.mil.br<acesso em 04 de dezembro de 2018>

Como vimos, O Programa Soldado Cidadão tem como missão capacitar profissionalmente os recrutas que prestam o serviço militar obrigatório. É uma complementação da formação, visando uma profissão futura após o término dos serviços prestados junto as forças armadas.

Os quatro soldados fuzileiros navais que concluíram o curso, deverão aplicar os conhecimentos adquiridos na Área de Adestramento do Rabicho, e todos estão aptos a disseminar os conhecimentos adquiridos acerca do manejo de abelhas africanizadas, noções de primeiros socorros.

O então Comandante do 6º Distrito Naval, Contra Almirante Luiz Octávio Barros Coutinho, declarou que “quem serve nesta região sabe que recorrentemente temos contato com abelhas africanizadas. O conhecimento de como prevenir acidentes, ou até mesmo de proceder em caso de ataques é enriquecedor para nós militares, permitindo que possamos realizar nossas atividades com mais segurança”.

Além disso, existem poucos apicultores no pantanal, fazendo com que os jovens capacitados na atividade possam aproveitar esse potencial e se inserirem na cadeia produtiva da apicultura, sendo uma opção de inserção no mercado de trabalho quando deixarem de



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



integrar o serviço militar obrigatório, conforme declarou à reportagem o coordenador do curso e pesquisador da Embrapa Pantanal, o SrVanderlei DonisetiAcassio dos Reis, destacando também a importante colaboração prestada pela Alespana (Associação Leste Pantaneira de Apicultores), que emprestou os equipamentos de Proteção Individual (EPIs) utilizados no curso de capacitação.

É consenso que toda iniciativa que uma esforços para o bem comum da região do Pantanal e pessoas que vivem nela devem ser encaradas como ações importantes: “a parceria com a Marinha do Brasil já vem ocorrendo há algum tempo e com muito sucesso. Neste caso específico, do curso de Apicultura, nós da Embrapa ficamos muito contentes em poder contribuir com a formação de uma turma do Projeto Soldado Cidadão, por meio da disseminação das tecnologias e conhecimentos desenvolvidos na nossa Unidade”, explicou Jorge Ferreira de Lara, Chefe Geral da Embrapa Pantanal.

O curso contou com uma carga horária de 160 horas/aula de conteúdos teóricos, ministrados durante uma semana e, depois, três semanas de aulas práticasno Campo Experimental da Embrapa Pantanal “Fazenda Nhumirim”, no Pantanal da Nhecolândia, e na Fazenda Band´Alta, no entorno das áreas urbanas de Corumbá e Ladário,onde a Embrapa Pantanal mantém um apiário experimental em parceria com o Colégio Salesiano de Santa Teresa.

Entre os temas teóricos estudados pelos Marinheiros estão: medidas de segurança no trabalho e preservação do meio ambiente, utilização dos equipamentos de proteção Individual (EPI), histórico da apicultura, biologia das abelhas, custos para implantação de um apiário, controle e prevenção de pragas, doenças e predadores de abelhas, alimentação de enxames, noções sobre higienização, limpeza, entre diversos outros.

Esses e muitos outros projetos sociais estão previstos no Livro Branco de Defesa Nacional do Brasil, demonstrando a importância que as Forças Armadas vêm ganhando junto à sociedade: não se trata somente do emprego bélico militar, mas também, e principalmente, do desenvolvimento do País e da atuação junto à comunidade.

O conhecimento e a transparência a respeito dos objetivos e políticas de uma nação no âmbito da defesa nacional são fundamentais para o estabelecimento de relações de confiança tanto entre diferentes Estados nacionais, quanto entre sociedade e governo. Para isso foi criado o Livro Branco da Defesa Nacional, que em conjunto com a Estratégia Nacional de Defesa e aPolítica Nacional de Defesa, são os principais instrumentos de esclarecimento e



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



divulgação das atividades de defesa no Brasil, tanto para a sociedade brasileira, quanto para a comunidade internacional.

Dada a sua importância, apresentamos brevemente esses três documentos, com destaque para o Livro Branco da Defesa Nacional, que além de se constituir na principal referência para o conhecimento das forças armadas brasileiras e suas características, é um documento que visa oferecer transparência à comunidade internacional e à sociedade brasileira em relação ao setor de defesa.

A Política Nacional de Defesa (PND)¹⁵ é um documento que estabelece os objetivos e diretrizes para o emprego e capacitação do poder nacional, ou seja, responde à pergunta “o que fazer”, esclarecendo quais os objetivos do setor de defesa nacional. A primeira versão foi apresentada em 1996, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e foi atualizada em 2005, 2012 e 2016, estando esta última versão em avaliação pelo Congresso Nacional. Trata-se de um documento sucinto, organizado em dois eixos principais: um político, em que os ambientes interno e externo são analisados e os conceitos e objetivos de defesa debatidos; e um estratégico, no qual as diretrizes e objetivos da segurança nacional são apresentados.

Por sua vez, a Estratégia Nacional de Defesa (END) define como serão executados e alcançados os objetivos estipulados pela PND. Ou seja, se por um lado PND diz *o que fazer*, a END, por sua vez, diz *como fazer*. Foi criada em 2008, e revisada em 2012 e 2016. Sua última versão está em avaliação pelo Congresso Nacional

A END está dividida em duas partes. A primeira parte é voltada para a formulação e sistematização da estratégia nacional no âmbito da defesa ao passo que a segunda parte está focada nas medidas de implementação. O documento apresenta 25 diretrizes por meio das quais o Brasil busca alcançar os objetivos estratégicos colocados pela PND, organizadas a partir de três eixos estruturantes: Organização das forças armadas¹⁶, Organização da Base

¹⁵A PND está disponível online junto à Estratégia Nacional de Defesa e pode ser acessada em https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf

¹⁶descreve como as três Forças devem se organizar e se orientar para melhor desempenharem sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra; como deve operar em rede – entre si e em ligação com o monitoramento do território, do espaço aéreo e das águas jurisdicionais brasileiras, e estabelece quais as capacitações tecnológicas necessárias para cada uma das Forças.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Industrial de Defesa¹⁷, Composição das Forças Armadas e futuro do serviço militar obrigatório¹⁸.

Por fim o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), documento do Estado Brasileiro, de caráter público, dirigido a todos os setores da sociedade brasileira e todas as nações do mundo, que descreve, em termos amplos, as capacidades e funções, atuais e planejadas, das forças de defesa; cabendo ao Ministério da Defesa a competência de sua implantação.¹⁹

A Lei Complementar 97/1999, alterada pela Lei Complementar 136/2010, tornou obrigatório ao Executivo o envio do Livro Branco de Defesa Nacional, da Estratégia Nacional de Defesa e da Política Nacional de Defesa para apreciação do Congresso. Isso deve acontecer a cada quatro anos na primeira metade da sessão legislativa (entre fevereiro e julho), a partir de 2012. Em 2016, como determinado pela lei, versões atualizadas destes documentos foram encaminhadas ao Congresso e se encontram atualmente em avaliação pelas casas legislativas.

O termo “Livro Branco” refere-se, na esfera governamental, a documentos oficiais elaborados pelo governo ou entidade administrativa do Estado, que têm como função apresentar para o público geral o posicionamento e a linha de ação desse governo ou entidade sobre determinado tema. O setor de defesa, em especial, devido às suas especificidades no campo militar e geopolítico, tem sido um prolífico redator de “livros brancos” ao redor do mundo. O Brasil foi um dos últimos países a publicar a sua primeira versão.

Lançado em 2012²⁰, quatro anos após o lançamento da Estratégia Nacional de Defesa e 16 anos depois do lançamento da primeira Política Nacional de Defesa, a primeira versão do Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN) é um inventário completo das Forças Armadas e as atividades de defesa no Brasil. Como esclarecido pelo próprio site oficial do ministério da defesa, onde se encontram versões do livro em português, inglês e espanhol:

¹⁷Esse eixo visa assegurar que o atendimento à demanda das Forças Armadas por produtos militares apoie-se em tecnologias sob domínio nacional, preferencialmente de emprego dual, isto é, que se aplicam tanto ao mercado civil como militar.

¹⁸O propósito desse eixo é zelar para que as Forças Armadas reproduzam, em sua composição, a própria nação. O serviço militar obrigatório deve funcionar, de acordo com a END, como um espaço republicano, no qual a nação encontra-se acima das classes e diferenças sociais.

¹⁹Para maiores informações, visitar o site <http://livrobranco.defesa.gov.br>

²⁰Em 2011, de março a agosto, a Fundação Getúlio Vargas organizou seminários de divulgação dos temas abordados no LBDN. O objetivo desses seminários foi levar a discussão de temas relacionados à defesa a todas as regiões do país, fomentando a participação de toda a sociedade brasileira nas questões de defesa do Brasil. Nas regiões do país: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A Fundação Getúlio Vargas, sob a coordenação do Diretor de Planejamento Estratégico e Inovação, Professor João Paulo Villela de Andrade, participa do esforço de elaboração do Livro Branco, com apoio logístico e a participação de professores em vários seminários.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) é o mais completo e acabado documento acerca das atividades de defesa do Brasil. Abrangente, visa esclarecer a sociedade brasileira e a comunidade internacional sobre as políticas e ações que norteiam os procedimentos de segurança e proteção à nossa soberania. Disponível em <<http://livrobranco.defesa.gov.br>>. Acesso em: 18 de jan. de 2019.

Estruturado em seis capítulos e uma série de anexos, o livro soma mais de 250 páginas e começa com uma mensagem do Presidente da República, seguido por uma apresentação do Ministro de Estado da Defesa. Os dois primeiros capítulos buscam apresentar os princípios do Estado brasileiro e analisar a posição do Brasil no ambiente estratégico do século XXI.

As características territoriais e marítimas do país são apresentadas como pontos que justificam a existência de um setor de defesa forte, com destaque para o papel da região amazônica, aqui se incluindo a região do Pantanal, e a grande disponibilidade de recursos naturais no território brasileiro. Os aquíferos Guarani e Alter do Chão (que ficam sob a bacia do rio Amazonas), a grande produção nacional de proteína vegetal e animal, as reservas minerais de ferro, nióbio, urânio e outros minérios estratégicos e, em especial, as reservas de petróleo e gás natural em águas profundas, o chamado Pré-Sal, constituem importantes ativos nacionais que devem ser resguardados por um poder dissuasório real e presente. Como o próprio livro expressa: “Dotado de uma capacidade adequada de defesa, o Brasil terá condições de dissuadir²¹ agressões a seu território, a sua população e a seus interesses, contribuindo para a manutenção de um ambiente pacífico em seu entorno”.

Os programas sociais e relativos à sociedade civil geridos pelas forças armadas são tratados em seu capítulo 3, que também discorre sobre a relação da Defesa com os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, e de maneira mais ampla com a sociedade civil. Como exemplos, podemos citar os projetos Ribeirinho Cidadão²² Calha Norte²³, Rondon²⁴ e o Programa Força no Esporte, este último, o recorte escolhido neste trabalho.

²¹dissuadir significa convencer alguém ou a si mesmo a mudar de ideia, a abdicar de uma decisão. No contexto da Defesa, poder de dissuasão ou dissuasório diz respeito a quão capaz um país é de fazer um eventual agressor externo abdicar de incorrer em atos ofensivos ou que atentem militarmente contra o país.

²²Lançado em março de 2006, o Projeto Ribeirinho Cidadão, vem sendo realizado pela Marinha em Parceria com o Poder Judiciário de Mato Grosso, Defensoria Pública e demais parceiros. Leva cidadania a populações ribeirinhas, isoladas e distantes do alcance de serviços públicos essenciais. Além de atendimento médico em diversas especialidades, serão ofertados serviços de cidadania, como: casamentos sociais, assim como o trabalho de diversos órgãos do Judiciário, como a Corregedoria-Geral da Justiça, Comissão Estadual Judiciária de Adoção, Ouvidoria, Juizado Volante Ambiental, Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Bem Viver, entre outros.

²³ Executado desde 1985, o Projeto Calha Norte busca incentivar a ocupação e desenvolvimento sustentável de áreas da Amazônia brasileira, incluindo-se aí a Região do Pantanal, por meio da instalação de redes elétricas, construção de poços de água potável, portos fluviais e outras estruturas semelhantes.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Feitas as considerações a respeito da presença da Marinha do Brasil no Pantanal do atual estado de Mato Grosso do Sul, o capítulo seguinte propõe a análise do programa Forças no Esporte desenvolvido pelo Comando do 6º Distrito Naval em Ladário à luz das publicações pertinentes, visando realçar seus desdobramentos no que tange à influência da Marinha para a cultura local.

²⁴ Criado em 1967 e conduzido pelo Ministério da Defesa, o Projeto Rondonia tem por objetivo viabilizar a participação de estudantes universitários nos processos de desenvolvimento local sustentável e de fortalecimento da cidadania nos municípios brasileiros.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



CAPÍTULO 3 PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE: IMPLANTAÇÃO E DESDOBRAMENTOS

Adota-se aqui a modalidade de pesquisa bibliográfica e documental associada às técnicas de observação e análise, concentrando a observação do pesquisador sobre o objeto peculiar a fim de compreendê-lo em sua amplitude e complexidade de seus integrantes sem deixar de atentar-se aos seus aspectos mais específicos. Optou-se então, por investigar os traços da instituição na formação e transformação da cultura local, através do exame minucioso de editais de contratação de monitores e professores, evidenciando o papel de geração de emprego e renda para a localidade, análise de reportagens veiculadas na mídia sobre a atuação do projeto, aprofundamos nossos estudos através de apontamentos em um caderno de campo durante observação nos meses de julho a setembro de 2018, além de entrevistas semiestruturadas mais consideradas com conversas informais com os envolvidos bem como: militares, monitores e colaboradores que tornam possível o acolhimento e desenvolvimento integral de crianças e adolescentes por meio do acesso ao esporte.

A partir de outubro de 2018, em dias alternados, foi possível observar por alguns meses, os eventos que vêm sendo promovidos no âmbito do PROFESP, bem como realizar as entrevistas com os envolvidos e atendidos pelo projeto.

Ao Ministério da Defesa cabe a missão das forças armadas, prevista pela Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, no seu art. 16: “cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo presidente da República.”

Dessa forma, no âmbito do Ministério da Defesa, o programa Segundo Tempo (PST) é desenvolvido com características peculiares, sob a denominação de Programa Forças no Esporte (PROFESP), em parceria, atualmente, com o Ministério da cidadania (Secretaria Especial do Esporte, Secretaria Especial do Desenvolvimento Social e Secretaria Especial de Cultura), o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente e Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência) e o Ministério da Educação (Secretaria de Educação Básica e Secretaria de Mobilidades Especializadas de Educação).

Criado em 2003 pelo Governo Federal como uma vertente do Programa Segundo Tempo, com a finalidade de promover a valorização pessoal, fortalecer a integração social e a cidadania além de reduzir os riscos sociais dos beneficiários por meio do acesso às atividades físicas, esportivas e socialmente inclusivas, o Programa Forças no Esporte (PROFESP) foi



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



consolidado por meio da Portaria Normativa Interministerial nº 2.203/MD/ME, de 26 de julho de 2013, nos seguintes termos:

considerando que é competência do Ministério do Esporte (ME) a condução da política nacional de desenvolvimento da prática esportiva, o estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades que lhe são vinculadas e o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes;

considerando que, nos termos do art. 217 da Constituição Federal, "é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observada a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento";

considerando a necessidade de comunhão interministerial de esforços para o cumprimento dos compromissos governamentais, e que o Ministério da Defesa (MD), através das Forças Armadas, dispõe de recursos materiais e humanos capacitados a contribuir de maneira considerável para a formação, por meio do esporte, de cidadãos e potenciais futuros atletas; e

considerando que a parceria MD/ME e a aproximação das Forças Armadas com a sociedade gera empatia institucional, bem como a conscientização do público quanto à relevância do seu papel na preservação e garantia dos valores cívicos e patrióticos, da cultura e da segurança nacional, resolvem:

Art. 1º Instituir a formalização do Programa Forças no Esporte (PROFESP), com a finalidade de proporcionar atividades esportivas físicas saudáveis para a comunidade em geral, priorizando o atendimento de crianças, adolescentes e jovens em estado de vulnerabilidade social, nos termos desta Portaria Normativa Interministerial.²⁵

Executado por meio de projetos desenvolvidos em comunhão entre os Ministérios parceiros conforme as exigências legais aplicadas a cada caso específico, a implantação e o desenvolvimento das atividades do PROFESP deveriam ser operacionalizados por meio de cinco ações de natureza interdependentes, conforme previsto na mesma Portaria Normativa Interministerial:

- I - ação 1 - funcionamento de núcleos de esporte educacional;
- II - ação 2 - descoberta de talentos;
- III - ação 3 - atleta militar;
- IV - ação 4 - infraestrutura; e
- V - ação 5 - competições esportivas.²⁶

Com efeito, a iniciativa é desenvolvida pelo Ministério da Defesa (utilizando a infraestrutura da Marinha, Exército e Aeronáutica). Em início de 2019, com a finalidade de atualizar o programa e as responsabilidades dos parceiros, estão sendo formalizadas tratativas

²⁵ Portaria Normativa Interministerial, Nº 2.203, de 26 de julho de 2013. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Brasília: Imprensa Nacional, 01/08/2013 nº 147, Seção 1, p. 10. Disponível em http://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30804370/do1-2013-08-01-portaria-normativa-interministerial-n-2-203-md-me-de-26-de-julho-de-2013-30804366.

²⁶ Idem



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



para a aprovação de um Decreto Presidencial, que institui o PROFESP-PST e o Projeto João do Pulo (PJP), visando atender também crianças com Necessidades Especiais.

Como mencionado, a finalidade do PROFESP é promover, conforme preconizado nos dispositivos legais, a inclusão, por meio do acesso à prática esportiva, de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, prioritariamente estudantes das redes públicas de ensino. As atividades são desenvolvidas por militares e profissionais especializados, nas próprias unidades das Forças Armadas.

Incluído no Plano de Gestão Estratégica do Ministério da Defesa, entre 2003 e 2013 o PROESP recebeu do Ministério do Esporte, a quem cabe a responsabilidade pela disponibilização dos materiais esportivos, o equivalente a cerca de R\$ 22,3 milhões em materiais esportivos (bolas, redes, jogos, etc.), uniformes e instrumentos de avaliação (balanças, cronômetros, fitas métricas, etc.). Nos dois anos seguintes (2014-2015), a pasta do Esporte disponibilizou um total de R\$ 33,4 milhões ao Programa, utilizados em infraestrutura (reformas, obras de instalações e adequações esportivas), compra de material esportivo, pagamento e capacitação profissional de professores e monitores.

Por sua vez o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, responsável pelos recursos para o fornecimento de uma alimentação saudável e de qualidade para os participantes do PROFESP, aportou, entre 2007 e 2016, aproximadamente R\$ 27,4 milhões para o reforço alimentar, que consiste em oferecer aos participantes duas refeições ao dia, três vezes por semana.

Com atividades esportivas mantidas com recursos do Ministério do Esporte e a alimentação provida com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, esse trabalho torna-se cada vez mais relevante ao disponibilizar, por parte do Ministério da Defesa, serviços médicos e odontológicos, bem como assistência social. Mais que isso, por meio dessa parceria interministerial é possível ao PROFESP contar com recursos humanos diferenciados, como coordenadores e monitores da Marinha, Exército e Aeronáutica, professores de educação física, cozinheiros, nutricionistas e outros profissionais.

Como destacou a diretora de Políticas Interssetoriais do Ministério do Esporte, Andréa Ewerton, “a Defesa é estratégica no trabalho em conjunto desenvolvido pelo PROFESP”, concluindo, ao ressaltar a importância do Programa, que “algumas crianças entram em contato pela primeira vez com a prática esportiva pelo Projeto”.²⁷

²⁷<http://PROFESP-oficial.blogspot.com><acessado em 09 de outubro de 2018>



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Com efeito, de modo a afiançar a enorme complexidade desse Programa, pode-se afirmar que além de democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte e proporcionar alimentação saudável e de qualidade, o PROFESP propõe o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes por meio da educação, lazer e atividades complementares, oferecendo reforço escolar, reforço alimentar, ações cívico-sociais, palestras e campanhas educativas, orientações de civismo, de cidadania e desenvolvimento de habilidades profissionais.

Em larga medida o exposto acima se evidencia no aproveitamento técnico positivo obtido pelo sargento do Exército Paulo Roberto de Almeida Paula, aluno do Programa no município de Garanhuns (PE), onde iniciou os treinamentos que o levaram a se transformar em um maratonista internacional com vários títulos. Além disso, destaca-se o fato do referido militar ter representado o Brasil, em 2015, nos VI Jogos Mundiais Militares, na Coreia do Sul²⁸, e de ter se classificado para as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro²⁹.

Na mesma linha do sargento Paulo Roberto está Aline Facciolla, participante do projeto no Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), no Rio de Janeiro. Campeã e vice-campeã Pan-Americana de levantamento olímpico de peso, a atleta de 14 anos, moradora da comunidade de Acari, treina pela manhã e estuda à tarde. Já obteve 14 medalhas em competições internacionais, conheceu vários países e sobrevive do esporte profissional.³⁰

A propósito, nunca é demais mencionar a inserção do grupo interministerial da Defesa nos jogos Olímpicos e Paralímpicos da cidade do Rio de Janeiro, materializado, por exemplo, na construção do Centro de Treinamento Paralímpico Parque das Fontes do Ipiranga (SP), com capacidade de abrigar 15 modalidades dos Jogos, entre as quais atletismo, natação, futebol e esgrima.

As atividades esportivas e educacionais coordenadas por militares também chamaram a atenção do Ministério das Relações Exteriores. Segundo a página do PROFESP na Internet, o Palácio do Itamaraty convidou a Comissão Desportiva Militar, composta por integrantes do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, para relatar a experiência na gestão do programa durante o III Fórum Internacional sobre Esporte para a Paz e o Desenvolvimento, que aconteceu em Nova Iorque nos Estados Unidos, no ano de 2013.

²⁸ Disputados pela primeira vez na cidade de Roma, em 1995, os Jogos Mundiais Militares, ou Jogos da Paz como também são conhecidos, ocorrem a cada quatro anos, organizados pelo Conselho Internacional do Desporto Militar. Em 2015 tiveram como sede a cidade sul-coreana de Mungyeong, contando com aproximadamente 8.700 atletas de 110 países, disputando medalhas em 24 modalidades esportivas diferentes.

²⁹ <http://PROFESP-oficial.blogspot.com><acessado em 09 de outubro de 2018>

³⁰ <http://PROFESP-oficial.blogspot.com><acessado em 09 de outubro de 2018>



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Em 2016, o PROFESP foi indicado para concorrer, no Principado de Mônaco, ao prêmio internacional *Peace & Sport Award 2016* (Prêmio Paz e Desporto 2016). O Prêmio, criado em 2008, é concedido pela Organização pela Paz e pelo Esporte (“Peace and Sport, L’Organization pour la Paix par le Sport”) e recompensa instituições e indivíduos que tenham contribuído de modo significativo para a paz, para o diálogo e para a estabilidade social no mundo por meio do esporte.

O Projeto não chegou a ser premiado, mas sua indicação para concorrer ao referido prêmio contribuiu para dar maior visibilidade às atividades assistenciais realizadas pelo Ministério da Defesa.

Conforme os dados fornecidos pela página do PROFESP na internet, em 2014 aproximadamente 12 mil alunos participavam das atividades esportivas e sociais, três vezes por semana, em 53 municípios brasileiros. Em 2015 esse número atingiu 15 mil crianças e adolescentes, em 144 núcleos das organizações militares, contemplando 67 municípios de 25 estados do país³¹. Demonstrando a grande capilaridade das Forças Armadas, de acordo com o Ministério da Defesa o PROFESP estava presente, em 2016, em 101 localidades de todos os Estados e do Distrito Federal, inclusive no Arquipélago de Fernando de Noronha, atendendo 23.533 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, das quais 830 são moradoras de faixa de fronteira.³²

Demonstrando o constante esforço do Ministério da Defesa no sentido de aperfeiçoar o atendimento prestado às crianças e aos adolescentes beneficiados pelo PROFESP, a Pasta propôs por meio Ofício Circular nº 1235938, de 26 de setembro de 2018, um plano de ações e metas com vistas a orientar a condução do Projeto em 2019. Entre as ações e metas propostas destacam-se: aperfeiçoar o atendimento com vistas a contemplar beneficiários Portadores de Necessidades Especiais, buscando parceiras com a Fundação Banco do Brasil (FBB), Comitê Olímpico do Brasil (COB), Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), Federação Nacional das APAE (FENAPAE), Federação Nacional das Pestalozzi; inserir o PROFESP/PJP no Programa Nacional de Voluntariado, no intuito de buscar solução para o processo de contratação de professores e monitores, por credenciamento; flexibilizar o processo de aquisição de alimentos pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), incrementando a economia local; buscar soluções para a oferta de ensino

³¹ Informação extraída em <http://profesp-oficial.blogspot.com/>. Acessado em 27 de abril de 2019.

³² Dados disponíveis em https://www.defesa.gov.br/arquivos/programas_sociais/profesp/programa_por_regiao.pdf. Acessado em 27 de abril de 2019.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



profissionalizante aos beneficiários, por intermédio de acordos de cooperação com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), Arquidiocese e Pastoral do Menor, Sistema "S" (SESI, SENAC e SENAI) e Projeto Soldado Cidadão, do MD; buscar recursos para o Programa por intermédio de emendas parlamentares e da Lei de Incentivo ao Esporte.³³

Através do mesmo Ofício, o Ministério da Defesa estipulou como meta para 2019 ampliar o atendimento de 23.500 para aproximadamente 30.000 beneficiários. Levando em consideração o entorno familiar das crianças atendidas, o programa afeta a vida de mais de 100.000 pessoas em todo o país.

Além de estimular a abertura de novos pequenos núcleos com 50 beneficiários, essa medida permitiu que cada núcleo já em funcionamento tivesse seu efetivo e o número de beneficiários atendidos pelo Programa ampliado em 1/3 (um terço). Não obstante, talvez devido as atuais restrições orçamentárias observou-se que no caso específico do núcleo de Ladário o número de beneficiários permaneceu inalterado.

Como forma de reforçar a presença militar nas fronteiras brasileiras, desde 2013 o Ministério da Defesa vem intensificando investimentos para aumentar o número de crianças e adolescentes beneficiados pelo PROFESP. Os recursos são destinados à melhoria da infraestrutura das Organizações Militares (OMs) da Marinha, do Exército e da Aeronáutica que atuam nas áreas de fronteira. Como registrou o Ministério da Defesa em publicação de 24 de maio de 2013:

Um volume de recursos na ordem de R\$ 11 milhões, destinado à infraestrutura das Organizações Militares (OMs) da Marinha, do Exército e da Aeronáutica vai possibilitar o aumento do número de participantes em atividades esportivas nessas regiões. Parte da verba, R\$ 5 milhões, é proveniente do Ministério do Esporte (ME). O restante corresponde a volume diferenciado de recursos liberado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que será utilizado na alimentação dos alunos. Está prevista a celebração de novos convênios em 50 municípios do Amapá, Amazonas, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Sul e Roraima.³⁴

³³ Ver a respeito <https://www2.camara.leg.br/camara/noticias/noticias/ESPORTES/557097-MINISTERIO-DA-DEFESA-PEDE-APOIO-DE-PARLAMENTARES-PARA-AMPLIAR-PROJETOS-SOCIAIS-ESPORTIVOS.html>. Acessado em 12 de janeiro de 2019.

³⁴ Disponível em www.defesa.gov.br de 24/05/2013 <acessado em 16 de abril de 2019>



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Segundo o comandante José Ferreira de Barros, que gerencia a execução do programa no Ministério da Defesa: “a liberação de novos recursos demonstra a confiança nos resultados do Programa Forças no Esporte no âmbito das Forças Armadas.”³⁵,

No estado do Mato Grosso do Sul, além do município de Ladário, apenas Amambaí, Aquidauana e Campo Grande possuem unidades que participam do projeto.³⁶

Na região fronteira do Oeste brasileiro o Programa é conduzido por quartéis do exército em Cuiabá e Cáceres, enquanto em Ladário o PROFESP é desenvolvido pelo Grupamento de Fuzileiros Navais, Organização Militar da Marinha subordinada ao Comando do 6º Distrito Naval. Ali, o Programa teve início em 2010, com um núcleo que atendia 100 crianças. Atualmente, são atendidas 300 crianças da rede pública de ensino das cidades de Ladário e Corumbá, na faixa etária de 6 a 18 anos. Importante sublinhar que em Corumbá, apesar de a cidade contar com dois quartéis do Exército, o programa não é contemplado.

Muitos núcleos trabalham com profissionais voluntários, que podem se cadastrar previamente em uma plataforma³⁷, a fim de atuarem nas suas atividades subsidiárias, bem como recepção, orientação, cuidados, ensino das crianças e adolescentes beneficiados pelo Programa. Alguns exemplos de profissionais muito importantes e que poderão ser selecionados pela Plataforma são: professores, monitores e estudantes universitários das disciplinas curriculares das escolas de ensino fundamental e médio (para lecionarem reforço escolar e idiomas); de atividades recreativas (vela, remo, música, dança, artes marciais etc.); pedagogos; psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas; fisioterapeutas; monitores; entre outros.

³⁵(www.defesa.gov.br de 24/05/2013 <acessado em 16 de abril de 2019>)

³⁶https://www.defesa.gov.br/arquivos/programas_sociais/profesp/programa_por_regiao.pdf<acessado em 09 de outubro de 2018>

³⁷www.vivavoluntario.org



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Figura 13: Time de Futsal do PROFESP na CAMALA.
Fonte: www.marinha.mil.br/com6dn

O Núcleo do PROFESP mantido pelo Comando do 6º Distrito Naval, através do Grupamento de Fuzileiros Navais de Ladário, é composto por uma oficial pedagoga, coordenadora das atividades, por oito praças, militares das mais diversas especialidades, sendo dois enfermeiros; pertencentes à Força de Trabalho existente na OM, convidados pelo Comando. Isso por que durante as atividades realizadas dentro do núcleo, os atendidos contam com atendimento médico ambulatorial de emergência provido pelo Hospital Naval de Ladário.

Além de profissionais militares o Núcleo do PROFESP de Ladário conta com a participação de representantes da comunidade local, na qualidade de voluntários cadastrados, além de monitores e professores que ingressaram no Programa através de processo seletivo. Todos recebem orientação especial para o desempenho de suas funções junto aos beneficiários e na elaboração de estatísticas.

São quatro as voluntárias que atuam no Núcleo - duas em cada turno -, todas ex-alunas do Programa, sendo que três delas utilizam o trabalho voluntário como tempo de estágio. No tocante aos demais profissionais, o edital de seleção nº 1 de 2018 disponibilizou seis vagas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



para contratação, sendo três para Professor de Educação Física e mais três de Monitor de atividades esportivas, como mostra a tabela abaixo

CARGO	QUALIFICAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Professor de Educação Física	Graduado em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura)	03	R\$2.100,00	20 h
Monitor de Atividades Esportivas	Acadêmico de Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura)	03	R\$937,00	20 h

Tabela: Quadro Demonstrativo Dos Cargos e das Vagas disponíveis para a chamado Programa Segundo Tempo—Programa Forças no Esporte.

Fonte: Item 2.2 Edital de Credenciamento 01/2018, pp. 1-2.

De acordo com o mesmo Edital, a despesa com a execução do objeto deste Termo de Credenciamento deverá ocorrer por conta da Dotação Orçamentária consignada para contratação de Monitores esportivos, como previsto no Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 0100000000, Programa de Trabalho Resumido 089430, Natureza de Despesa 339036/47, Plano Interno X200MN629BV.

Como pudemos observar, as crianças e adolescentes participam do Programa todos os dias da semana, no Clube Casa do Marinheiro de Ladário (CAMALA), ou em passeios guiados, pelas Organizações Militares, no contraturno escolar. Além de atividades como natação, atletismo, vôlei handebol, futebol de campo e futsal, são oferecidos, sob o acompanhamento de professores e monitores, reforço escolar, palestras diversas de orientações sobre liderança, ética, moral, civismo, música e educação alimentar. No esporte, é incentivado o espírito de corpo, a capacidade de iniciativa em situações conflitantes, e a coerência e observância aos princípios da disciplina pessoal, da ética e da cidadania. No reforço escolar, são enfatizadas as atividades lúdicas e aulas de campo, a fim de se explorar a capacidade de raciocínio lógico e compressão da vida em sociedade a partir da realidade cotidiana. Como recursos, são utilizados vídeos, jogos de tabuleiro como damas, dominó, xadrez e outros pertinentes às faixas etárias correspondentes.

O horário de funcionamento do núcleo é de 08h às 12h, no período matutino, e de 13h as 17h, no período vespertino. A rotina diária dos beneficiários é organizada desde o



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



momento em que ônibus cedidos pela Prefeitura e pela Base Fluvial de Ladário, sempre supervisionados *in loco* por monitores do Programa e militares destacados para este fim, realizam o transporte das crianças e adolescentes de localidades próximas às suas residências até a CAMALA.

Conforme explicou um aluno beneficiário do Programa em conversa informal com a autora, a rotina no turno matutino é a seguinte:

Saímos da escola e ao chegarmos na Base Fluvial tomamos o café no rancho [...], em seguida vamos para os esportes escolhidos. Ao terminarmos, descansamos para almoçar e retornamos para casa para ir para a escola por volta das 13 horas.

Outro beneficiário descreve as atividades da seguinte forma:

Após chegarmos no ônibus, fazemos o lanche, e depois da nossa higiene vamos para as brincadeiras orientadas [...]. Na minha opinião o PROFESP nos ajuda muito, porque eles mostram a importância de praticar esportes e de conviver melhor com as pessoas.

A Coordenação pedagógica do projeto fica a Cargo da Primeiro-Tenente (RM-2) Islane Morrone. E as atividades são sempre acompanhadas por um militar enfermeiro e pelos monitores e professores contratados, que colaboram com as atividades esportivas como natação, voleibol, basquetebol, atletismo, futebol e futsal, reforço escolar e atividades recreativas.

Para ingressar no programa, os responsáveis efetuam a inscrição na secretaria do PROFESP na Casa do Marinheiro de Ladário (CAMALA) munidos de: identidade e CPF do responsável e da criança, comprovante de residência, comprovante de matrícula do estudante, atestado médico para prática de esportes, número do NIS, e-mail de contato e foto 3x4 do estudante.

Ao ser selecionado para ingressar no Programa, o jovem, preferencialmente selecionado entre as escolas municipais e estaduais da comunidade circunvizinha, os estudantes recebem uma andaina de uniforme composta por duas camisetas, duas bermudas, um agasalho, um par de tênis e um boné;

A primeira semana de atividades é destinada à realização de inspeções de saúde nos alunos participantes, além de palestras de orientação aos alunos e responsáveis sobre a importância do cumprimento dos horários e da disciplina.

Os participantes passam por uma consulta com um médico do Hospital Naval de Ladário, com vistas à realização de testes de aptidão física para o desempenho das atividades



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



esportivas. Além disso, um enfermeiro realiza entrevistas, acompanhadas de pesagem e medidas da dimensão corporal. Esse momento é considerado fundamental para que a equipe de professores, monitores e o restante do pessoal de apoio possa realizar o planejamento das atividades.

Após identificar as necessidades e potencialidades existentes na comunidade local, o Núcleo do PROFESP mantido pelo Comando do 6º Distrito Naval em Ladário, propõe campanhas ajustadas às necessidades observadas, divulgando a existência do programa como ferramenta para a geração de oportunidades de estágios e empregos para as crianças e jovens carentes.

Isso se deve ao fato de que, como mencionado, a execução do programa só é possível devido à contribuição para a melhoria da qualidade de vida, o acesso à prática esportiva educacional orientada, bem como a descoberta, o desenvolvimento e o acompanhamento de novos talentos esportivos, com o suporte da utilização das instalações esportivas, dos equipamentos esportivos, da infraestrutura e da logística disponibilizados pelas Organizações Militares (OM) das Forças Armadas, em parceria com a comunidade, a iniciativa privada, demais segmentos do poder público, terceiro setor e o sistema esportivo organizado civil e militar, a fim de captar investimentos e recursos destinados ao desenvolvimento do esporte e promoção social.

Além de contribuir para o crescimento pessoal dessas crianças e, por conseguinte, beneficiar indiretamente suas famílias, o Programa provê oportunidade de empregos ao contratar monitores (acadêmicos estagiários) e professores de Educação Física. Paralelamente, incrementa o mercado local ao possibilitar, entre outras coisas, a aquisição de gêneros da agricultura familiar para uma alimentação balanceada, conforme preconiza o Manual de Compras Institucionais:

[...] Exemplo disso são as intenções de compras da agricultura familiar, também pelo Programa Forças no Esporte (PROFESP), desenvolvido pelo MD, com apoio da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, e em parceria com os Ministérios do Esporte e do Desenvolvimento Social. O programa promove o desenvolvimento integral de mais de 20 mil crianças, jovens e adolescentes, oferecendo atividades esportivas educacionais, lazer, atividades complementares, e uma alimentação diária, saudável e de qualidade, nas unidades das Forças Armadas.³⁸

³⁸Manual de Compras Institucionais para promoção da Alimentação Adequada e Saudável, Brasília, 2018, p. 34



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Com isso em mente, no dia 27 de março de 2019, a equipe do Programa Forças no Esporte (PROFESP) do Comando do 6º Distrito Naval realizou, na Casa do Marinheiro de Ladário (CAMALA), uma reunião com os responsáveis pelos alunos do Programa. O objetivo foi apresentar a rotina e as regras do Programa desenvolvido por meio do Grupamento de Fuzileiros Navais de Ladário (GptFNLa). Duzentos pais estiveram presentes. Ao final da reunião foi distribuído um lanche para conagração dos presentes e foram sorteados brindes (figura 13).



Figura 14: Reunião com os pais e responsáveis pelos jovens atendidos pelo Programa. Fonte: www.marinha.mil.br/com6dn

Todas as atividades são elaboradas em conformidade com as diretrizes e metodologias do Programa Segundo Tempo (PST), seus projetos e respectivos planos de trabalho. Até o dia 10 de agosto, o GptFNLa encaminha ao Ministério da Defesa os projetos a serem desenvolvidos e respectivos planos de trabalho. À pasta da Defesa cabe consolidar tais projetos, apresentando-os em documento único ao Ministério do Esporte.

Ao Ministério do Esporte cabe repassar os recursos financeiros e materiais necessários à implantação das ações previstas nos planos de trabalho elaborados previamente, além de capacitar os recursos humanos envolvidos. Os recursos a serem alocados, necessários à consecução dos objetivos do PROFESP, são atendidos por meio de destaques orçamentários, em conformidade com os valores apresentados nos Planos de Trabalho elaborados. As



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



solicitações de alimentação são atendidas pela própria Base Fluvial de Ladário, unidade mantenedora de apoio das Organizações Militares do complexo.

O Ministério da Defesa efetua gestões para a designação das OM que participarão do PROFESP, supervisionando a coordenação e o controle de cada núcleo, promovendo sua articulação com os diversos segmentos da sociedade implementando, junto às Forças Armadas, as medidas necessárias à disponibilização de áreas e equipamentos esportivos para o funcionamento do Programa, providenciando, as incorporações dos talentos descobertos no quadro militar sempre que possível.

De fato, foi possível averiguar que alguns alunos atendidos pelo Núcleo de Ladário foram efetivamente incorporados ao serviço militar e outros se destacaram em competições locais, não havendo registro, porém, de realce de beneficiários em competições disputadas fora da área de atuação do Programa conduzido pela Base Fluvial de Ladário.

Em suma, do contato com os alunos beneficiários do PROFESP conduzido pela Base Fluvial de Ladário pôde-se constatar que a maioria entende que, além do maior interesse pela atividade física e esportiva, a inserção no programa proporcionou melhor rendimento escolar, a valorização da vida em sociedade e do trabalho em equipe, o aumento da autoestima, que em grande medida se materializa na descoberta de novas habilidades e no desenvolvimento da educação alimentar; uma visão mais clara de seus direitos e deveres, além de um significativo crescimento da consciência ambiental e do interesse pela cultura nacional e local.

Foi como uma “chance e ouro”, que uma aluna contemplada definiu o PROFESP em conversa informal com a autora. Praticante de handbol, a estudante do oitavo ano do ensino fundamental, da Escola Leme do Prado, considera extremamente positiva a prática esportiva no dia-a-dia dos jovens que, cada vez mais deixam de se exercitar para ficarem “em casa dormindo, ligados na internet ou assistindo TV”. Para ela, isso tem afetado positivamente a saúde das crianças e dos jovens, pois “o excesso de peso já virou uma doença”. “Estou achando bem legal e interessante participar do PROFESP, e não estamos pagando nada”, conclui.

Outro aluno do projeto considera importante a disciplina a que são acostumados e considera “legal e muito proveitosa” sua participação no Programa, gostando principalmente dos lanches servidos pela manhã ao chegarem e no intervalo.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Para a mãe de dois alunos contemplados pelo programa, “a participação no programa permitiu uma melhoria no rendimento escolar, da integração social e valorização da vida em sociedade, em particular na família.”

Além disso, a inserção no Programa indiretamente auxilia na redução da evasão escolar e incremento do rendimento educacional, diminuição da violência junto à família e à sociedade, aumento da consciência ambiental e de cidadania, ampliação da integração social, valorização da vida em sociedade, além do desenvolvimento do interesse pela cultura nacional e local e desenvolvimento da autoestima e da percepção de direitos e deveres.

O programa oferta ainda uma alimentação saudável e de qualidade, reforço escolar, ações cívico-sociais, palestras e campanhas educativas, orientações de cidadania e desenvolvimento de habilidades profissionais. Sem falar nos aspectos físico e desportivo: maior interesse pela atividade física e esportiva, integração social, trabalho em equipe, desenvolvimento do sadio espírito competitivo e desenvolvimento de habilidades, e estímulo aos hábitos saudáveis de educação alimentar.

Todas essas atividades possibilitam a valorização da cidadania e a permanência dos jovens nas atividades físicas, esportivas e de lazer, como um processo social de desenvolvimento e fator de preservação da soberania, cumprindo sua missão de democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte,

A fim de desatacar a relevância desses programas na conquista de corações e mentes dos jovens brasileiros, ressaltamos que esse Programa contribui para a divulgação positiva da imagem da MB junto à sociedade local.

Foi o que aconteceu durante uma visita intitulada “Marinheiro por um dia”, ocorrida em abril de 2019, em que crianças do PROFESP e do Instituto Novo Olhar tiveram a oportunidade de passar um dia a bordo do Navio Almirante Leveger, acompanhando a rotina da embarcação. Cerca de 40 estudantes tiveram a oportunidade de navegar para acompanhar as *fainas* de *suspender*, *abarrancar* e *desabarrancar*; tiveram aula de nós e voltas, conheceram algumas tradições navais, como o sino de bordo, apitos e Cerimonial à Bandeira. Os jovens acompanharam, ainda, uma demonstração de combate a incêndio, com detalhada explicação da vestimenta, acessórios e materiais utilizados na atividade.

A vice-presidente do Instituto parceiro, Lyllyan Damiana, afirmou, encantada, que “as forças militares servem de espelho para nossas crianças e adolescentes. Essas experiências



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



permitem que eles vivenciem e conheçam o trabalho dos militares, além de mostrar que com estudo eles podem chegar muito longe e talvez almejar entrar para a carreira militar”.

As beneficiárias do PROFESP Maria de Lourdes e Karen Isabelly não acreditaram que teriam uma tarde em uma embarcação da Marinha do Brasil. Maria de Lourdes encarou a visita à embarcação como “um presente. Nem minha mãe acreditou, ela ligou para nossos monitores para confirmar. A gente achava que seria apenas uma visita ao navio, sem passear pelo rio”, concluiu a adolescente. Como afirmou sua colega do PROFESP, Karen Isabelly, “gostamos muito da aula do militar vestido para apagar incêndios. Não imaginávamos o quanto era difícil a rotina no navio”. Ambas reconheceram: “Vamos levar essa experiência para o resto da vida”.



Figura 15: Crianças e adolescentes do PROFESP em frente ao NTrFlu Almirante Leverger. Fonte: www.marinha.mil.br/com6dn



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver estudos em região de fronteira se configurou uma tarefa muito mais complexa e profunda do que o imaginado no início da jornada no MEF.

Algumas contribuições de outros acadêmicos do MEF denunciam a dificuldade encontrada por alguns militares movimentados para esta área em se apropriarem da região de fronteira onde estão inseridos, por pura falta de conhecimento da localidade.

O problema de pesquisa se concentra em responder como as ações da Marinha do Brasil, podem se caracterizar enquanto uma educação sociocomunitária de fato e que traços da tradição da Força são impressos na comunidade. O principal objetivo do trabalho foi, portanto, analisar o PROFESP no contexto de sua implantação na cidade fronteiriça de Ladário – MS, sob a responsabilidade do Grupamento de Fuzileiros Navais, Organização militar Subordinada ao Comando do 6º Distrito Naval, ali presente desde 1873.

Sobretudo no que se refere aos critérios e práticas educativas adotadas pelos agentes educadores, sejam eles civis ou militares; bem como seus desdobramentos para a comunidade local e para a região fronteiriça de maneira geral. Dessa perspectiva, cumpre notar, entre outros elementos, que acordos de cooperação foram celebrados, incrementando, assim a economia local e atendendo indiretamente as famílias não só das crianças atendidas pelo Programa, mas também as famílias agricultoras por exemplo, transformando corpos e mentes em prol de uma educação sociocomunitária.

Ainda que se constitua num recorte dos diversos programas sociais desenvolvidos pela Marinha em todo o país, considera-se que a análise dessa ação específica abra caminho para reflexões que permitam uma melhor compreensão não só da atuação dos militares da Marinha na Fronteira Oeste do Brasil à luz da Política Nacional de Defesa, como dos padrões que modelaram as relações diretas daquela Força com a comunidade local.

Utilizou-se a abordagem qualitativa, por meio de estudo de caso conduzido Grupamento de Fuzileiros Navais de Ladário, com base em pesquisa bibliográfica, observação e análise de documentos e elaboração de uma pesquisa antropológica por meio de observação e apontamentos em um caderno de campo.

Embora já tenhamos anos de experiência naquele ambiente profissional, esta perspectiva metodológica permitiu novos mergulhos na cultura, nos costumes e no estreitamento de laços no que se refere a comunidade local, bem como outros conceitos de



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



fronteira que não apenas o definido pela questão territorial de proteção, mas também de hibridismo.

Num contexto cultural e social a ideia de fronteira é um desdobramento da ideia de Nação, ambas encaradas como construções simbólicas, denunciando as tensões entre dois espaços: o dentro e o fora; o Eu e o Outro, resultando em uma zona híbrida onde ocorre o contato entre os polos separados, onde são postos frente a frente.

Partindo dessa ideia de fronteira, passamos a discutir as fronteiras simbólicas e o hibridismo cultural e identitário resultante das zonas de fronteira, evidenciando os confrontos e os fluxos que se verificam no espaço fronteiriço a partir da figura do imigrante e do mestiço ilustrado aqui pela presença dos militares, na sua maioria vindos de outros estados para servir numa área de fronteira tão complexa e tão culturalmente rica.

Desta forma, as fronteiras são pensadas, não como abismos, mas como pontes que atuam em um movimento de “articulação ambulante, ambivalente”. O espaço fronteiriço é, portanto, o que se pode chamar de entre-lugar, um interstício.

Parafraseando Foucher, ali se efetiva a ideia de fronteira real, simbólica e imaginária, uma vez que a presença de pessoas estranhas alimenta fantasias e reforça estereótipos, ao mesmo tempo em que pode estreitar laços e reafirmar confiança.

A Marinha do Brasil, em especial o Comando do 6º Distrito Naval, tem colaborado para o desenvolvimento social nas fronteiras molhadas do oeste brasileiro, seja por meio de programas e projetos próprios ou em parceria com outros órgãos da administração pública. O PROFESP, projeto aqui descrito, mostrou-se instrumento desse trabalho perene, que vem contribuindo sobremaneira para a busca da leitura de mundo de autoria tanto dos sujeitos beneficiados quanto dos que trabalham para que este trabalho se torne possível. O projeto oferece compartilhamento de conhecimentos, valores e técnicas – elementos fortalecedores e colaborativos para a cidadania e o espírito de comunidade. Isso posto, o projeto PROFESP, demonstra possuir algumas características típicas da educação sociocomunitária, a saber: interação com a comunidade, intersubjetividade, concentração sobre sujeitos em situação de vulnerabilidade social, além de contribuições para a transformação social e para a busca da autonomia destes. Este trabalho apresentou novas reflexões sobre experiências sociocomunitárias, as quais colaboram sobremaneira para a definição dessa área do conhecimento em construção.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Tudo isso nos leva a concluir que, além de promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, o PROFESP do Núcleo de Ladário, funcionando no Clube Casa do Marinheiro de Ladário (CAMALA), vem cumprindo sua missão de democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte, oferecendo atividades esportivas e educacionais. O programa oferta ainda uma alimentação saudável e de qualidade, reforço escolar, ações cívico-sociais, palestras e campanhas educativas, orientações de cidadania e desenvolvimento de habilidades profissionais. Além de prover melhor qualidade de vida aos cidadãos de cada rincão do país, o Programa visa a construção de um País melhor para todos.

Deste modo, espera-se que o referido Programa venha a contribuir socialmente, estimulando os adolescentes na construção de sua cidadania, potencializando a descoberta consciente de suas aptidões, a fim de estarem capacitados para um futuro digno e promissor.

Por meio de uma parceria entre instituições tão heterogêneas, vem despertando a curiosidade científica de quem pretende exercer a arte de ensinar. Buscando validar a hipótese provisória sobre a influência da Marinha na cultura local, assim com a influência do PROFESP no desempenho escolar dos alunos assistidos, este trabalho acadêmico, pela metodologia qualitativa da observação direta das atividades desenvolvidas, comprova, também, a dedicação, comprometimento, responsabilidade e proatividade daqueles que coordenam e executam as atividades sociais, cívicas e esportivas.

Sendo voluntária a adesão da Organização Militar ao Programa, seus militares demonstram acreditar na transformação social representada pela oferta de maiores oportunidades de aprendizado em prol da formação da cidadania das crianças e adolescentes atendidos pelo Programa. De acordo com relatórios anuais emitidos pelo Grupamento de Fuzileiros Navais de Ladário, entre os resultados apresentados pelos alunos envolvidos no Programa está a redução da evasão escolar, a melhora no rendimento pedagógico, a diminuição da violência familiar, o fortalecimento da consciência ambiental, o aumento no interesse pelas atividades esportivas, o progresso no convívio e na integração social, a recuperação da autoestima e o melhora das condições de saúde dos participantes, fomentando o esporte como instrumento de cidadania e saúde para jovens que vivem em comunidades de vulnerabilidade social circunvizinhas ao Complexo do Comando do 6º Distrito Naval, ambiente que inspira otimismo e confiança.

O Presente estudo buscou compreender a relevância desses programas na conquista de corações e mentes dos jovens brasileiros, ressaltando que esse Programa contribui para a



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



divulgação positiva da imagem da MB e das Forças Armadas de modo geral junto à sociedade local.

Como proposta de ação, sugerimos que mais vagas sejam abertas através de novos convênios e acordos de cooperação com outras entidades e órgãos locais e apresentamos a cartilha em anexo, que discorre sobre aspectos da cultura pantaneira que se entrelaçaram à cultura Marinheira ao longo dos tempos.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, M. C. *Cidadania e direitos num mundo globalizado: algumas notas para Discussão*. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br>. Acesso em: 2 agosto 2018.

ALVES, G. L. “*Mato Grosso e a História: 1870-1929*”. In: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, 1984.

AJALA, M. C. ALUNO E.J.A. Motivos de abandono e retorno escolar na modalidade EJA e as expectativas após EJA em Santa Helena-PR. Monografia (Especialização) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Medianeira, 2011.

AMORIM, Maria Alice Barros Martins. *A problemática da segurança pública na fronteira do Brasil e Bolívia com foco no estado de Mato Grosso*. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia). Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2012.

AYALA, Cardoso; SIMON, F. *Álbum Graphico do Estado de Matto Grosso*. Corumbá/Hamburgo, 1914

BHABHA, Homi. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG 2003.

BOER, Gabriela Laurito. *As fronteiras das diferenças em Amélia*, de Ana Carolina. *Revista Geografia e Pesquisa*. Ourinhos, v. 9, n. 1, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *O campo científico*. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. Trad. de Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983 b, p.122- 155.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988.

_____ (2013). *Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências*. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm. Acesso em: 26 agosto 2018.

_____ (1989). *Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor*. Lei Nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7716.htm. Acesso em: 21 agosto 2018.

_____ (2011). *Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011. Institui o Plano Estratégico de Fronteiras*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 de jun. 2011.

_____ (2013). *Decreto Legislativo nº 373, de 12 de setembro de 2013. Aprova a Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2013.

_____ (2013). *Estatuto da Juventude*. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm Acesso em: 1 ago. 2018



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



_____ (1999). *Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.* Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 de jun. 1999.

_____ (2010). *Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Cria o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplina as atribuições do Ministro de Estado da Defesa.* Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de ago. 2010.

_____ (1979). *Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.* Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 de maio. 1979.

_____ (1996). *Lei nº 9.394. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 27ago2018

_____ (2008). *Lei nº 11.741 Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica., de 16 de julho de 2008.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm

_____ (1990). *Lei nº 8.069. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, de 13 de julho de 1990.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm

_____. *Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio. Documento Base.* Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf

_____ (2010a). *Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira.* Brasília, DF. 2010a.

_____ (2018). *Política Nacional de Defesa / Estratégia Nacional de Defesa.* disponível em https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf Acesso em 02/10/2018.

_____ (2008). *Portaria Normativa nº 1.227 /MD, DE 27 de agosto de 2008.* Disponível em [:https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelinck.php?numlink=1-80-32-2008-08-27-1227](https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelinck.php?numlink=1-80-32-2008-08-27-1227). Acesso em 20ago.2018

_____ (1998). *Manual direitos humanos no cotidiano* (Roseli Fischmann, Coordenadora geral). Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos Humanos/Unesco/USP, 1998.

_____ (2009). *Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.* Brasília, DF. 2009.

CAMPESTRINI, Hildebrando. *História de Mato Grosso do Sul.* Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. 2002.

CAMPELLO, A.M.M.B; LIMA FILHO, D. L. *Educação profissional. Dicionário da educação profissional em saúde.* Rio de Janeiro: EPSJV, 2006.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



CANCIAN, Elaine. *A Cidade e o Rio Escravidão, Arquitetura Urbana e a invenção da beleza – O caso Corumbá (MS)*. Passo Fundo: UPF, 2006.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. *As Fronteiras em Perspectiva Interdisciplinar*. Campo Grande. Ed. UFMS. 2013.

CORRÊA, L. S. *A fronteira na história regional -o sul de Mato Grosso (1870-1920)*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1997.

CORRÊA, Valmir Batista. *História e Violência Cotidiana De Um “Povo Armado”*. Projeto História, São Paulo, n.39, pp. 57-73, jul/dez. 2009

COTER - Comando de Operações Terrestres. *Diretriz para o Programa Segundo Tempo-Forças no Esporte-2016*. Brasília: COTER, 2016.

DA COSTA, G. V. L. *As Fronteiras da Identidade em Corumbá-MS: Significados, Discursos e Práticas*. In: DA COSTA, G.V.L; COSTA E.A; OLIVEIRA M.A.M. (Org.). *Estudos Fronteiriços*. 1ed.Campo Grande: Editora UFMS, 2010, v. 1, p. 69-98.

_____. (2011). “Fechar a fronteira”: rituais, estratégias políticas e mobilização social em Arroyo Concepción/ Puerto Quijarro – Bolívia”. In: Edgar Aparecido da costa; Gustavo Villela Lima da Costa; Marco Aurélio Machado de Oliveira. (Org.). *Fronteiras em Foco. Série Fronteiras 3*. Campo Grande: Editora UFMS, 2011, p. 149-170.

_____. (2013). *O muro invisível. A nacionalidade como discurso reificado na fronteira Brasil-Bolívia*. Revista eletrônica Tempo Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013, n.2, v.25. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/78769/82821>. Acesso em: 1 jun. 2014.

DIAS JÚNIOR, Mérces. *A fiscalização na fronteira Brasil-Bolívia: Análise das condições e preparo do agente fiscalizador*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2014.

DIAS JÚNIOR, Mérces; CRIVELATTI, Quelin D. & COSTA, Edgar A. *Gestão da Segurança Pública na Fronteira Brasil-Bolívia em Corumbá-MS*. In: *Segurança Pública e Cidadania*, 2012, v. 5, n. 2, pp. 33-59.

DORFMAN, A. (2013). *A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil*. In: Nascimento, Durbens Martins; Porto, Jadson Luis Rebelo. *Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2013.

DUARTE, Luciano Rodrigues. *Migrantes bolivianos em Corumbá MS*. In: *Anais do V Seminário de Estudos Fronteiriços*. Corumbá. Ed. UFMS, 2015

DUCHACEK, I. D. *Perforated Sovereignties: Towards a Typology of New Actors in International Relations*. In: MICHELMANN, H.; SOLDATOS, P. *Federalism and International Relations. The role of subnational Units*. Oxford: Clarendon Press. 2001.

ESSELIN, Paulo M. *A Pecuária Bovina no Processo de Ocupação e Desenvolvimento Econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830 – 1910)*. Dourados, Editora UFGD, 2011.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



FERREIRA, Vagner.; SOFFNER, Renato Kraider. *Uma experiência educativa sociocomunitária na Amazônia: o Projeto PROFESPdo 3º Pelotão Especial de Fronteira (3º PEF) do Exército Brasileiro, na comunidade de Pacaraima – Roraima*. Rev. Cienc. Educ., Americana, ano XX, n. 40, p. 79-94, jan./jun. 2018.

FOUCHER, Michel. *Fronts etFrontieres*.Paris: Fayard. 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas*. In: NOVAIS, Regina e VANNUCHI, Paulo (Org.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abrinco, 2004.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*.4 ed. São Paulo: Atlas, 1994. 207p.

_____ (2007). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*.4. Ed.São Paulo: Atlas, 2007.

HARTOG, François. *Memórias de Ulisses: narrativas sobre a fronteira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HISSA, C. E. V. *A mobilidade das fronteiras: Inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

IBGE. <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=50> (Acessado em 18 de maio de 2018)

JESUS, Nauk Maria de. *O governo local na fronteira oeste : a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII*.Dourados : Ed. UFGD, 2011.

JORNAL FOLHA DA TARDE – Corumbá/MS ,1952; 1958; 1963.

JORNAL O MOMENTO – Corumbá/MS,1955.

LEENHARDT, Jacques. *Fronteiras, fronteiras culturais e globalização*. Trad. Sandra JatahyPesavento. In MARTINS, Maria Helena (org.). *Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina*. Cotia, São Paulo: Ateliê editorial, 2002, p. 37-42.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1992.

LIMA, HeitorFerreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

MACHADO, Lia Osório. *Limites, Fronteiras, Redes*.In: T.M.Strohaeckeretalli (orgs.). *Fronteiras e Espaço Global*, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p.41-49.

_____ (2000). *Limites e Fronteiras: Da alta Diplomacia aos Circuitos da Ilegalidade*. Revista Território, 2000, ano 5, n. 08, pp. 07-23.

_____ (2005). et alii. *O Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: uma proposta conceitual-metodológica*. In: OLIVEIRA, Tito C. M. (org.) *Território sem Limites*. Campo Grande, Ed. da UFMS, 2005, pp. 87-112.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império*. Rio de Janeiro: Cátedra, Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975.

MARANHO, Márcia V. M. Taube. *A Marinha Do Brasil E A Presença De Seus Militares Na Fronteira Oeste Do Brasil: O Caso De Ladário, MS*. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Estudos Fronteiriços, UFMS, Corumbá, 2014.

MASSEY, D. *Pelo espaço: Por uma nova política da espacialidade..* 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MARTINS, J. S. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS JÚNIOR, Carlos. Mato Grosso do Sul. In: *Segurança Pública nas fronteiras, Sumário Executivo: Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)*. Brasília, Ministério da Justiça e Cidadania, 2016, 75-82.

MARTINS, Maria Helena (Org.). *Fronteiras culturais: Brasil – Uruguai – Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e teoria das fronteiras: Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

MELLO, Saulo Álvares de. *Arsenal de Marinha de Ladário e as Formas de Utilização de Mão-de-Obra*. Dissertação de Mestrado. 2009.

NOGUEIRA, R. J. B. *Fronteira: espaço de referência identitária? Ateliê Geográfico - Revista eletrônica.* , Goiânia, Vol. 1, n. 2., 2007.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. *Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração*. Catalão: UFG, 2011.

OLIVEIRA, T. C. M. “*Tipologia das Relações Fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos*” In: OLIVEIRA, T.C.M(Org). *Território sem Limites – Estudos sobre fronteiras*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *As maiores causas de morte de jovens no Brasil e no mundo, segundo a OMS.2017* Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/as-maiores-causas-de-morte-de-jovens-no-brasil-e-no-mundo-segundo-a-oms.ghtml> Acesso em: 17 agosto 2018.

PAASI, Ansi. *Political Boundaries*, 2004.

PESAVENTO, S. J. “*Além das Fronteiras*”. In: MARTINS, M. H. (org). *Fronteiras Culturais*. São Paulo: Ateliê, 2002.

O Projeto Soldado-Cidadão. Estudo. Consultor Legislativo Fernando Carlos Wanderley Rocha. Brasília: dez. 2007. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema21/2007-14908.pdf>. Acesso em: 17 ago 2018



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



Portal Brasileiro de Dados Abertos. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/soldado-cidadao-exercito>>. Acesso em 2setembro2018 Acesso em: 23agosto 2018.

POZENATO, José Clemente. *Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul: Educs, 2003.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, M. C. M. *Globalização e novos atores: a paradiplomacia das cidades brasileiras*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12065/1/globalizacao-e-novos-atores_ri.pdf. Acesso em: 10 de março de 2017.

ROCHA, F. C. W. *O Projeto Soldado Cidadão*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/acamara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema21/2007-14908.pdf>. Acesso em: 23agosto 2018.

SANTOS, Manix Gonçalves dos. *Aplicação de Ferramentas Virtuais adaptadas ao ambiente profissional de policiais civis em Ladário, MS*. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Estudos Fronteiriços, UFMS, Corumbá, 2016.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, Francisco Figueiró. *A imagem do programa “Amazônia Azul” na visão dos sargentos da Marinha do Brasil*. Monografia (Pós-graduação) – Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias, Curso de Comunicação Social, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, R. P. *Ciudades como espacio de innovacion: La cooperacion descentralizada y las TICs. Trabajos De Investigacion Em Paradiplomacia (TIP)*, ano 1, n. 1, p. 157 – 171, 2011. Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <http://www.paradiplomacia.org>. Acesso em 12 de novembro de. 2017.

SILVA, R. C. M. *Vidas, nações e estados se fazendo nas fronteiras entre Brasil, Paraguai, Argentina*. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde da Unioeste: Campus de Foz do Iguaçu v. 15. n. 2, 2º semestre de 2013. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/9358/6956>>. Acesso em: 1 de junho de 2017.

SODRÉ, M. Diferença e diversidade. In: SCHULER, F.; SILVA, J. M. (Orgs.). *Metamorfoses da cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SOLDATOS, P; MICHELMANN, H. *Federalism and International Relations. The role of subnational Units*. Oxford: Clarendon Press, 2001.

SOUZA, M. 2009. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. Território e territorialidades: teoria, processos e conflitos. SP: Expressão Popular. p. 57-72.

SOUZA, Lécio Gomes de. *História de Corumbá*. [S.l.: s.n.t.: 198-].



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



SPRANDEL, M. A. 2005. *Breve genealogia sobre os estudos de fronteiras e limites no Brasil*. In: Roberto Cardoso de Oliveira, Stephen G. Baines. (Org.). *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília: Editora UNB, v. 1, p. 153-204.

STEIMAN, Rebeca. *A Geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, UFRJ, 2002.

SZOCHALEWICZ, Jucemir Ramos de Macêdo. *A presença da Marinha do Brasil na Fronteira Oeste: Fator de desenvolvimento e segurança* (TCC – ESG 2014)

TATAGIBA, Luciana. *Os conselhos gestores e a democracia das políticas públicas no Brasil*. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra / UNICAMP, 2002.

TRUZZI, Oswaldo. *Redes em Processos Migratórios*. In: *Tempo Social*, São Paulo, v. 20, n. 01, 2008, pp. 199-218.

VALCUENDE DEL RÍO, J. M.; CARDIA, L. M. *Etnografia das fronteiras políticas e sociais na Amazônia Ocidental: Brasil, Peru e Bolívia*. *Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidade de Barcelona, v. XIII, n. 292. Jun. 2009. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-292.htm>>. [ISSN: 1138-9788]. Acesso em: 1 jun. 2014.

WASELFSZ, J. J. *Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil*. 2014. Disponível em www.juventude.gov.br/juventude. Acesso em: 19 agosto 2018.

MARINHA DO BRASIL Ordem do Dia nº 3/2016, do Com6ºDN

<http://www.correiadoestado.com.br/noticias/apice-da-cheia-vai-inundar-23porcento-do-pantanal/108626/> 27 ABR 2011 Acesso em 19NOV17

<http://www.correiodecorumba.com.br/?s=noticia&id=23317>

<https://www.defesa.gov.br/programas-sociais/programa-forcas-no-esporte> <acesso em 08/10/2018>
PORTARIA NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº 2.203, DE 26 DE JULHO DE 2013, DOU de 01/08/2013 nº 147, Seção 1, pág. 10).